UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Lucas Alberto Luglio de Castro

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: impactos e desdobramentos das políticas públicas federais de renda na RMVale (2000-2019)

Taubaté – SP
2022

Lucas Alberto Luglio de Castro

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: impactos e desdobramentos das políticas públicas federais de renda na RMVale (2000-2019)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional.

Orientador principal: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Orientadora: Profa. Dra. Quésia Postigo Kamimura

Taubaté – SP
2022

Sistema Integrado de Bibliotecas -SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU

C355d Castro, Lucas Alberto Luglio de
Desenvolvimento regional : impactos e desdobramentos das políticas públicas federais de renda na RMVale (2000-2019) / Lucas Alberto Luglio de Castro. -- Taubaté : 2022.
118 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios / Eng. Civil e Ambiental, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira; Coorientador: Quésia Postigo Kamimura, Departamento de Pós-graduação.

1. Políticas públicas. 2. Indicadores socioeconômicos. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. I. Título.

CDD – 342.61

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Maria Ap. Lemos de Souza - CRB-8/9087

LUCAS ALBERTO LUGLIO DE CASTRO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: impactos e desdobramentos das políticas públicas federais de renda na RMVale (2000-2019)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional.

Data: 13/06/2022

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira — Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Quésia Postigo Kamimura — Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Silvio Luiz da Costa — Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. André Ferreira — Universidade Federal Fluminense

Assinatura _____

“Uma economia que diz que precisa primeiro estabilizar, depois crescer, depois distribuir é uma falácia. E tem sido uma falácia. Nem estabiliza, cresce aos solavancos, e não distribui.”

Maria da Conceição Tavares

RESUMO

Nas décadas de 2000 e 2010 as políticas públicas obtiveram destaque no cenário brasileiro, com a implementação e ampliação de diversas políticas socioeconômicas que contribuíram para o desenvolvimento. Nesta dissertação são analisados os efeitos das políticas públicas federais de renda no desenvolvimento regional, utilizando indicadores sociais e econômicos para verificação e análise dos impactos dessas políticas, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale) entre os anos de 2000 e 2019. O objetivo é analisar os impactos e desdobramentos das políticas públicas de renda no desenvolvimento, identificando os efeitos sobre as desigualdades socioeconômicas. A pesquisa é exploratória na temática política pública e indicadores socioeconômicos com abordagem qualitativa e quantitativa dos dados de valorização do salário mínimo, geração de emprego e programas sociais como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Na análise dos dados evidencia-se a melhoria nos indicadores socioeconômicos e desenvolvimento, com a atuação das políticas públicas de renda, quando a pesquisa apresenta elevação da renda média das pessoas e a melhor distribuição dessa renda. O desenvolvimento baseado na intensificação da indústria tradicional em determinados municípios, sem um planejamento regional para integrar as cadeias produtivas e gerar uma dinâmica internar própria, limitou o avanço no desenvolvimento da RMVale e aprofundou as diferenças inter-regionais. As políticas públicas de renda se apresentaram como parte da solução para esse problema, com enfoque na melhoria da renda e da sua distribuição, sendo um dos determinantes no avanço dos indicadores socioeconômicos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Indicadores socioeconômicos. Desenvolvimento Regional. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

ABSTRACT

In the decades of 2000 and 2010, public policies were highlighted in the Brazilian scenario, with the implementation and expansion of several socioeconomic policies that contributed to development. This dissertation analyzes the effects of federal public income policies on regional development, using social and economic indicators to verify and analyze the impacts of these policies, in the Metropolitan Region of vale do Paraíba and North Coast (RMVale) between 2000 and 2019. The objective is to analyze the impacts and consequences of public income policies on development, identifying the effects on socioeconomic inequalities. The research is exploratory in the theme of public policy and socioeconomic indicators with a qualitative and quantitative approach to data on the valorization of the minimum wage, job creation and social programs such as the Bolsa Família Program and the Continued Benefit. In the analysis of the data, there is an improvement in socioeconomic indicators and development, with the performance of public income policies, when the research shows an increase in the average income of people and the better distribution of this income. The development based on the intensification of traditional industry in certain municipalities, without a regional planning to integrate the production chains and generate its own internal dynamics, limited the progress in the development of RMVale and deepened interregional differences. Public income policies presented themselves as part of the solution to this problem, focusing on improving income and its distribution, was one of the determinants in the advancement of socioeconomic indicators.

Keywords: Public Policy. Socioeconomic indicators. Regional development. Metropolitan Region of vale do Paraíba and North Coast.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento do PIB e da produção Industrial, entre 1957-1973. 39
Tabela 2 - Distribuição da renda Brasileira por estratos da PEA e os fatores de produção, em % nos anos 1960-1970-1980. 40
Tabela 3 - PIB *per capita*, IDHM e Índice de Gini nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos 1991, 2000 e 2010. 58
Tabela 4 - Total de pessoas que receberam o Bolsa Família nas regiões geográficas imediatas de RMVale, entre os anos de 2004 e 2019. 63
Tabela 5 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de Bananal, entre os anos de 2004 e 2019. 63
Tabela 6 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de Campos do Jordão, entre os anos de 2004 e 2019. 64
Tabela 7 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de Caraguatatuba, entre os anos de 2004 e 2019. 64
Tabela 8 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de Guaratinguetá, entre os anos de 2004 e 2019. 65
Tabela 9 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de Paraibuna/Paraitinga, entre os anos de 2004 e 2019. 66
Tabela 10 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de São José dos Campos, entre os anos de 2004 e 2019. 66
Tabela 11 - População atingida pelo Bolsa Família (BF) na RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, ano 2004 e entre os anos 2010 e 2019. 67
Tabela 12 - Total de pessoas que receberam o BPC nas regiões geográficas imediatas de RMVale, entre os anos de 2004 e 2019. 69
Tabela 13 - Total de pessoas que receberam o BPC nos municípios da RMVale, entre os anos de 2004 e 2019. 70
Tabela 14 - Percentual de pessoas recebendo o BPC na RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, ano 2004 e entre os anos de 2010 e 2019. 72
Tabela 15 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Bananal, entre os anos de 2007 e 2019. 73

Tabela 16 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Campos do Jordão, entre os anos de 2007 e 2019. 73
Tabela 17 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Caraguatatuba, entre os anos de 2007 e 2019. 74
Tabela 18 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Guaratinguetá, entre os anos de 2007 e 2019. 74
Tabela 19 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Paraibuna/Paraitinga, entre os anos de 2007 e 2019. 75
Tabela 20 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de São José dos Campos, entre os anos de 2007 e 2019. 76
Tabela 21 - Geração de emprego agregado na RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, entre os anos de 2007 e 2019. 78
Tabela 22 - IFDM dos municípios do RMVale, entre os anos de 2005 e 2016. 79
Tabela 23 - IDHM dos municípios da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991, 2000 e 2010. 82
Tabela 24 - IDHM das regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos 1991, 2000 e 2010. 84
Tabela 25 - IDHM Renda das regiões geográficas imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991, 2000 e 2010. 84
Tabela 26 - Renda *per capita* e variação percentual da renda nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos 1991, 2000 e 2010. 86
Tabela 27 - Renda média dos extremamente pobre, pobres e vulneráveis nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos 1991, 2000 e 2010. 88
Tabela 28 - Rendimento médio das regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2010 e 2019. 90
Tabela 29 - Variação anual do rendimento médio real das regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2010 e 2019. 90
Tabela 30 - Variação percentual do rendimento médio nas regiões geográficas imediatas, entre os anos de 2010 e 2015, anos de 2015 e 2019 e anos de 2010 e 2019. 91

Tabela 31 - Percentual dos extremamente pobres nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos de 1991, 2000 e 2010.....93
Tabela 32 - Percentual dos pobres nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos de 1991, 2000 e 2010. 95
Tabela 33 - Percentual dos vulneráveis a pobreza nas regiões imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos de 1991, 2000 e 2010. 97
Tabela 34 - Variação percentual do total de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza nas regiões geográficas da RMVale, entre 2012 e 2019. 98
Tabela 35 - Índice de Gini nas Regiões Imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991, 2000 e 2010.....100
Tabela 36- Índice de Gini na região imediata de Bananal, anos 1991, 2000 e 2010. 100
Tabela 37 - Índice de Gini na região imediata de Campos do Jordão, anos 1991, 2000 e 2010. 101
Tabela 38 - Índice de Gini na região imediata de Caraguatatuba, anos 1991, 2000 e 2010. 102
Tabela 39 - Índice de Gini na região imediata de Guaratinguetá, anos 1991, 2000 e 2010. 102
Tabela 40 - Índice de Gini na região imediata de Paraibuna/Paraitinga, anos 1991, 2000 e 2010. 103
Tabela 41 - Índice de Gini na região imediata de São José dos Campos, anos 1991, 2000 e 2010. 103
Tabela 42- Índice L de Theil nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos de 1991, 2000 e 2010. 104
Tabela 43 - Índice L de Theil nos municípios da RMVale, anos de 1991, 2000 e 2010. 105
Tabela 44 - Correlação entre a variável IDHM e as variáveis Índice de Gini, Índice L de Theil, população extremamente pobre, população pobre, população vulnerável a pobreza e com a renda *per capita*, anos 1991, 2000 e 2010. 107
Tabela 45 - Correlação entre a variável Renda *per capita* e as variáveis da população extremamente pobre, população pobre e a população vulnerável à pobreza, e a

correlação entre as variáveis Índice de Gini e Índice L de Theil, anos 1991, 2000 e 2010. 109
Tabela 46 - Correlação entre a variável Renda média e as variáveis Bolsa Família (BF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e entre as variáveis Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, anos 1991, 2000 e 2010.....110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do índice de Gini e da medida T de Theil da desigualdade da distribuição da RDPC Brasil, entre 1995-2019. 41
Figura 2 - Evolução da pobreza extrema no Brasil e regiões entre 2001-2009. 42
Figura 3 - Evolução da média e da mediana da distribuição da RDPC e do salário mínimo (SM) (em R$ do 4º trimestre de 2019), Brasil, entre 1995-2019. 45
Figura 4 - Variação real da renda domiciliar per capita segundo quintis de renda por períodos Brasil, entre 1992-2014. 45
Figura 5 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e subdivisões. . 48
Figura 6 - Mapa das regiões geográficas imediatas do Vale do Paraíba por similaridade/homogeneidade 49
Figura 7 - Fluxograma Políticas Públicas de Renda 51
Figura 8 - Variação do salário mínimo real no Brasil, anos de 1995 eté 2021. 57
Figura 9 - Quantidade de famílias recebendo a Bolsa Família nas regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2004 e 2019. 59
Figura 10 - Total de pessoas que receberam o BPC nas regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2004 e 2019. 67
Figura 11 - Variação do emprego agregado nas regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2007 e 2019. 74
Figura 12 - Dados do IFDM na área Emprego e Renda nas regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2005 e 2016. 78
Figura 13 - Crescimento da renda *per capita* por quintis da população, entre os anos de 1991 e 2000 e os anos de 2000 e 2010. 84
Figura 14 - Diminuição da extrema pobreza nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991-2000 e 2000-2010, em %. 89
Figura 15 - Diminuição dos pobres nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991-2000 e 2000-2010, em %. 91
Figura 16 - Diminuição dos vulneráveis à pobreza nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991-2000 e 2000-2010, em %. ... 93

Figura 17 - Total de pessoal em pobreza e extrema pobreza nas regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos 2012 e 2019.....95
Figura!18|sequences

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação de políticas públicas de renda em tipologias de políticas públicas…….....26

Quadro 2 - Componentes do IFDM por área de desenvolvimento…….....32

Quadro 3 - Divisão da RMVale em regiões imediatas…….....53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
1.1 PROBLEMA 18
1.2 OBJETIVOS 19
1.1.1 Objetivo Geral 19
1.1.2 Objetivos Específicos 19
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO 20
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO 21
1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO 22
2 REVISÃO DA LITERATURA 23
2.1 DESENVOLVIMENTO: UM DEBATE INTERDISCIPLINAR E MULTIDIMENSIONAL 23
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS 26
2.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO 32
2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RENDA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 38
3 MÉTODO 50
3.1 TIPO DE PESQUISA 50
3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO 51
3.3 INSTRUMENTO(S) 53
3.4 PLANO PARA COLETA DE DADOS 55
3.5 PLANO PARA ANÁLISE DE DADOS 55
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 57
4.1 DIVISÃO REGIONAL E INDICADORES NA RMVALE 58
4.2 VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO (SM) 60
4.3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 62
4.4 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) 69
4.5 GERAÇÃO DE EMPREGO 72
4.6 ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) 78
4.7 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) 82
4.8 RENDA E POBREZA 85
4.9 RESULTADOS ÍNDICE DE GINI E ÍNDICE L DE THEIL 99
4.10 RESULTADOS E DISCUÇÕES: TRATAMENTO ESTATÍSTICO 106

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 112
6 REFERÊNCIAS 115

1 INTRODUÇÃO

A origem dos problemas que permeiam a desigualdade social e econômica no Brasil está na construção histórica do Estado brasileiro e as causas do subdesenvolvimento devem ser buscadas nesse caminho histórico (FURTADO, 2009). A superação do subdesenvolvimento passa pelo aumento na geração da riqueza de uma nação e uma distribuição mais igualitária dessa riqueza.

Diante da complexidade e da magnitude que é gerar o desenvolvimento em uma nação, região ou município, o papel do Estado na determinação das políticas públicas é central. Na primeira década do século XXI o Estado se mostrou determinante no crescimento do emprego formal, na diminuição da pobreza extrema e no aumento do salário mínimo real, esse padrão de crescimento foi focado na produção e no consumo em massa (ARAÚJO, 2013).

O Estado é um importante agente no desenvolvimento, quando se utiliza das políticas públicas como ferramenta para uma melhor distribuição da riqueza e da renda gerada. Políticas públicas que visam uma melhor distribuição da renda ajudam na superação do subdesenvolvimento, fortalecendo um ciclo virtuoso na geração de renda com melhorias nos indicadores socioeconômicos (POCHMANN, 2013).

A verificação nos avanços do desenvolvimento decorrentes das políticas públicas possibilita a comparação histórica, sendo possível analisar distintos governos e períodos verificando se ocorreram melhorias nos indicadores socioeconômicos, assim construindo parâmetros e hipóteses de como superar o subdesenvolvimento.

As políticas públicas de desenvolvimento no Brasil foram ampliadas a partir de 2003, com atuação territorial com ênfase em políticas de valorização salarial e transferência de renda. Com a criação em 2003 do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) a regionalização e o desenvolvimento ganharam características de Política de Estado, que tiveram como premissas a operação territorial na diminuição das assimetrias regionais, prestigiando as características locais em uma ação mútua entre diferentes entes públicos (BRANDÃO, 2014; BRASIL, 2003).

O papel do Estado na criação de políticas públicas para a diminuição das desigualdades regionais e para o avanço no desenvolvimento mais equânime entre

as regiões, apresenta uma função central a partir da criação do PNDR. A sua efetivação e eficiência no processo de desenvolvimento regional podem ser discutidos em torno dos resultados alcançados, Brandão (2014) critica a demora na elaboração e atuação de uma nova política de desenvolvimento regional a nível nacional, porém salienta a importância central do Estado como agente detentor das mudanças necessárias para uma melhor equidade, competitividade, diversificação e interiorização do desenvolvimento. A constituição de 1988 impõe um rol mínimo de proteções sociais, que abrangem as unidades da federação, assim a diminuição das desigualdades sociais históricas passa pelo enfrentamento das desigualdades regionais e inter-regionais (BRANDÃO, 2014).

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale), está inserida no Estado de São Paulo que possui o maior PIB, produção industrial e população, dentre os 27 estados brasileiros. A RMVale passou ao longo de sua história, desde a criação dos seus municípios até o período recente, por diferentes etapas do processo de desenvolvimento brasileiro. Sua importância inicial se deu no período colonial com o extrativismo e depois com as plantações monocultoras, assumindo um papel importante na agricultura nacional, vale ressaltar que até hoje alguns municípios dispõem na agricultura e agropecuária sua principal fonte de geração de riqueza (VIEIRA, 2009).

Após a Segunda Guerra Mundial, alguns poucos municípios da região receberam investimentos em indústrias e centros de pesquisa, com a implantação de multinacionais, se transformando ao longo do tempo em uma região estratégica na industrialização paulista e brasileira. Essa industrialização foi realizada de forma concentrada em alguns municípios gerando uma desigualdade de riqueza e renda, fazendo com que os 39 municípios que compõem a RMVale ficassem em níveis diferentes do desenvolvimento (VIEIRA, 2009). É importante salientar que mesmo os municípios mais industrializados não apresentam uma evolução sistemática do desenvolvimento e apresentam altos níveis de desigualdade social.

A RMVale é um importante centro tecnológico, aeroespacial, automobilístico, petroquímico e com indústrias de bem manufaturados de diversos segmentos. Na dinâmica nacional, a localização da RMVale é estratégica, ficando próxima das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A Rodovia Presidente Dutra que liga essas

cidades passa por boa parte dos municípios da região. E importantes empresas pertencentes ao Estado de São Paulo e centros tecnológicos estão presentes nesses municípios.

O processo de industrialização concentrado em determinados municípios da região desencadeou um processo de desequilíbrio inter-regional, quando observados somente a riqueza gerada por esse setor. As regiões geográficas imediatas [1] pertencentes a RMVale acabaram por ficar em níveis de desenvolvimento regionais distintos, quando medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). As regiões geográficas imediatas se encontram também em diferentes graus de concentração e distribuição da renda, que também é impactada por uma distribuição populacional concentrada nas regiões mais industrializadas (VIEIRA,2009).

O estudo analisa o Estado brasileiro e sua função central na diminuição das disparidades sociais e na retomada do crescimento econômico, utilizando dados das políticas públicas de renda e dados dos indicadores socioeconômicos. A RMVale com municípios e regiões imediatas com características e níveis de desenvolvimento distintos, passou por esse processo de intensificação das políticas públicas sendo um importante objeto de estudo, para verificar a ocorrência na melhoria nos dados, indicadores e índices sensíveis ao desenvolvimento.

1.1 PROBLEMA

Para se alcançar uma melhora nos índices sociais e econômicos de desenvolvimento são necessárias melhorias em diversas áreas como economia, cultura, saúde, educação e outras. Um fator que consegue atuar em diversas áreas é a variação da renda dos indivíduos (HOFFMANN, 2020). O Estado por meio de políticas públicas pode atuar na melhoria dos níveis de renda da população e na melhoria da qualidade de vida.

[1] As divisões regionais ganharam nova nomenclatura pelo IBGE no ano de 2017, no estudo o conceito de regiões geográficas imediatas vão substituir o conceito e a nomenclatura anterior de microrregiões.

No ano de 2003 foi lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e em 2012 esse foi ampliado. O programa busca um esforço nacional para o planejamento e geração de políticas regionais, de modo a reduzir as desigualdades regionais e maximizar as potencialidades no desenvolvimento das diferentes regiões do Brasil (RESENDE *et al*, 2015).

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale) e seus 39 municípios em diferentes níveis de desenvolvimento, é uma região geográfica intermediária [2] com alguns municípios intensos em industrialização sendo um importante polo tecnológico e industrial, e outros com baixo grau de desenvolvimento, sobretudo os do Vale Histórico.

Partindo do pressuposto que a superação da má distribuição da renda é uma condição para o alcance de uma sociedade mais desenvolvida; e que a RMVale adotou uma trajetória política de desenvolvimento que resultou na distribuição de renda desigual, pergunta-se**:** quais os efeitos das políticas públicas de distribuição da renda na RMVale a partir de 2000?

1.2 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos e desdobramentos no desenvolvimento socioeconômico da RMVale, a partir das ações de políticas públicas federais de renda no período de 2000 até 2019.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as políticas públicas federais de renda que incidiram sobre os municípios da RMVale a partir de 2000.
- Analisar os impactos das políticas públicas no desenvolvimento nas regiões geográficas imediatas da RMVale por meio das políticas públicas federais de

[2] A divisão regional ganhou novo nomenclatura pelo IBGE no ano de 2017, no estudo o conceito de região geográfica intermediária substituiu a antiga nomenclatura de mesorregião.

renda; geração de emprego, ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Bolsa Família e a valorização do salário mínimo (SM).

- Verificar a ocorrência na variação das disparidades dos desenvolvimentos socioeconômicos ao nível inter-regional e na redução nas desigualdades sociais, com a implementação das políticas públicas federais de renda.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A delimitação do estudo quanto ao tema, consta na escolha do âmbito Federal para a análise das políticas públicas, dentro do segmento renda. Os impactos e as distribuições dessas políticas federais, podem ter uma abrangência territorial em escala nacional, pois o Estado como ente federativo criador, centralizador e provedor dessas políticas federais pode alcançar muitos municípios. Essa capacidade de impacto nos municípios, possibilita um levantamento de dados uniforme na região estudada, melhorando a consistência nas comparabilidades e nas análises do estudo.

As políticas públicas federais de renda, objeto do estudo, são a valorização do salário mínimo (SM), a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Bolsa Família e a geração de emprego. Essas políticas de ampliação e valorização da renda passaram por uma grande variação no período de estudo selecionado, impactando em indicadores sociais e econômicos positivamente (ARAÚJO, 2015; BRANDÃO, 2020; HOFFMANN, 2020; POCHMANN, 2013).

A escolha da RMVale como recorte geográfico do estudo deve-se em partes pela conveniência, quando este estudo é realizado na Universidade de Taubaté localizado no município de Taubaté que por sua vez pertencente a RMVale, e pela sua importância como polo industrial e tecnológico no Estado de São Paulo e no Brasil, possuindo laços históricos importantes no desenvolvimento do eixo industrial paulista (VIEIRA, 2009). Essa região apresenta desigualdades entre os municípios que a compõem, quando a industrialização não foi capaz de diminuir as disparidades municipais e regional na distribuição da renda, encontrando um limite entre o processo de industrialização e o desenvolvimento.

A escolha das políticas públicas federais de renda conforme delimitado acima, facilita as buscas dos dados e a realizações das análises em regiões com elevada

quantidade de municípios, que é o caso da RMVale. A não realização do Censo Demográfico pelo IBGE em 2020 e 2021 é um problema, pois limita o acesso a alguns dados e análises até o último Censo Demográfico disponível, o do ano de 2010.

Nas regiões geográficas imediatas da RMVale a serem analisadas foi definido uma subdivisão que aproxima os municípios com características próximas, a divisão segundo o IBGE é por maior similaridade, facilitando a verificação do seu desenvolvimento temporal (VIEIRA, 2009).

Por último a escolha temporal entre 2000 até 2019, período que passou por um aumento substancial nas políticas públicas federais em diversos setores e de forma positiva em relação a renda (HOFFMANN, 2020). No que for possível e pertinente é apresentando dados anteriores a 2000 a fim de melhorar o comparativo histórico, e dentro do período temporal escolhido ocorre a supressão de alguns anos em alguns dados, indicadores e índices devido à inexistência deles.

Nesse recorte o Brasil vivenciou um elevado aumento dos investimentos governamentais em diversas áreas, impactando em escala regional e municipal (ARAÚJO, 2013; BRANDÃO, 2020).

As questões ambientais, de saúde e de educação são variáveis importantes para o desenvolvimento, porém não serão objeto de estudo neste trabalho, este se limitará às políticas públicas federais de renda e a contribuição dessas para o desenvolvimento.

Dados recentes divulgados pelo IBGE (2021) quando comparados com dados do Banco Mundial, mostram que em 2019 o Brasil ocupou a nona pior posição mundial no Índice de Gini, que mede a concentração de renda. Comparando com o ano de 2015, esse mesmo Índice chegou ao menor patamar histórico, quanto menor o índice melhor é a concentração de renda. Entender esse movimento entre os anos 2000-2019, de melhora na concentração da renda e posteriormente da sua piora, é um dos objetivos desse estudo.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esse estudo tem relevância na medida em que as políticas públicas implantadas podem convergir para um avanço no desenvolvimento, sendo um estudo

importante para verificar os avanços, acertos e dificuldades dessas políticas numa região metropolitana importante com municípios em vários níveis socioeconômicos.

Esse trabalho expõe uma visão de causa e efeito em relação às políticas públicas de renda e indicadores socioeconômicos, podendo ter uma hipótese mais ampla desses efeitos, saindo das análises individuais que serão feitas em direção a um consenso mais geral da importância dos investimentos governamentais.

As políticas de renda têm uma característica propositiva e abrangente, acaba por chegar a várias camadas sociais, e seu impacto na população mais pobre é maior para o avanço no desenvolvimento. Na análise de relação entre a implementação das políticas públicas federais de renda e a melhoria nos indicadores socioeconômicos, demonstra-se afirmar a importância do Estado como agente das políticas públicas.

Esse estudo por fim, pode ser uma indicação de caminhos concretos para a superação da desigualdade, na medida em que pode subsidiar a construção das políticas públicas, com base nas análises históricas de políticas passadas que apresentaram resultados positivos, com grande impacto no desenvolvimento social e econômico.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A estrutura dessa dissertação foi dividida em 5 seções. Na primeira seção a introdução apresenta a importância da temática política pública no desenvolvimento, seja ele de uma nação, região ou município.

A segunda seção é a revisão da literatura, quando são elencados autores no debate sobre os conceitos de desenvolvimento, políticas públicas e indicadores, fazendo uma reflexão da importância e capacidade desses temas no desenvolvimento social. O método é a seção terceira, que indica o caminho a ser percorrer para alcançar os objetivos de forma científica.

Na seção número quatro constam os resultados da pesquisa com a apresentação dos dados, indicadores e índices relacionados a renda. Por último a seção cinco apresenta as conclusões que fecham o trabalho, amarrando as análises apresentadas em torno da importância das políticas públicas federais de renda para com o desenvolvimento regional.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura analisa conceitos de desenvolvimento, políticas públicas e indicadores. Nas décadas de 2000 e 2010 há uma vasta bibliografia sobre essas temáticas, pois o Brasil passou por uma experiência de grande variação dos gastos públicos, com políticas sociais e econômicas em diversos campos, com destaque para a renda (POCHMANN, 2013).

Essa seção de revisão da literatura foi dividida em quatro subseções, de forma a desenvolver o estudo com conceitos e teorias. A primeira subseção expõe uma revisão do conceito desenvolvimento e da sua característica multidimensional. Na segunda subseção são apresentados aspectos conceituais e teóricos das políticas públicas. Na terceira subseção estão os indicadores e índices que são utilizados no estudo, e o debate nos seus aspectos e características de composição.

Na última subseção, o desenvolvimento das políticas públicas realizadas no Brasil, discorrendo sobre as políticas implementadas e ampliadas após o ano 2000 até o período mais recente com dados consolidados até 2019.

2.1 DESENVOLVIMENTO: UM DEBATE INTERDISCIPLINAR E MULTIDIMENSIONAL

A caracterização do conceito desenvolvimento vem sendo construída em uma perspectiva interdisciplinar e multidimensional, o seu significado não está fechado a novas abordagens, porém seu papel central é definido na melhoria social e do bem-estar da população (SANTOS *et al*., 2012).

O desenvolvimento segundo Santos *et al.* (2012) é uma estratégia para reproduzir o capital e obter controle social com capacidade de corrigir distorções socioeconômicas. O desenvolvimento transforma as relações sociais como consumo, pensamento e a produção. É um tema de interesse público de toda a sociedade, é multidimensional e interdisciplinar. O desenvolvimento vai além do crescimento econômico, e necessita de um gerenciamento participativo de todos os atores sociais; agentes públicos, instituições, sociedade civil, setores empresariais.

Os pontos levantados pelos autores trazem luz para um conceito mais focado e atual sobre a construção do que é o desenvolvimento, sua importância indissociável do Estado e da participação da sociedade.

O desenvolvimento promove as mudanças necessárias para corrigir as distorções do capitalismo, esse tema deve ser debatido por todos os atores sociais sem distinção, para assim evoluirmos em qualidade de vida social, econômica, cultural e ambiental. Aqui se entende por atores sociais o Estado, as entidades públicas e privadas, as empresas, os empresários e os trabalhadores, ou seja, toda entidade, agente ou indivíduo que está presente nas interações capitalistas.

O conceito de Sen (1999) sobre desenvolvimento é bastante difundido e citado em trabalhos acadêmicos. O autor trata do desenvolvimento econômico como um resultado da ampliação das liberdades individuais, que são os direitos fundamentais e básicos que se deve proporcionar a um cidadão, como saúde, educação, trabalho, renda, moradia e outros.

Os avanços tecnológicos, a industrialização e a melhoria dos indicadores econômicos podem melhorar os indicadores sociais, assim o conjunto de melhorias e avanços nas áreas sociais e econômicas desemboca no conceito de desenvolvimento (SEN, 1999). Assim um sinalizador do desenvolvimento é a plenitude das liberdades individuais garantidas a todos os indivíduos, o Estado como garantidor dessas liberdades. Na medida em que o liberalismo econômico acaba por privilegiar uma parcela da população em detrimento dos demais, o Estado ganha um papel de equalizador das distorções de mercado, a fim de garantir a plenitude das liberdades individuais.

Sen (1999) salienta a importância do Estado, como um garantidor do caminho para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Aumentando o grau de exigência do Estado para com a melhoria dos indicadores socioeconômicos através da aceitação e ampliação das políticas públicas. A melhoria da igualdade material passa necessariamente pela instrumentalização das liberdades como ferramenta para se alcançar o desenvolvimento verdadeiro (PANSIERI, 2016). No Brasil a Constituição

Federal de 1988, salienta o papel do Estado como guardião e garantidor desses direitos fundamentais[3].

Dallabrida (2020) sintetiza a questão do desenvolvimento na dinâmica regional com a composição de diversos agentes, com origem em organizações e instituições de setores públicos e privados como sociedade civil, empresarial e agentes públicos.

Esses agentes devem praticar uma responsabilidade de governança horizontal por meio das relações sociais, salientando a importância das instâncias públicas e privadas no processo de gestão e desenvolvimento territorial na qual estão inseridos todos esses agentes. O desenvolvimento socioeconômico trazido para dentro da territorialidade possibilita verificar as diferentes nuanças de cada localidade de modo a um entendimento focalizado nas disparidades econômicas e sociais.

O conceito de patrimônio territorial de Dallabrida (2020) agrega tanto recursos quanto ativos que estão presentes em um território, que foram concentrados durante sua história podendo esses serem materiais ou imateriais. Essa construção do patrimônio acontece de maneira continuada ao longo do tempo, seja na herança remota ou na atualidade, com as relações sociais, econômicas, culturais e com o meio ambiente.

As dimensões do patrimônio territorial são: a produtiva, a natural, a humana e intelectual, a cultural pôr fim a social e institucional (DALLABRIDA, 2020). Essas referências analíticas são uma proposta para entender a dinâmica que envolve uma região, sendo um ponto de partida para pensar como diminuir o subdesenvolvimento e as disparidades regionais e sub-regionais.

Dois conceitos relevantes na construção da temática do desenvolvimento são o desenvolvimento endógeno e o sustentável. O desenvolvimento endógeno segundo Barquero (2002) engloba o potencial territorial, seja na utilização da capacidade social e cultural local, os processos produtivos locais que trazem competitividade, e as relações políticas que possibilitam uma integração harmônica entre os agentes que compõem a produção estimulando o seu desenvolvimento e competitividade.

[3] Os direitos e garantias fundamentais estão descritos nos art. 5º até o 17º da CF, e trazem algumas garantias como; direito à propriedade, livre exercício de trabalho e profissão, liberdade de locomoção no país, pequena propriedade rural de família não pode ser penhorada, direito de herança, acesso ao Poder Judiciário, salário mínimo, salário família, décimo terceiro salário e piso salarial e, liberdade de associação profissional e sindical e o direito de greve, entre outros.

Barquero (2002) enfatiza que um dos pilares do desenvolvimento endógeno é a capacidade de incorporação e difusão das novas tecnologias no meio local, para isso a capacitação e absorção dos trabalhadores precisa ser estimulada.

O desenvolvimento sustentável tem suas bases na Europa e nos EUA das décadas de 1960 e 1970, nos movimentos ambientalistas que surgiram (OLIVEIRA, 2002). Para ocorrer um desenvolvimento sustentável segundo Sachs (1993) é necessário englobar cinco dimensões de forma harmônica e integrada que são a econômica, social, espacial, cultural e a dimensão ecológica.

O desenvolvimento socioeconômico é direcionado para dentro de um parâmetro dinâmico de evolução e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (VIEIRA, 2009), verificando sua evolução através de indicadores sensíveis ao patrimônio territorial de cada localidade ou região.

O conceito de desenvolvimento adotado nesse trabalho visa englobar os aspectos sociais e econômicos, possíveis de serem alcançados na esfera do desenvolvimento de uma nação, uma região ou um município. O estudo adota o conceito desenvolvimento socioeconômico como a conjunção que engloba o desenvolvimento no sentido mais amplo, tanto em riqueza quanto em ganho social e distribuição de renda.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS

O conceito de políticas públicas é bastante vasto, sendo uma temática multidisciplinar/interdisciplinar passando pelas temáticas sociológica, ciência política e econômica. Uma visão ampliada que busca explicar o significado de política pública, dentro da dinâmica das sociedades modernas e apresentado por Saravia (2006).

> Mas o que é uma política pública? Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório (SARAVIA, 2006, p. 28).

Para Saravia (2006) é um fluxo de decisões públicas, que pode ser utilizado para modificar a realidade do tecido social e assim provocar mudanças no cotidiano, ou esse fluxo de decisões pode ser usado para manter a realidade social atual.

> Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p. 29).

As políticas públicas conseguem mudar a realidade social, e tem a influência de diversos atores ou grupos, e as instituições têm papel de destaque na formulação e efetivação dessas políticas (SARAVIA, 2006). O destaque nas instituições são os agentes públicos e o Estado, seja um governo eleito ou os agentes perenes que compõem a Estado.

Um dos primeiros autores que tipifica as políticas públicas é Lowi (1972), que coloca o conteúdo de uma política como primordial para sua construção. O conteúdo determina a escolha do processo, dos agentes e instituições envolvidas e de outros elementos que possam ser necessários para se enfrentar o problema origem dessa política (SECCHI, 2010).

Cada Ciclo de Política Pública percorre um caminho próprio, desde a identificação do problema, formulação de ideias, tomada de decisões, implementação e avaliação, para tanto é indispensável o conhecimento do conteúdo da política pública e sua a tipificação.

As quatro formas definidas de políticas públicas para Lowi (1972) são as regulatórias, as distributivas, as redistributivas e as constitutivas. As políticas regulatórias são as que definem o comportamento social, sua constituição é definida pela correlação de forças entre os agentes. As políticas distributivas que canalizam os recursos do coletivo social para com grupos sociais particulares, com intuido de causar melhora nesses grupos selecionados. As políticas redistributivas que canalizam recursos de grupos sociais específicos para outros grupos sociais selecionados, essa política tem uma menor aceitação que a distributiva, pois envolve interesses próprios de grupos sociais distintos. As políticas constitutivas que moldam

às regras e o funcionamento do governo, envolvendo a equalização do poder entre os agentes políticos sendo de difícil construção (SECCHI, 2010).

Outras classificações de tipos de políticas públicas são a de Cohen, March e Olsen (1972), Wilson (1983), Gormley (1986) e Bozeman & Pandey (2004), essas tipologias podem ser complementar e evolutivas uma com relação a outra, e nesse estudo ajudam a classificar as políticas públicas realizadas no período em análise.

Para Cohen, March e Olsen (1972) os ciclos de políticas públicas são importantes, e a forma como os atores tomam suas decisões está relacionado com os problemas e suas alternativas, recorrendo ao conhecimento pré-existente tanto dos problemas quanto das alternativas em soluções parecidas para a tomada de decisão. Esses autores cunharam o termo “janela de oportunidades” que é o momento resolutivo entre o problema observado e as alternativas possíveis, quando o fluxo de problemas (necessidade pública), o fluxo de soluções e o fluxo das condições políticas favoráveis caminham no mesmo período para essa janela de oportunidade (SECCHI, 2010).

Na tipologia proposta por Wilson (1983) o fator principal é a relação entre custo e benefícios e os diferentes atores e interesses sociais. Ele identificou quatro tipos de políticas; as majoritárias quando toda a sociedade é alvo dos custos e benefícios, as empreendedoras quando poucos grupos são responsáveis pelo custo e os benefícios são coletivos, as clientelistas quando o custo é coletivo e os benefícios para determinados grupos e, por fim, as políticas de grupos de interesse, quando grupos opostos passam a disputar os benefícios e os custos de políticas específicas (SECCHI, 2010).

Gormley (1986) divide em duas variáveis de conteúdo das políticas públicas, as de grau de impacto nas pessoas (número de pessoas) e as de grau de complexidade que envolve a capacidade de realização de determinada política. A partir dessas duas variáveis foi desenvolvido quatro tipos de conteúdo que interferem na decisão dos atores; as com elevado apelo popular podendo ser de alta ou baixa complexidade, as com baixo interesse popular podendo ser de alta ou baixa complexidade (SECCHI, 2010).

Por fim, a classificação de Bozeman & Pandey (2004) que tipifica a política em de acordo com seu conteúdo podendo ser esse conteúdo de categoria técnica ou de

categoria política, podendo em determinadas políticas ou momentos de implantação dessas ocorrer uma ambiguidade da categoria, ocorrendo uma transição entre as categorias (SECCHI, 2010).

Diante dessas tipificações das políticas públicas, através desse breve histórico com autores clássicos, é possível uma classificação das políticas públicas de renda que foram implantadas no Brasil dentro dessas tipificações, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação de políticas públicas de renda em tipologias.

	Valorização do Salário Mínimo	Benefício de Prestação Continuada	Programa Bolsa Família	Geração de Emprego
Lowi (1976)				
Regulatórias	x			
Distributivas		x	x	
Redistributivas	x			
Constitutivas				x
Cohen, March e Olsen (1972)				
Fluxo de problemas	x	x	x	x
Fluxo de soluções	x	x	x	x
Fluxo das condições políticas	x	x	x	x
Wilson (1983)				
Majoritárias	x			x
Empreendedoras				
Clientelistas		x	x	
Grupos de interesse				
Gormley (1986)				
Elevado apelo e simples				
Elevado apelo e complexo	x	x	x	x
Baixo interesse e simples				
Baixo interesse e complexo				
Bozeman & Pandey (2004)				
Técnico	x	x	x	x
Político	x	x	x	x

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base em Lowi (1972), Cohen, March e Olsen (1972), Wilson (1983), Gormley (1986) e Bozeman & Pandey (2004).

Essa classificação, conforme o Quadro 1, pode sofrer variações de acordo com a abordagem e o entendimento sobre as políticas públicas estudadas. No Brasil as quatro políticas que compõem o quadro, só foram implementadas e tiveram eficiência devido ao progresso dos diferentes fluxos para a janela de oportunidades de Cohen, March e Olsen (1972), e essas políticas transitaram no conteúdo técnico e político segundo a classificação de Bozeman & Pandey (2004).

Com relação a tipologia de Gormley (1986) essas quatro políticas tem um elevado apelo e interesse popular, quando a implantação e ampliação dessas tem a capacidade de melhorar a renda e diminuir a pobreza social. Com relação a classificação de Wilson (1983) as políticas públicas de transferência de renda como o BPC e o Bolsa Família são clientelistas, quando os recurso tem origem em toda a sociedade e o benefício é direcionado determinados grupos, já as políticas de geração de emprego e valorização do salário mínimo (SM) real são majoritárias, tem seus custos e benefícios compartilhados por toda a sociedade.

Dentro da proposta de tipificação de Lowi (1972), as políticas como BPC e o Bolsa Família são classificadas como distributivas, pois os recursos são difusos de toda a sociedade e os benefícios são direcionados a grupos determinados. A política de geração de emprego é classificada como constitutiva, a valorização do SM real é regulatória e redistributiva, devido a sua complexidade de implantação e aos conflitos de diferentes atores para sua implantação.

A construção de uma política pública começa na tomada de decisão ou a inércia, constituída por diversos atores sociais como o Estado, os detentores do capital, dos meios de produção, o povo e os mais diversos segmentos que tem interesses fins sobre as políticas públicas (SOUZA, 2006).

Visões distintas de como o Estado deve participar da tomada de decisão e intervenção, são determinantes nos programas sociais a serem implantados, ampliados ou mesmo extintos. O papel do Estado e das políticas públicas, geram resultados distintos e por vez antagônicos nos projetos e governos (HÖFLING, 2001).

Duas das principais correntes do pensamento econômico com princípios distintos, que influenciam e moldam a forma de agir e o papel do Estado são as correntes liberal e marxista.

O liberalismo econômico tem sua origem no século XVIII a partir de Smith (1983), que cria uma doutrina econômica no qual o Estado tem o papel de protetor das garantias individuais, sendo defensor da propriedade privada e criticando fortemente a intervenção Estatal na economia. É importante salientar que dentro do liberalismo ou mesmo dentro de outras linhas de pensamento como o marxismo, essas não são homogêneas no seu pensamento ocorrendo distinções internas. O próprio Smith (1983) não nega em absoluto a importância do Estado nas atividades

econômicas, ele salienta e importância do Estado na defesa da nação e na defesa da riqueza, na defesa da propriedade privada, na realização de obras públicas que facilitam o comércio e na cobrança de impostos para a manutenção do Estado (CORAZZA, 1989), porém o enfoque na interversão do Estado tem por fim a acumulação do capital e não o bem-estar social.

Smith defende que o chamado mercado, entes privados detentores dos meios produtivos e financeiro, consegue a autorregulação da produção e da renda, sendo um defensor do livre mercado (HÖFLING, 2001).

Já no século XX há uma continuidade dessa doutrina liberal através do neoliberalismo com os pensadores Hayek (1977), Mises (1949) e Friedman (1977), que no postulado neoliberal o Estado não é cabido ser defensor nem organizador de políticas públicas de caráter universalizador, não é justo interferir de forma afirmativa na diminuição das desigualdades, e em todas as áreas que o setor privado pode atuar o Estado não deve interferir.

O neoliberalismo defende que o Estado deve garantir que as entidades privadas possam atuar livremente, mantendo as garantias individuais de escolha e de equilíbrio de mercado. Defendendo as privatizações dos serviços públicos, das empresas públicas e da redução do Estado na economia. A otimização dos agentes privados levaria a melhoria do equilíbrio econômico, por consequência social e qualquer interferência poderia desequilibrar esse modelo otimizado.

O marxismo é uma corrente de pensamento plural com diversas linhas de tendências, no pensamento e na abordagem dos conceitos postulados por Karl Marx. Entre as diversas linhas de pensamento do marxismo, existe uma que pensa o Estado capitalista como um agente importante para atender as demandas e necessidades dos trabalhadores e categorias, que ficam a margem do desenvolvimento capitalista (HÖFLING, 2001).

Para Offe (1991) o Estado tem papel central para conceber e implementar regulações políticas, indo além de um papel burocrático e mantenedor dos diretos individuais. O Estado deve resolver problemas de ordem estrutural, como a manutenção e ampliação do trabalho assalariado, com políticas sociais que diminuam os conflitos sociais.

O Estado tem responsabilidade com as políticas públicas a fim de diminuir as desigualdades estruturais que o sistema de desenvolvimento econômico produz (HÖFLING, 2001).

O Brasil da década de 1990 foi regido por princípios neoliberais do Consenso de Washington[4], no governo federal seus presidentes foram Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que colocaram em práticas alguns postulados desse arcabouço, como diminuição das barreiras alfandegarias, impostos de importação e privatizações das empresas estatais. O neoliberalismo se mostrou incapaz de resolver os problemas impostos pela trajetória histórica Brasileira, no sentido de melhorar o desenvolvimento e os indicadores socioeconômicos. Esse período não apresentou uma diminuição das desigualdades sociais nem avanços substanciais na produção e geração de renda. Ampliar Realce

2.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

De forma semelhante ao conceito de desenvolvimento e políticas públicas, os indicadores, sejam eles sociais ou econômicos, passaram por um processo evolutivo e tiveram seu aprimoramento por diversos autores e segmentos interessados durante a história do século XX e XXI.

Os primeiros indicadores surgiram no pós-guerra basicamente com conceitos econômicos como PIB e PIB *per capita,* indicadores macroeconômicos e de contas nacionais, que permitiam com um grau de confiabilidade a comparação entre países e regiões no seu desenvolvimento econômico (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

Esses indicadores de primeira geração não tinham a capacidade nem a sensibilidade na percepção do desenvolvimento humano e socioeconômico, a geração de riqueza de maneira isolada não pode diminuir as disparidades sociais, distribuir renda e bem-estar social. Em uma segunda geração de indicadores que foram propostos, em sua maioria compostos de mais de um elemento, o Índice de

[4] O Consenso de Washington foi uma reunião no ano de 1989 que formulou um conjunto de medidas para estimular as exportações, a competição das taxas de câmbio, a gestão de finanças públicas através de ajustes macroeconômicos. Foi recomendado para países em desenvolvimento a ampliação do neoliberalismo e reformas estruturantes no Estado.

Desenvolvimento Humano (IDH) se tornou o mais popular e utilizado (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

O IDH foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, e passou a ser utilizado a partir de 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH na sua construção é composto por três dimensões, longevidade (expectativa de vida ao nascer), escolaridade (taxa de alfabetização e taxa de escolaridade) e por último a renda (PIB *per capita*), ele tem uma escala de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 melhor o índice.

Na escala de classificação segundo critérios das Nações Unidas o IDH muito alto é entre 0,8 até 1, alto entre 0,7 até 0,799, médio entre 0,555 até 0,699 e um IDH baixo entre 0,350 até 0,554. A fórmula do cálculo do IDH é uma média geométrica das três dimensões que compõem o índice, a expectativa de vida ao nascer (EV), o índice de educação (EI) e o índice de renda (IR).

Segue abaixo as fórmulas para se chegar no IDH, que se utiliza das nomenclaturas de anos médios de estudo (AME), anos esperados de escolaridade (AEE), índice de anos médios de estudo (IAME), índice de anos esperados de escolaridade (IAEE) e produto interno bruto *per capita* (PIBpc), além dimensões já apresentadas.

$$\text{EV} = \frac{EV - 20}{83,2 - 20}$$

$$\text{EI} = \frac{\sqrt[2]{IAME \times IAEE} - 0}{0,951 - 0}$$

$$\text{IAME} = \frac{AME - 0}{13,2 - 0} \qquad \text{IAEE} = \frac{AEE - 0}{20,6 - 0}$$

$$\text{IR} = \frac{ln(PIBpc) - ln(163)}{ln(108.211) - ln(163)}$$

$$IDH = \sqrt[3]{EV \times EI \times IR}.$$

A importância de indicadores mais complexos ajuda numa leitura mais realística da natureza socioeconômica de uma região, por exemplo, no ano de 2010 o Brasil ocupava 85ª posição na classificação mundial do IDH, situação inferior quando comparado com o PIB *per capita* que ocupava a 61ª posição, já comparando somente o PIB o Brasil ocupava a 8ª na classificação mundial.

Fica evidente a necessidade de indicadores mais completos como o IDH que podem captar a discrepância na distribuição da riqueza e na melhoria da população no atendimento à saúde e educação (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

As críticas sobre o IDH também são vastas passando pela sua forma universal de composição e atribuição dos pesos dos seus componentes de maneira equânime, dessa forma essa estrutura não entender a regionalidade de cada local, deixando de lado as necessidades e a dinâmica própria de cada região (VEIGA, 2003).

O IDH explicitado tem suas virtudes e limitações, aqui é utilizado para conceitualizar a temática indicadores sendo utilizado com um dos principais indicadores socioeconômicos em estudos de desenvolvimento. Nesse trabalho os indicadores utilizados devem ser sensíveis às variáveis como, bem-estar, qualidade de vida e distribuição de renda.

No processo de criação e implementação de políticas públicas, o acesso a indicadores sociodemográfico e a dados estatísticos são importantes e cada vez mais são procurados por municípios de grande e médio porte, servindo de subsídio para programas sociais. Os indicadores sociais e econômicos são uma construção de dados, geralmente quantitativos que indicam uma determinada situação. Esses subsidiam a tomada de decisão de vários agentes públicos, sendo também uma ferramenta de verificação das mudanças sociais (JANNUZZI, 2002).

Uma variação brasileira do IDH foi o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM), que tem as mesmas características do IDH, porém a nível municipal. O IDHM é divulgado junto com os dados do censo demográfico, que tem uma periodicidade a cada 10 anos, criando uma dificuldade para análises temporais anuais, assim outros indicadores com maior recorrência de dados são necessários e complementares a análises históricas.

Os dados do IDHM são dos anos de 1991, 2000 e 2010, em 2020 e 2021 não foi realizado o censo demográfico, que ficou agendado para 2022. Essa não realização do censo demográfico e por consequência a inexistência do IDHM mais atual é um obstáculo nas análises históricas de desenvolvimento, criando uma lacuna que pode ser minimizada com outros indicadores.

Na utilização dos indicadores é preciso entender os seus limites, que são impostos pela própria realidade de criação e limitação desses. Os indicadores não conseguem capitar a realidade humana e territorial com exatidão, mas sim fragmentos que fazem parte de um quebra-cabeça muito maior e complexo.

A avaliação de políticas públicas através de indicadores e índices sociais e econômicos, é uma importante ferramenta de controle social. Na formulação, implementação e ampliação das políticas é preciso que os agentes públicos (estados, governos e municípios) tomem à iniciativa, não dependendo exclusivamente dos indicadores. No que lhe concerne os indicadores não conseguem em diversas situações capitar a realidade social, esses podem servir com subsídio e não como fonte determinística de gerenciamento das políticas. Visto que muitas necessidades sociais e econômicas para se avançar no desenvolvimento não são expressas nos indicadores.

Outro indicador composto utilizado no estudo é o Índice Firjan de Desenvolvimento Humano (IFDM), sendo criado em 2008 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e através de estatísticas oficiais de emprego e renda, educação e saúde, criou um índice de desenvolvimento socioeconômico com mais de 5 mil municípios abordados (FIRJAN, 2021). Na formulação do IFDM são utilizados diversos componentes das três áreas de desenvolvimento que são ponderadas com mesmo peso, para explicar sua construção segue o Quadro 2.

Quadro 2 - Componentes do IFDM por área de desenvolvimento.

IFDM		
Emprego & Renda	Educação	Saúde
• Geração de emprego formal • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal	• Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental	• Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)

Fonte: FIRJAN (2021).

O IFDM tem uma divulgação anual e sua base atual é entre 2005 e 2016, um ponto positivo em comparação com o IDHM que tem divulgação a cada 10 anos,

sendo possível uma análise histórica de evolução anual, porém já está sem divulgação a 5 anos dificultando estudos recentes do desenvolvimento na escala municipal. O IFDM varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 é melhor sua avaliação de desenvolvimento, na escala entre 0 até 0,4 indica um baixo desenvolvimento, entre 0,4 até 0,6 indica um desenvolvimento regular, já entre 0,6 até 0,8 indica um desenvolvimento moderado e por último os resultados superiores a 0,8 indica um alto desenvolvimento.

O Índice de Gini também chamado de Coeficiente de Gini ou Razão de Gini foi criado em 1912 pelo matemático Corrado Gini, representando uma medida de concentração de renda ou desigualdade. A escala vai de 0 até 1 sendo 0 a completa desconcentração da renda entre a população e 1 representa a total concentração da renda da população. A formulação matemática utilizada pelo PNUD na classificação dos países é também utilizada pelo IBGE na divulgação do índice a nível municipal segue abaixo, sendo G o coeficiente de Gini, X a variável população e Y a variável renda:

$$G = 1 - \sum_{k=0}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

De forma mais simplificada o Índice de Gini em sua maior prática acaba por comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos de uma população.

O Índice L de Theil é uma medida de desigualdade de distribuição da renda criado por Henry Theil em 1967, seu valor está entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1 pior é a distribuição da renda. Sua construção matemática e dado por um logaritmo neperiano através da razão das médias aritméticas da renda familiar *per capita* com as geométricas da renda familiar *per capita*.

Esse índice sintético que foi desenvolvido de componentes da renda é satisfatório, preenchendo os requisitos de um bom indicador de desigualdade, com legitimidade social, técnica, política e institucional critérios importantes na elegibilidade de um indicador (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

Com as dificuldades impostas pela mensuração da real situação econômica e social de uma região, dada pelas limitações dos indicadores, e com a eclosão da crise

financeira de 2008 o presidente francês a época, Nicolas Sarkozy, criou uma comissão formada por renomados economistas, Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean Paul Fitoussi. Com o objetivo de identificar problemas e limites do uso do PIB como indicador de mensuração econômica, a fim de construir indicadores mais robustos e relevantes na mensuração social e econômica (BRAGA, 2009).

No relatório entregue pela comissão foram estabelecidas doze recomendações para os indicadores terem mais efetividade na mensuração econômica e social, visto a evolução recente pela qual as sociedades vêm passando tanto dos meios de produção quanto das novas atividades econômicas passando do enfoque econômico em busca do enfoque das melhores condições sociais o bem-estar (BRAGA, 2009).

> Para avaliar o bem-estar material, deverão ser utilizados o consumo e a renda líquida, no lugar da produção; todas as mensurações deverão priorizar a perspectiva das famílias; a renda e o consumo deverão ser considerados conjuntamente com a riqueza; os dados sobre a evolução dos valores médios da renda e da riqueza deverão ser complementados por sua distribuição; as atividades extramercado deverão ser incluídas nas mensurações da renda. a qualidade de vida depende de condições objetivas e de capacidades: deverão ser implementadas medidas relacionadas com a saúde, a educação, as atividades pessoais e as condições ambientais; os indicadores de qualidade de vida deverão evidenciar as desigualdades entre os diversos grupos; deverão ser feitas pesquisas para determinar os *links* entre as diversas dimensões da "qualidade de vida" individual, a fim de nortear as políticas nos diversos campos; os estatísticos deverão fornecer as informações necessárias para a agregação das diferentes dimensões da qualidade de vida; e a mensuração da qualidade de vida requer dados objetivos e subjetivos (BRAGA, 2009, p.1).

A comissão direciona o foco para o bem-estar das famílias e a qualidade de vida, valoriza a distribuição da renda, enfatiza a necessidade do desenvolvimento sustentável, trazendo a subjetividade em conjunto com a dados estatísticos para criar parâmetros sensíveis a aspectos de cidadania presentes no cotidiano na vida das famílias (STIGLITZ *et al*, 2009).

> Os institutos de estatística deverão incorporar perguntas que capturem avaliações sobre a vida das pessoas e suas experiências, de forma a produzir medidas quantitativas de aspectos subjetivos. A avaliação da sustentabilidade exige um "painel" bem identificado de indicadores. A característica dos componentes desse painel é que eles deverão refletir variações de alguns estoques considerados relevantes para o bem-estar; os aspectos ambientais da sustentabilidade merecem um acompanhamento exclusivo, baseado num conjunto bem escolhido de indicadores. Em particular, deverá haver um indicador claro que indique quão próximos estamos dos níveis críticos de danos ambientais, como as mudanças

> climáticas e a extinção de cardumes. A Comissão enfatiza que haja um indicador claro de concentração de gases de efeito estufa (GEE), associado aos níveis críticos de mudanças climáticas (BRAGA, 2009, p. 2).

No estudo de indicadores a importância de dados constantes e confiáveis é prerrogativa para a construção de uma boa séria histórica, e por consequência uma análise mais próxima da realidade das regiões. A pandemia da Covid 19 acabou por dificultar as pesquisas de campo, visto a necessidade de contato pessoal para a realização de coleta de dados, uma vez que nem todas as pessoas têm acesso a meios digitais. Nesse cenário também ocorreu a falta de empenho por parte do Governo Federal, que cortou o orçamento impossibilitando a realização do Censo Demográfico em 2020 e 2021, fonte importante de dados que subsidiam diversos estudos na área de indicadores e políticas públicas.

2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RENDA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

No Brasil o desenvolvimento está associado à sua industrialização, que ganha mais força após a Segunda Guerra Mundial. O modelo adotado inicialmente foi a industrialização via substituição de importação mesmo antes de pós-guerra, colocando fim ao modelo primário-exportador entre países chamados industriais e desenvolvidos e não industriais e subdesenvolvidos (VIEIRA, 2009).

Na intensificação industrial brasileira que se deu a partir de 1950, essa foi induzida por capital externo com a introdução de empresas multinacionais estrangeiras, que produziu uma acumulação de capital concentrada e uma concentração industrial territorial gerando disparidades regionais.

A industrialização não resolveu o subdesenvolvimento e acirrou as disparidades regionais, a concentração de renda e a concentração espacial, a forma como o Brasil se inseriu na divisão internacional do trabalho colocou o país na periferia dos países industrializados REALCE. A relação centro-periferia aumentou as desigualdades internas e reproduziu o padrão de consumo do centro para poucos na periferia, gerando pobreza e injustiças sociais (FURTADO, 2009; VIEIRA 2009).

O Brasil foi inserido no capitalismo Mundial de forma tardia e periférica, sua industrialização aconteceu depois dos países centrais e de forma dependente desses,

criando uma relação de centro-periferia. Esse dinamismo externo coloca a tomada das decisões de maneira exógena a nação, assim o crescimento do Brasil inserido nessa dinâmica não possibilitava a superação das desigualdades internas e a superação da pobreza (MELLO, 1975).

O Plano de Metas de 1956 até 1960 foi o primeiro grande indutor dessa industrialização, proposto pelo governo de Juscelino Kubitschek tinha 31 metas e divido em 5 áreas, no qual 93,4% dos investimentos ficaram concentradas em 3 áreas, energia (43,4%), transporte (29,6%) e indústria de base (20,4%), e estava estruturado no chamado tripé econômico formado por empresas estatais, capital nacional e capital estrangeiro. Esse plano intensificou a industrialização na divisão internacional do trabalho na qual o Brasil se inseriu de forma tardia, as indústrias nacionais acabaram ficando nos setores mais atrasados e as multinacionais estrangeiras na indústria avançada e dinâmica. O Brasil passou a ser um país industrializado com crescimento econômico, porém não ocorreu um desenvolvimento econômico e social com distribuição de riqueza, e sim um processo de desenvolvimento com concentração da renda e permanência do subdesenvolvimento e pobreza, para grande parte da população (VIEIRA, 2009).

Nas décadas seguintes, em 1960 e 1970, o Brasil passou por um período chamado de “milagre econômico”, com forte industrialização via capital estrangeiro o aumento do conhecimento técnico-científico e concentração industrial. Esse período se deu pelo forte crescimento do PIB, nas mesmas bases da industrialização anterior com forte concentração de renda (VIEIRA, 2009).

Na Tabela 1 Vieira (2009) mostra o crescimento do PIB e da Indústria entre 1957 e 1973, corroborando os dados com o que foi apresentado de forte crescimento industrial e aumento do produto interno bruto. Entre os anos 1968 e 1973 o aumento médio do PIB foi de 11,2%, o maior no período apresentado e o crescimento industrial apresentou 13,3% de aumento médio também nesses mesmos anos.

Tabela 1 - Crescimento do PIB e da produção Industrial, entre 1957-1973.

Períodos	Crescimento do PIB	Crescimento Industrial
Média de 1957-60	9,4%	11,4%
Média de 1961-63	5,3%	6,3%

Média de 1964-67	4,2%	3,5%
Média de 1968-73	11,2%	13,3%

Fonte: IPEA, elaborado por Vieira (2009).

Na Tabela 2, Brum (1996) apresenta a distribuição da renda nacional por estratos da PEA e por fatores de produção, também corroborando para a forte concentração de renda discutida no período.

Tabela 2 - Distribuição da renda Brasileira por estratos da PEA e os fatores de produção, em % nos anos 1960-1970-1980.

Anos	1960	1970	1980
Os 20% mais pobres	3,9%	3,9%	2,8%
Os 50% mais pobres	17,4%	14,9%	12,6%
Os 10% mais ricos	39,6%	46,7%	50,9%
Os 1% mais ricos	11,9%	14,7%	16,9%
À massa salarial	60,0%	40,8%	37,9%
Ao capital	40,0%	59,2%	62,1%

Fonte: IBGE, elaborado por Brum (1996).

Entre os anos 1960 até 1980 os 20% mais pobres tiveram uma diminuição na participação da renda total de 3,9% para 2,8% da renda total, mesma tendência de queda dos 50% mais pobres que tinham 17,4% da renda em 1960 e passaram para 12,6% em 1980. Já os 10% mais ricos tiveram sua participação na renda total aumentada de 39,6% em 1960 para 50,9% em 1980, e por fim os 1% mais ricos aumentara a sua participação na renda total de 11,9% em 1960 para 16,9% em 1980.

Desse período do “milagre econômico” teve fim por diversos fatores, a crise financeira internacional na década de 1970 colocou em xeque o crescimento brasileiro alavancado no endividamento externo, os países desenvolvidos passaram por uma Terceira Revolução Industrial na qual não conseguimos acompanhar essa modernização. Ocorreu também o aumento do pagamento dos juros do endividamento externo, a crise interna nos desequilíbrios financeiros públicos, baixa dos investimentos na indústria, a baixa do crescimento econômico e o aumento da inflação.

O chamado ciclo da nova política teve início em 1985, com o fim o do Regime Militar no Brasil, o país foi introduzido numa dinâmica do capitalismo liberal com uma espécie de nova ordem global. Mudança essa que pregava a diminuição do Estado

através das privatizações e redução do papel do Estado nas diversas áreas das políticas públicas. Na nova república o Brasil se aprofundou no capitalismo neoliberal e os governos federais que se sucederam implantaram políticas públicas de desestatização e diminuição do Estado, que acarretaram o aumento da concentração de renda e aumento da pobreza (POCHMANN, 2017).

Durante os governos presidenciais que se sucederam até 2002 o Estado brasileiro foi em direção a implantação de políticas liberais, e entre os governos de 2003 até 2016 esse ciclo foi quebrado com a implementação de políticas de Governo de fortalecimento do papel do Estado e da importância das empresas Estatais.

A partir de 2003 com um novo governo federal, com características distintas dos anteriores no que tange as escolhas econômicas e políticas, foi possível uma inflexão positiva no tratamento as políticas públicas socioeconômicas. Um Governo que teve aumentos expressivos em gastos sociais, chegando a 23% do PIB em 2012, onde ocorreram também aumentos expressivos do PIB e da produção nacional (POCHMANN, 2013).

Para Pochmann (2013), que na linha heterodoxia do pensamento econômico fez algumas análises das políticas públicas entre 2002 e 2012, há uma mudança no ponto de inversão de diversos aspectos econômicos e sociais que o Brasil vivenciou durante o período em questão. Uma trajetória apontada é a dos indicadores socioeconômicos, que entre 1981 e 2003 a renda do conjunto ficou perto da estagnação, sem mudança significativa na distribuição da renda e uma alta de 14% na deterioração do trabalho na geração de empregos formais e taxa de ocupação.

Já na trajetória iniciada em 2004 ocorreu melhora significativa da renda média, da situação geral do emprego, e tivemos uma diminuição do grau de desigualdade em relação à distribuição da renda (POCHMANN, 2013).

Pochmann (2013) elenca “quatro pressupostos fundamentais” que mudaram na dinâmica do Estado e impactaram positivamente nos indicadores socioeconômicos. Primeiro o abandono da visão neoliberal por parte do novo Governo, tanto da visão de intervenção do Estado em políticas públicas como em privatizações sem critérios, somente para diminuir o tamanho do Estado. Segundo o elevado enfoque nas políticas sociais, com aumento real do SM, a criação do Programa Bolsa Família, tendo um papel de inclusão social e, ao mesmo tempo sendo um multiplicador do consumo,

aumentando a dinâmica nacional de produção e renda. Terceiro o aumento na governança nacional, internalizando as políticas econômicas aos interesses nacionais, com aumento do investimento público e organização estratégica no investimento privado. Quarto o novo reposicionamento brasileiro na geopolítica mundial, passando de devedor a credor internacional, acumulou reservas internacionais e liderou acordos multilaterais em favor do Brasil. Pochmann (2013) conclui que se as mudanças sociais observadas têm relação com as mudanças implantadas pelos Governos Lula e Dilma, ocorrendo uma ampliação da renda e uma diminuição da desigualdade social, com aumento do emprego formal e uma redução da pobreza.

Para Silva e Lima (2016), no período pós ano 2001 até 2014 foi marcado pela redução da pobreza e extrema pobreza, verificado através de indicadores e de diversos estudos que mostram essa queda contínua da desigualdade e da pobreza.

> Nesse aspecto, a conjuntura brasileira até 2014 foi marcada por uma realidade de crescimento real do salário mínimo, de estabilidade da economia e de incremento de benefícios da Previdência Social, colocando-se a necessidade de identificar possíveis contribuições do BF e de outros programas de transferência de renda para a melhoria do quadro recente da situação social no Brasil. Reafirmando o declínio da pobreza, da extrema pobreza e da desigualdade no Brasil nos anos recentes, notícias divulgadas no site do MDS, sob o título: “Um país menos desigual: pobreza extrema cai a 2,8% da população”, com base em dados da PNAD 2014, indica que a pobreza extrema caiu a 2,8% em 20U14, quase a terça parte do percentual da população que vivia nessa condição em 2004 (7,6%), início da implementação do BF (Um País...,2015). Nesse período de dez anos, a queda da extrema pobreza foi mais acentuada em crianças de até cinco anos de idade, caindo de mais de 14% para cerca de 5%, população essa considerada prioritária para o BSM. Igualmente, a taxa de pobreza manteve a tendência de queda no país, alcançando 7,3% da população, em 2014, o que representou uma queda de quase 70% em relação a 2004 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006, 2015) (SILVA e LIMA, 2016, p.300).

Nos resultados desse estudo são apresentados dados sobre os extremamente pobres, os pobres e os vulneráveis à pobreza, na RMVale, que ajudam nas análises de melhoria da renda e da sua distribuição.

A primeira ideia do conceito de pobreza é que essa pode ter uma abordagem relativa ou absoluta. Relativa quando a comparação dos indivíduos, atribuindo uma determinada condição como renda, acesso a emprego ou na capacidade de correlação de forças. Absoluta quando é determinada uma régua que coloca os

indivíduos conforme critérios mínimos de subsistência, como renda, moradia, nutrição de forma geral no acesso a serviços básicos. Em decorrência dessa abordagem apresentou-se três diferentes enfoques; o primeiro enfoque que é a sobrevivência, que determina critérios mínimos para a sobrevivência do indivíduo baseado na ingestão mínima de alimentos, o segundo enfoque foi o de necessidades básicas, que vai além do primeiro enfoque ao determinar condições mínimas de acesso a serviços públicos básicos e por último o enfoque em privação relativa que além da nutrição e acesso a serviços básicos enfatiza a questão social do indivíduo como participante da sociedade (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

No enfoque da privação relativa Sen (1999) coloca o desenvolvimento como um caminho de expansão das liberdades individuais e nesse processo à pobreza pode ser superada.

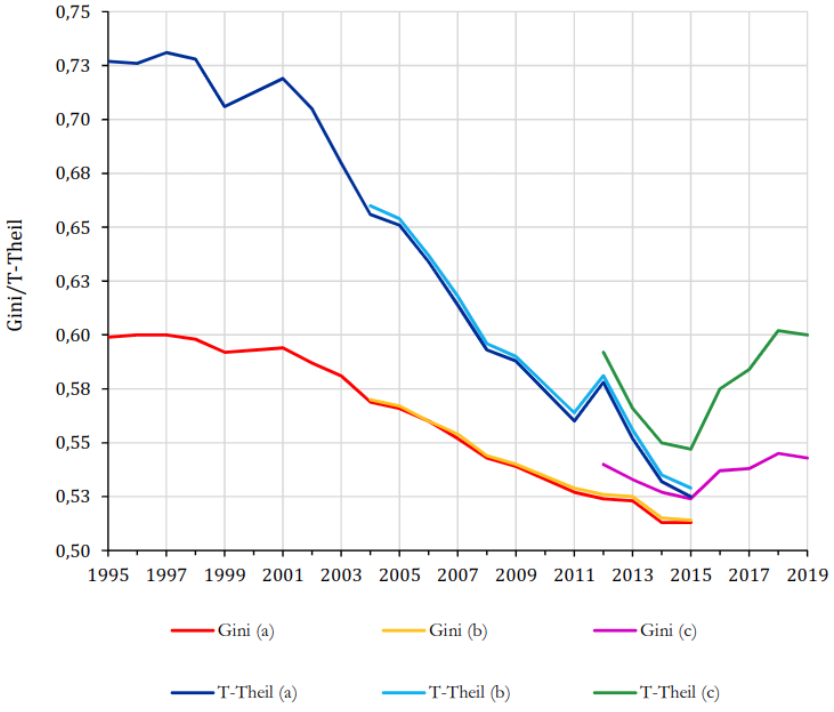
A pobreza segundo Silva (2010) pode ser entendida através das suas relações históricas, na forma como a sociedade produz e distribui sua riqueza. A pobreza precisa ser estudada numa perspectiva multidimensional, sendo a dimensão estrutural da sociedade na sua construção histórico um dos principais determinantes da geração e perpetuação da pobreza intergeracional. Nesse sentido Silva (2010) critica Sen (2009), quando a simples garantia das liberdades individuais na geração de oportunidades não é um determinante em si da superação da pobreza e do desenvolvimento, a garantia das oportunidades a nível individual não garante a superação da pobreza e da quebra intergeracional de sua continuidade.

Dessa forma a definição do conceito de pobreza se amplia na sua característica multidimensional, que envolve além da ideia de uma renda mínima, inclui a independência, o acesso digno a infraestrutura básica e uma menor vulnerabilidade social (CRESPO; GUROVITZ, 2002). A superação da pobreza definida de forma multidimensional, tem nas políticas públicas sua principal ferramenta tanto no Brasil quanto na América Latina, quando cria programas sociais que vão além da transferência de renda, criando condicionantes que envolve educação e saúde, capacitando os indivíduos para uma inclusão social e emancipação da pobreza intergeracional (SILVA, 2010).

As políticas públicas de enfoque na renda, nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), tiveram resultados positivos na melhoria de diversos indicadores de pobreza, rendimento e distribuição da renda. Uma dessas políticas foi o Bolsa Família que além da transferência de renda criou condicionantes de acompanhamento social e educacional, em conjunto com outros programas tiveram impactos positivos na diminuição da pobreza e no avanço do desenvolvimento (HOFFMANN, 2020; POCHMANN, 2013).

Na Figura 1, Hoffmann (2020) apresenta a melhora na distribuição da renda durante os governos Lula e Dilma, através dos históricos do índice de Gini e da medida T de Theil. Entre 1995 e 2002 a redução da concentração é muito tímida, a partir de 2003 até 2015 pode-se observar uma acentuada diminuição da concentração de renda observada nos dois indicadores.

Figura 1 - Evolução do índice de Gini e da medida T de Theil da desigualdade da distribuição da RDPC Brasil, entre os anos de 1995 e 2019.



Fonte: Hoffmann, 2020.

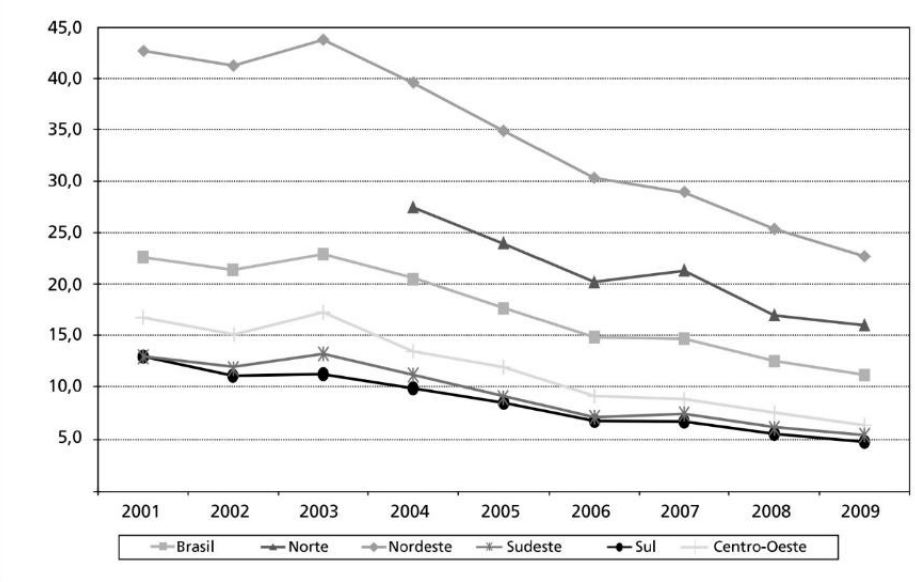
A partir de 2016 tem-se um período político e econômico conturbado com troca de governo por um processo de Impeachment bastante conturbado e dúbio, no qual a presidenta Dilma foi deposta sem um crime de responsabilidade tipificado (BASTOS,

2017), conforme manda a constituição, desde então o Brasil passou por uma inversão e um aumento na concentração de renda.

Em Araújo (2013) a autora faz um balanço do processo de ocupação territorial, com destaque para a forte concentração nos espaços litorâneos, uma grande diversidade regional e o por último a desigualdade regional. A região Sudeste concentrava grande parte da dinâmica industrial e produtiva nacional e as outras regiões tinham um papel secundário e muitas vezes inexpressivo.

A desigualdade regional acompanhou toda essa ocupação territorial até o final do século XX, porém sofreu uma mudança significativa durante o governo Lula, conforme figura 2.

Figura 2 – Evolução percentual da pobreza extrema no Brasil e regiões, entre 2001-2009.



Fonte: Araújo, 2013.

Esse novo governo se concentrou em uma política com foco na produção e no consumo em massa, gerando uma diminuição da pobreza extrema em todo o Brasil e principalmente nas regiões mais pobres (ARAÚJO, 2013). Nas regiões mais pobres se observa uma queda maior na diminuição da extrema pobreza, as regiões Nordeste e Norte com média acima da do Brasil foram as que mais diminuíram a extrema pobreza, conforme apresenta a Figura 2, que mostra a diminuição da extrema pobreza no Brasil por regiões, quando todas as regiões do Brasil tiveram impactos positivos na produção e renda.

As políticas regionais da era Lula (2003-2010) tiveram um impacto favorável na diminuição das desigualdades regionais; apoio à agricultura familiar e assentamentos da Reforma Agrária, suporte aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) com financiamento do BNDES e Banco do Brasil (ARAÚJO, 2013).

Araújo (2013) destaca o que ela chama de “clássicas políticas regionais explícitas”, no campo da educação o Brasil passou a ter 230 centros universitários federais em 2010 sendo que em 2002 eram 43, ao final de 2018 chegamos a 661 unidades (INEP, 2020). O destaque regional aqui vai para a descentralização que ocorreu, nesse período também se observou o aumento de pessoas com ensino superior completo numa proporção superior que o dobro.

Nas políticas públicas de renda dois importantes programas sociais são o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que são chamados de programas de transferência de renda. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) juntamente ao Programa Bolsa família são os principais programas sociais que se teve no Brasil, esses conseguem atender os mais pobres de forma direta e possibilitando uma diminuição das desigualdades sócias (SÁTYRO; SERGEI, 2009, HOFFMANN, 2006).

O Programa Bolsa Família tem sua gestão compartilhada entre os três entes federativos, o provedor dos recursos é o Governo Federal que faz os aportes mensais para os beneficiados, isso é possível devido ao Cadastro Único adotado que possibilita identificar as famílias que se enquadram no programa. As famílias beneficiadas são as de menor renda e quando atendidas precisam sempre estar com o cadastro atualizado e preencher algumas condicionantes como manter os filhos matriculados nas escolas, cabendo ao município o papel da fiscalização e apoio aos indivíduos com suporte em assistência social (REGO; PINZANI, 2013).

O papel desse programa vai além de distribuir renda, tem um papel fundamental na diminuição da miséria e da inclusão cidadã dos indivíduos, sendo um catalisador do desenvolvimento humano diminuindo a miséria, proporcionando acompanhamento social e acompanhamento da educação e saúde das famílias atendidas (MARCONDES; CHAMON; LACERDA, 2016).

A medida provisória 1.061 publicada em 9 de agosto de 2021 põe fim ao Programa Bolsa família, colocando em dúvida a continuidade de um programa para

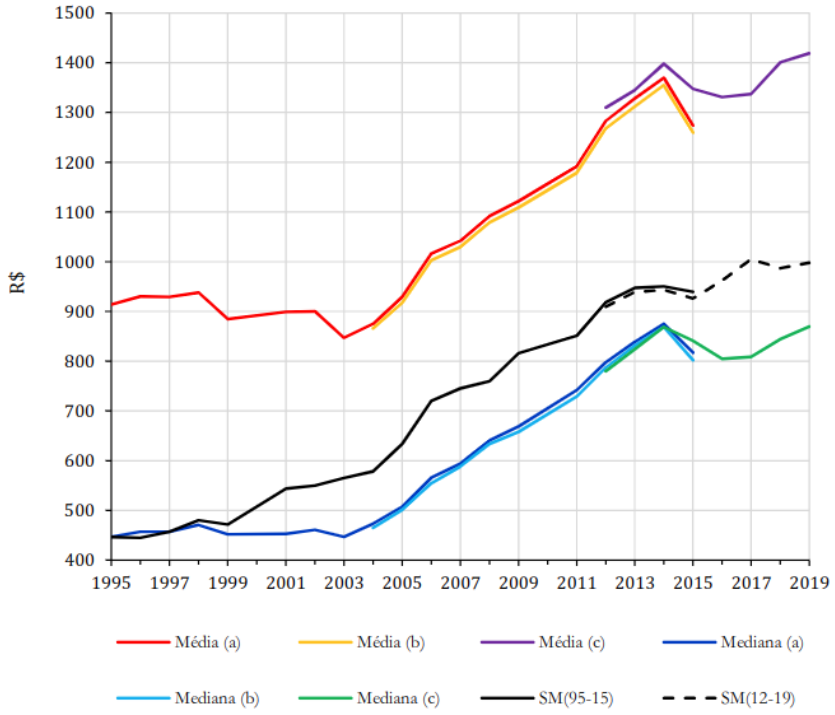
auxiliar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o bolsa família não está imune a críticas, porém seus benefícios gerais e seu baixo custo relativo para o Estado são fatores positivos. Essa extinção do programa e a criação de um outro programa, o Auxílio Brasil que tem orçamento garantido somente até o final de 2022 tem características eleitoreiras, assim podemos salientar a importância de políticas de Estado e não somente de Governo no combate a erradicação da pobreza.

O BPC é um benefício individual que atende indivíduos com mais de 65 anos com baixa renda ou pessoas com deficiência também de baixa renda, sendo essa inferior a um quarto do SM *per capita,* foi criado em 1996 seguindo as diretrizes da constituição de 1989, assim o BPC tem garantias constitucionais e o valor pago é superior ao Programa Bolsa Família sendo um SM mensais. Vale ressaltar que o benefício é bem superior ao Bolsa Família, sendo contabilizado individualmente tem um potencial de atingir não somente o indivíduo mais seus agregados.

Um grande salto nos números do BPC foi entre os anos de 2004 até 2006, quando ocorre um aumento substancial nas pessoas atendidas passando de 1.127.549 para 2.477.485 mais que dobrando o número de atendidos (SÁTYRO; SERGEI, 2009). Em 2016 esse número passou para 4.411.550 e em 2019 foram 4.626.185 pessoas atendidas com o BPC (BRASIL, 2021).

Na Figura 3, Hoffmann (2020) demonstra que entre os anos de 1995 e 2003 a manutenção do salário mínimo (SM) e da renda domiciliar *per capita* (RDPC) ficou constante e em patamar bem inferior ao período que se sucede. A partir de 2003 ocorre uma evolução substancial desses indicadores que vai até 2014, já em 2015 até 2019 ocorre uma queda inicial e a manutenção no mesmo patamar indicando uma quebra na valorização do SM e na RDPC.

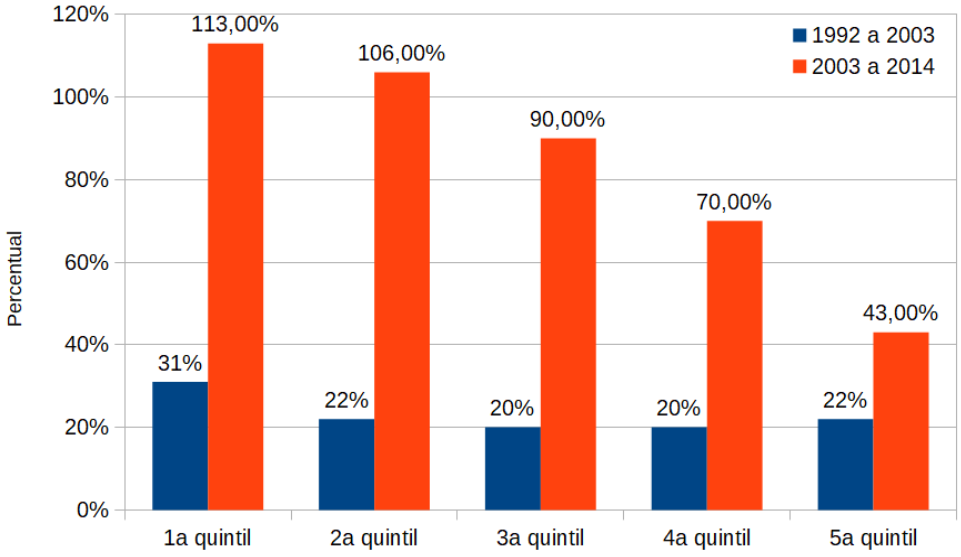
Figura 3 - Evolução da média e da mediana da distribuição da RDPC e do salário mínimo (SM) (em R$ do 4º trimestre de 2019), Brasil, entre 1995-2019.



Fonte: Hoffmann, 2020.

A política de valorização da renda implantada durante o período dos governos petistas é reafirmada em Jannuzzi e Fonseca (2017), conforme Figura 4.

Figura 4 - Variação real da renda domiciliar *per capita* segundo quintis de renda por períodos Brasil, entre 1992-2014.



Fonte: Jannuzzi e Fonseca, 2017.

Um comparativo entre os períodos de 1992-2003 com relação a 2003-2014, é que no segundo período (cor laranja) o aumento da variação da RDPC foi muito superior ao período anterior em todos os quintis da população, mostrando que em todas as camadas populacionais de renda ocorreu um aumento substancial, porém os maiores aumentos percentuais ocorreram nas populações de menor renda.

O salário mínimo (SM) é a menor remuneração estipulada em lei, a ser efetivada na relação entre empregador e trabalhador. O primeiro decreto de constituição do SM foi no ano de 1940 no Governo de Getúlio Vargas. Desde sua criação esse passou por diversas leis e medidas provisórias que instituirão regras e regimes de atualização, essas regras se deram dentro dos embates entre os diversos atores sociais envolvidos, desde os empresários, trabalhadores, políticos e entidades sindicais (SCHLABITZ, 2014).

O SM apresenta algumas características positivas que podem ser maximizadas com as políticas públicas de valorização da renda real. Como a capacidade de afetar a melhoria na distribuição da renda, definir o custo do trabalho, estimular o aumento das remunerações e diminuir a desigualdade social, porém nas camadas populacionais que estão abaixo do SM, seja na informalidade ou na extrema pobreza, esse apresenta limitações de alcance (SCHLABITZ, 2014).

Dessa forma, é possível concluir que os maiores crescimentos de renda em percentual se deram nas camadas mais pobres da população, impactando assim no aumento das rendas dessas camadas e por consequência em uma diminuição das desigualdades das rendas. Nas análises dos resultados desse estudo no Capítulo 4, são exploradas as relações entre renda e desenvolvimento, com a ajuda dos indicadores como Índice de Gini, Índice L de Theil e variações da renda e da pobreza, isso de forma regional e municipal na RMVale.

3 MÉTODO

A definição do método condiciona todo o processo de abordagem e análise de determinado conhecimento científico. Assim o caminho para alcançar os objetivos desse estudo são uma definição de critérios científicos com etapas predefinidas (MICHALISZIN; TOMASINI, 2008).

O caminho a ser percorrido por esse trabalho para se alcançar os objetivos apresenta as seguintes subseções; área de realização, instrumentos, plano para coleta de dados e plano para análise de dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa está caracterizada como exploratória com levantamento documental de abordagem qualitativa e quantitativa.

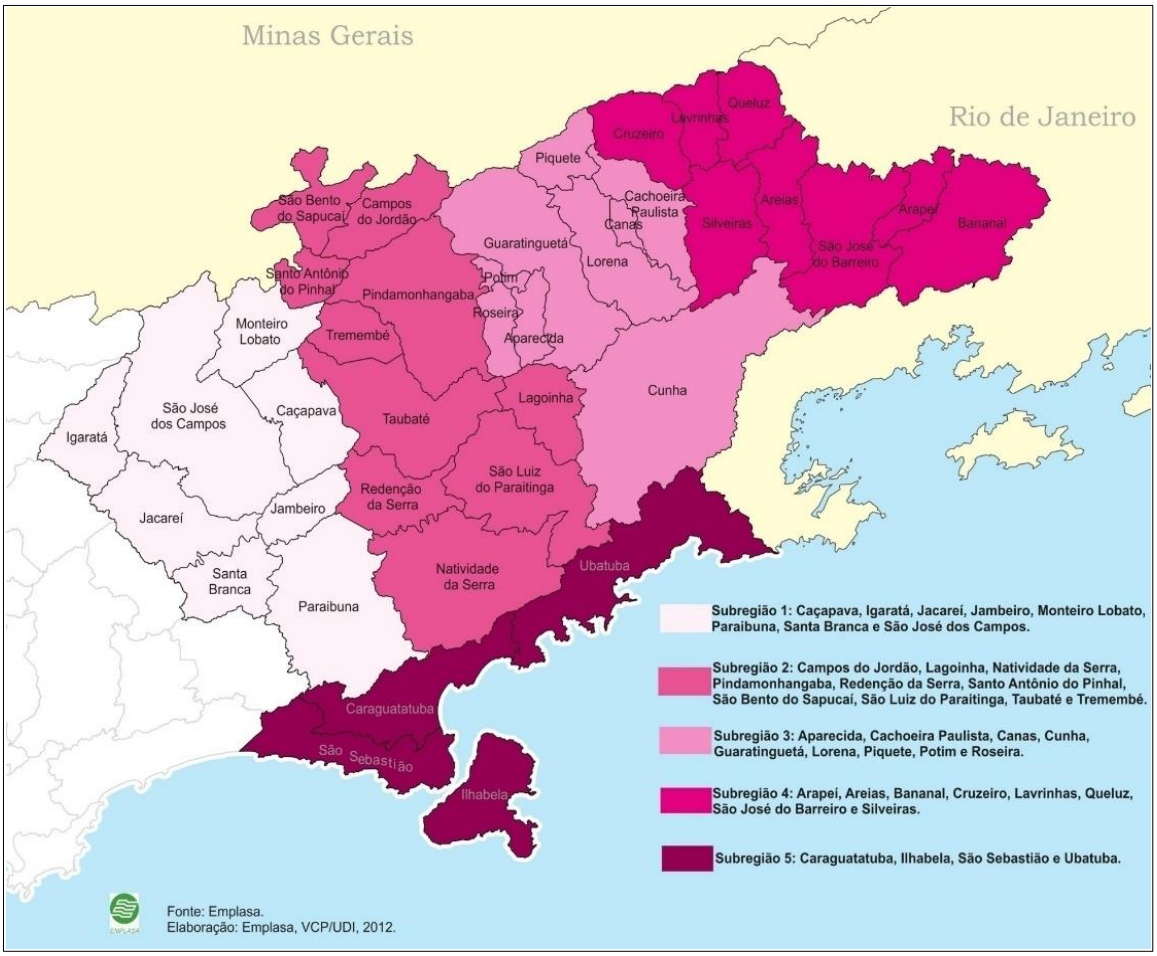
Essa é exploratória, pois pretende-se conhecer e aprofundar a temática políticas públicas, desenvolvimento regional e renda. Na abordagem qualitativa ocorre a coleta de dados numéricos que impactam sobre a renda, tais como variação real do SM, aumento do emprego e programas sociais de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Nessa abordagem o estudo segue os conceitos definidos no referencial teórico como; o desenvolvimento abordado por Sen (1999) e Dallabrida (2020), o papel e a importância das políticas públicas descritos por Höfling (2001), Pochmann (2013), Araújo (2013) e indicadores socioeconômicos como medidores do desenvolvimento discutidos por Guimarães e Jannuzzi (2005), de maneira a abordar o aspecto qualitativo da pesquisa com dados e conceitos consolidados.

O uso do tratamento estatísticos nos dados apresentados, visa desenvolver afirmações quantitativas de forma complementar a análise qualitativa, uma vez que os dados de políticas públicas e indicadores são entendidos como causa e efeito. As correlações estatísticas no estudo buscam dar robustez as conclusões alcançadas, em algumas correlações não são alcançados resultados fortes, seja pela falta de dados ou pela baixa correlação direta entre as variáveis.

3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO

A área escolhida é a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale), que foi legalmente criada em 2012 por Lei complementar, com o objetivo de agregar os interesses e políticas públicas dos 39 municípios participantes, possuindo 2.928.345 habitantes (IBGE, 2021), sendo dividida politicamente em 5 regiões geográficas imediatas, conforme Figura 5.

Figura 5 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e subdivisões.

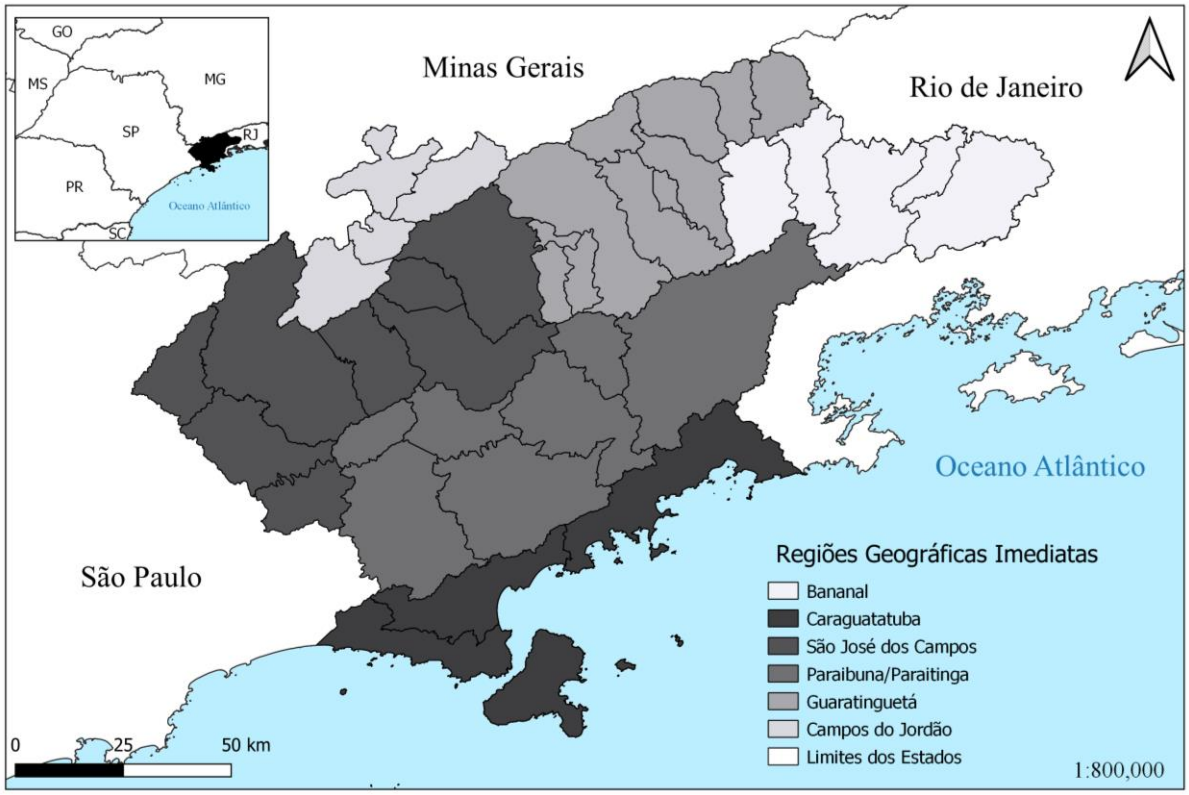


Fonte: Emplasa, 2012.

Os municípios participantes da RMVale possuem atributos distintos entre si, existem alguns com alto percentual de urbanização e industrialização, municípios rurais e outros turísticos, além de vários que mesclam esses atributos. Assim a principal característica que unifica essa região metropolitana é a localização (ARRUDA, 2013, p. 1237 e 1238).

Devido às disparidades sub-regionais e entre os municípios adota-se a divisão do IBGE Figura 6, na qual essa divisão regional geográfica imediata atende a critérios de maior similaridade e homogeneidade dos municípios (VIEIRA, 2009).

Figura 6 - Mapa das regiões geográficas imediatas do Vale do Paraíba por similaridade/homogeneidade.



Fonte: Elaboração própria.

Na RMVale as políticas públicas federais de renda têm recorte temporal entre os anos 2000 até 2019, analisando-se no que for possível períodos anteriores para comparar se ocorreu uma diminuição das disparidades entre as regiões imediatas. Ocorre no estudo a falta de determinados períodos e de dados devido à inexistência da coleta de dados e da realização do Censo 2020.

Em nota divulgada pelo IBGE em 2017 foi apresentada uma nova forma de divisão regional, com bases em processos econômicos, sociais e políticos. A revisão divulgada na nota faz um novo enquadramento nominal, das chamadas mesorregiões e microrregiões para regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas. Com essa nova divisão se pretende subsidiar a gestão e o planejamento

das políticas públicas com a divulgação dos dados futuros em divisões e recortes mais próximos da realidade regional.

Essa mudança sinaliza a importância de um recorte geográfico próximo da construção do conhecimento geográfico que as regiões e os municípios apresentam, passando a enquadrar em escalas adequadas os espaços regionais.

As regiões geográficas imediatas são definidas como participantes de uma mesma estrutura conjunta de serviços no atendimento de uma população, como compra de produtos, geração de emprego, saúde, educação e serviços públicos diversos (IBGE, 2017).

As regiões geográficas intermediárias estão numa escala superior as regiões imediatas e inferior as Unidades da Federação, as regiões intermediárias podem abrigar metrópoles e capitais regionais e quando não existem essas apresentam centros urbanos representativos. Essa região também é capaz de organizar e articular o território e as regiões imediatas, sendo um polo superior e complexo de gestão privada e pública (IBGE, 2017).

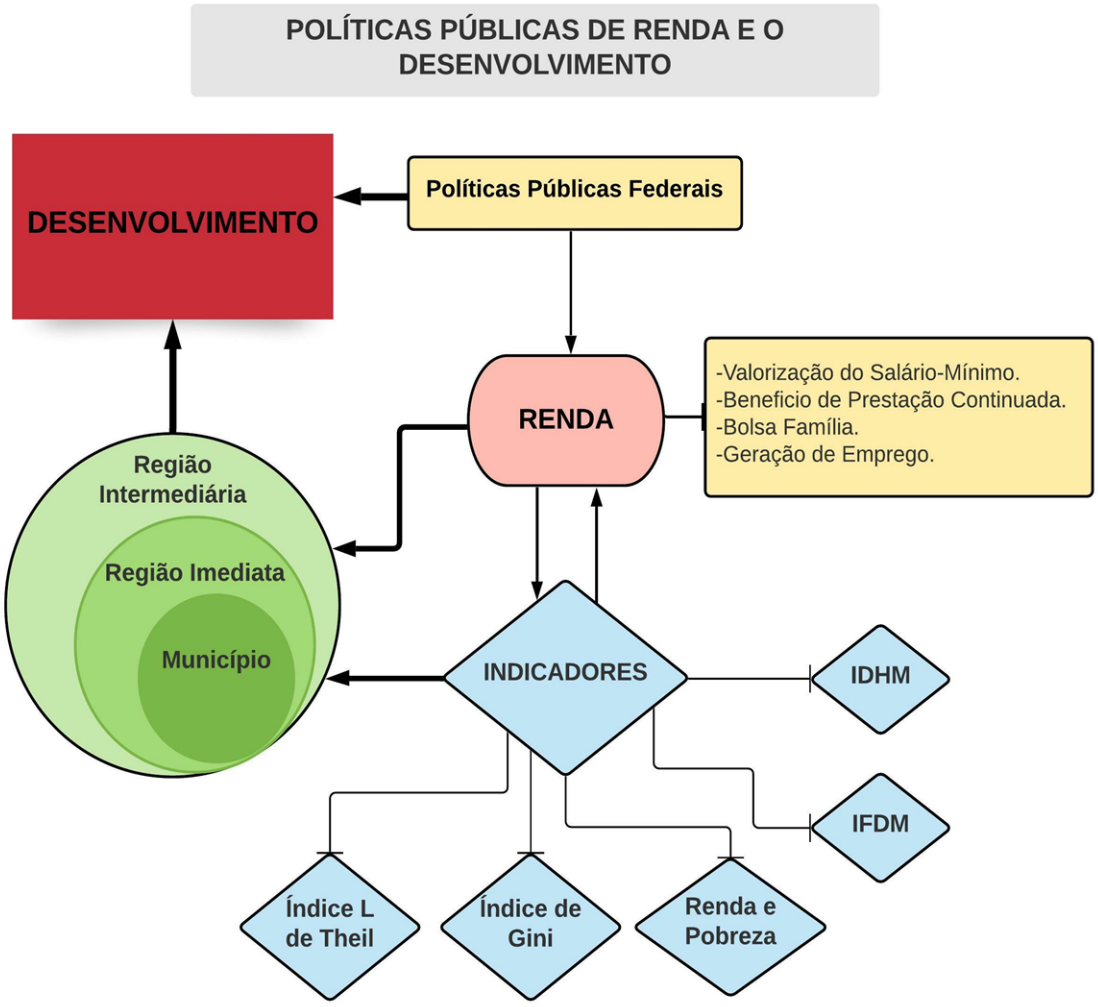
No estudo é utilizado a nomenclatura e o conceito de região geográfica intermediária para se referir a antiga nomenclatura de mesorregião, assim a mesorregião da RMVale passa a ser chamada de região geográfica intermediária da RMVale, que atende os requisitos propostos pela nova divisão do IBGE. Já as regiões geográficas imediatas vão substituir o conceito e a nomenclatura anterior de microrregiões. Sub-região é uma nomenclatura utilizada pelo Governo do Estado de São Paulo, essa contínua sem alteração. Serão utilizados nessa dissertação a divisão e nomenclatura proposta pelo IBGE, por conta de ter uma divisão que apresenta maior homogeneidade.

3.3 INSTRUMENTO(S)

Neste estudo os instrumentos utilizados são a coleta e análise de dados das políticas públicas federais de renda e os indicadores socioeconômicos. A síntese de

como o estudo foi pensado e de como a dinâmica das políticas públicas de renda atua no desenvolvimento, segue apresentado na Figura 7.

Figura 7 - Fluxograma Políticas Públicas de Renda



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A síntese do estudo começa com a escolha do setor de renda, passando pelas políticas públicas e chegando nos indicadores que vão verificar as mudanças e variações decorrentes da variação da renda. O bloco composto por políticas públicas federais de renda são o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a valorização do SM e as políticas de geração de emprego.

No bloco dos indicadores socioeconômicos foi selecionado aqueles que são sensíveis a variação da renda como; o Índice de Gini que capta o grau de concentração de renda, o Índice de L de Theil que é uma medida estatística da distribuição da renda, a variação da Renda e da Pobreza, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que é uma medida composta por três dimensões do desenvolvimento humano, a longevidade, educação e renda, e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que mede o desenvolvimento socioeconômico municipal em três áreas de atuação, no emprego e renda, na educação e saúde.

3.4 PLANO PARA COLETA DE DADOS

Os dados coletados para a realização da pesquisa são abertos e disponíveis de forma digital, com acesso através da *internet* em sites de órgãos públicos e instituições de pesquisa.

As bases de dados utilizadas na pesquisa são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) do Ministério do Trabalho.

Durante a coleta dos dados se verificou a dificuldade na obtenção de séries históricas robustas, devido a interrupção de coleta de dados por parte de órgão ou entidades, a não realização de Censo Demográfico ou mesmo o atraso não justificável da divulgação de determinados indicadores como por exemplo o IFDM, que não é atualizado desde 2016.

3.5 PLANO PARA ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados estão organizados e apresentados em tabelas ou gráficos, que contenham os 39 municípios da região geográfica intermediaria do Vale do Paraíba e Litoral Norte, ou em tabela e gráficos com as divisões regionais geográficas imediatas. Os dados estatísticos são apresentados em tabelas, de maneira a facilitar as análises.

O estudo apresenta tabelas ou gráficos dos seguintes dados; variação real do SM, geração de emprego agregado, número de famílias recebendo a Bolsa Família, número de pessoas recebendo o Benefício de Prestação Continuada, Índice de Gini, Índice L de Theil, variação da renda, variação dos extremamente pobres, dos pobres e dos vulneráveis à pobreza, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do estudo estão apresentados em subseções por meio de dados, indicadores e índices. Os 39 municípios estão representados em alguns momentos através das 6 regiões geográficas imediatas, conforme Quadro 3, em outros momentos na forma individualizada de município.

Quadro 3 - Divisão da RMVale em regiões geográficas imediatas e sua população.

Regiões Geográficas Imediatas	Municípios	População 2019
Bananal	Arapeí, Areias, Bananal, São José do Barreiro, Silveiras	27.749
Campos do Jordão	Campos do Jordão, Monteiro Lobato, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí	74.430
Caraguatatuba	Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba	336.281
Guaratinguetá	Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Guaratinguetá, Lavrinhas, Lorena, Piquete, Potim, Queluz, Roseira	437.056
Paraibuna/Paraitinga	Cunha, Jambeiro, Lagoinha, Natividade da Serra, Paraibuna, Redenção da Serra, São Luís do Paraitinga	72.466
São José dos Campos	Caçapava, Igaratá, Jacareí, Pindamonhangaba, Santa Branca, São José dos Campos, Taubaté, Tremembé	1.604.628

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base na última divisão regional do IBGE, 2017.

A divisão da RMVale em regiões geográficas imediatas é apresentada no Quadro 3, essa é a divisão segundo o IBGE que atendendo a critérios de similaridade e homogeneidade, diferindo da divisão política de origem no Codivap (Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba) que hoje é denominada RMVale (VIEIRA, 2009).

Segundo dados do IBGE (2021) a população da RMVale no ano de 2019 foi estimada em 2.552.610 pessoas, sendo a região geográfica imediata de São José dos Campos a mais populosa com 62,86% dessa população total, seguidos pela região

de Guaratinguetá com 17,12% da população, a região de Caraguatatuba com 13,17% da população, a região de Campos do Jordão com 2,92% da população, a região de Paraibuna\Paraitinga com 2,84% da população e por fim a região de Bananal com 1,09%.

4.1 DIVISÃO REGIONAL E INDICADORES NA RMVALE

Na construção dos resultados das regiões geográficas imediatas com base nos dados municipais, foi considerado como balizador de ponderação o tamanho de cada população municipal com a população total da RMVale. Essa ponderação com viés populacional é utilizada, quando necessário, em todos os resultados que seguem nessa subseção.

A Tabela 3 apresenta os indicadores renda *per capita*, IDH e Índice de Gini, com dados do Censo Demográfico nos anos de 1991, 2000 e 2010, nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil.

Tabela 3 - PIB *per capita*, IDHM e Índice de Gini nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos 1991, 2000 e 2010.

Regiões Geográficas Imediatas	Renda 1991	Renda 2000	Renda 2010	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Gini 1991	Gini 2000	Gini 2010
Bananal	270,20	455,09	510,18	0,43	0,61	0,70	0,59	0,59	0,49
Campos do Jordão	500,16	666,61	828,32	0,49	0,64	0,74	0,54	0,55	0,57
Caraguatatuba	531,80	665,05	800,96	0,52	0,66	0,76	0,54	0,55	0,52
Guaratinguetá	552,96	646,50	785,09	0,59	0,69	0,77	0,58	0,54	0,51
Paraibuna/Paraitinga	282,49	392,69	578,16	0,41	0,57	0,70	0,56	0,53	0,51
S. José dos Campos	655,64	842,96	1031,36	0,58	0,72	0,79	0,54	0,55	0,53
RMVale	598,14	759,42	932,65	0,57	0,70	0,78	0,55	0,55	0,52
São Paulo	746,22	882,40	1084,46	0,58	0,70	0,78	0,55	0,58	0,56
Brasil	447,56	592,46	793,87	0,49	0,61	0,73	0,63	0,64	0,60

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base no Censo Demográfico do IBGE, 2022.
Nota: A classificação do IDHM é a mesma utilizada no IDH; baixo até 0,544, médio entre 0,555-0,699, alto entre 0,700-0,799 e muito alto entre 0,800-1,00. O Índice de Gini está na escada de 0-1, quanto menor o índice menor é a concentração da renda.

Com objetivo preliminar de apresentar características próprias de cada região geográfica imediata, tais como renda, desenvolvimento e desigualdade, temos a tabela 3, que possibilita um panorama histórico e geral da evolução ocorrida na RMVale. No IDH quanto maior o indicador melhor o desenvolvimento humano e no Índice de Gini quanto menor o indicador melhor é a distribuição da renda.

A renda *per capita* das regiões geográficas imediatas se apresenta de formas heterogêneas, quando a região de São José dos Campos foi destaque em todos os períodos. De maneira intermediar na análise da renda *per capita,* as regiões de Campos do Jordão, Caraguatatuba e Guaratinguetá apresentaram números próximos, já as regiões de Paraibuna/Paraitinga e Bananal são as regiões com menor renda *per capita* e as regiões com os municípios mais pobres da RMVale. Em comparação com o Brasil a RMVale apresentou em todo o período renda *per capita* superior, já em comparação com o Estado de São Paulo sua *renda per capita* sempre foi inferior.

Na análise do IDHM as regiões geográficas imediatas de Paraibuna/Paraitinga e Bananal, foram as que tiveram maiores destaques na evolução desse indicador, uma explicação para esse crescimento no IDHM é a melhora da renda *per capita* em conjunto ao acesso à educação e saúde. A região de São José dos Campos foi a que apresentou maior IDHM em 2010, em comparação com a RMVale e o Estado de São Paulo, que apresentaram mesmo IDHM em 2010, essa região ficou um pouco acima nesse indicador e na comparação com o Brasil ficou em um patamar superior.

O último indicador da tabela 3 é o Índice de Gini, que no primeiro período entre 1991 e 2000 não apresentou melhora do indicador na RMVale, e nas regiões geográficas imediatas somente duas tiveram uma evolução positiva no indicador, Guaratinguetá e Paraibuna/Paraitinga. No segundo período entre 2000 e 2010 a RMVale apresentou uma evolução na distribuição da renda, quando cindo das seis regiões imediatas tiveram melhora no Índice de Gini, e somente a região de Campos do Jordão apresentou uma piora na distribuição da renda. Na comparação com o Brasil e o Estado de São Paulo, a RMVale apresentou resultados melhores no Índice de Gini em 2010 e 2000, e ficou no mesmo patamar que o Estado de São Paulo em 1991.

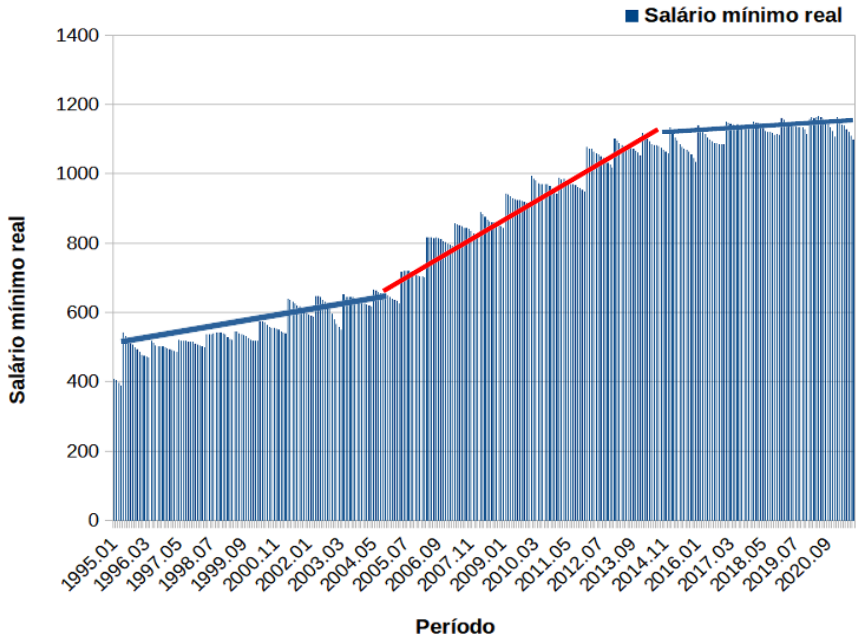
Com essa análise preliminar, conclui-se que as regiões imediatas que compõem a RMVale estão em graus distintos de geração de riqueza e de desenvolvimento humano, e essas regiões apresentam uma concentração de renda elevada. As duas regiões imediatas de maior renda *per capita* em 2010, São José dos Campos e Campos do Jordão, são também as com pior distribuição de renda segundo o Índice de Gini. Essa característica de geração de riqueza e concentração, vai ao encontro do pensamento de Brandão (2010), que identifica no processo de

acumulação econômica do Brasil uma concentração industrial com meios produtivos capazes de gerar uma dinâmica de geração de riqueza, porém com baixa homogeneização seja social ou regional, que não foi capaz de superar as mazelas da falta de acessibilidade social e econômica.

4.2 VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO (SM)

A variação do SM real no Brasil entre janeiro de 1995 e agosto de 2021 é apresentada na Figura 8 , os dados são do IPEA (2021) e foram deflacionados pelo IPCA em moeda correndo, o real, entre janeiro de 1995 a agosto de 2021.

Figura 8 - Variação do salário mínimo real no Brasil, anos de 1995 até 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em Ipea Data, 2022.
Nota: Os valores do SM foram de deflacionados a data de agosto de 2021 em moeda corrente o Real.

A variação do SM real no Brasil pode ser dividida em três períodos, o primeiro foi entre os anos 1995 e 2005, quando o salário se encontrava em um patamar baixo e com pequenos aumentos. O segundo período acontece entre os anos 2006 e 2015, quando ocorreu um aumento substancial e recorrente. O último período é entre os anos de 2016 e 2021, quando ocorreu uma estagnação no aumento real do SM, no qual em alguns momentos nem a inflação foi reposta.

No ano de 2006 o governo federal promoveu um aumento de 14% no SM, sendo isso um recorde, e dando continuidade nos anos posteriores com a política de valorização. Nesse governo foi criada uma regra de ajuste do SM, sua composição de ajuste era o INPC somando a variação positiva de dois anos do PIB, em 2012 essa regra virou lei e acabou por expirar em 2019.

Essa valorização que começa em 2006, tem um impacto significativo no aumento do piso salário, apresentando grande significância na melhora de diversas categorias, que exigiram aumentos acima da inflação. A política de valorização salarial em conjunto com outras políticas, que terão seus dados apresentados à frente, tiverem significância na melhora da qualidade vida e na mobilidade social (POCHMANN, 2013). A valorização real do SM acaba por aumentar a renda dos beneficiários do INSS, que tem sua renda atrelada ao valor do SM, assim com as correções acima da inflação impactaram positivamente na renda média de muitas pessoas.

Dentre as políticas públicas federais de renda a valorização do SM real, no período analisado, apresenta um grande potencial na melhoria da renda dos indivíduos, pois seu aumento reflete diretamente na base salarial de diversas categorias e serve como parâmetro para os acordos anuais entre empregados e empregadores.

Dessa forma a valorização real do SM apresentou impactos positivos nos setores sociais e econômicos da RMVale e suas regiões geográficas imediatas, principalmente quando ocorreu uma implementação de regras e posteriormente a criação de uma lei de caráter propositivo, para a atualização salarial visando o aumento do SM acima da inflação. Essa ação do Estado como indutor impactou positivamente em diversas categorias de trabalhadores e em beneficiários do INSS.

O SM apresentou um crescimento de 61,70% acima da inflação, entre janeiro de 2006 até janeiro de 2016, esse crescimento em conjunto com outras políticas públicas de renda adicionou capacidade de consumo, melhorias na qualidade de vida e possibilidade de ascensão social de uma grande parte da população.

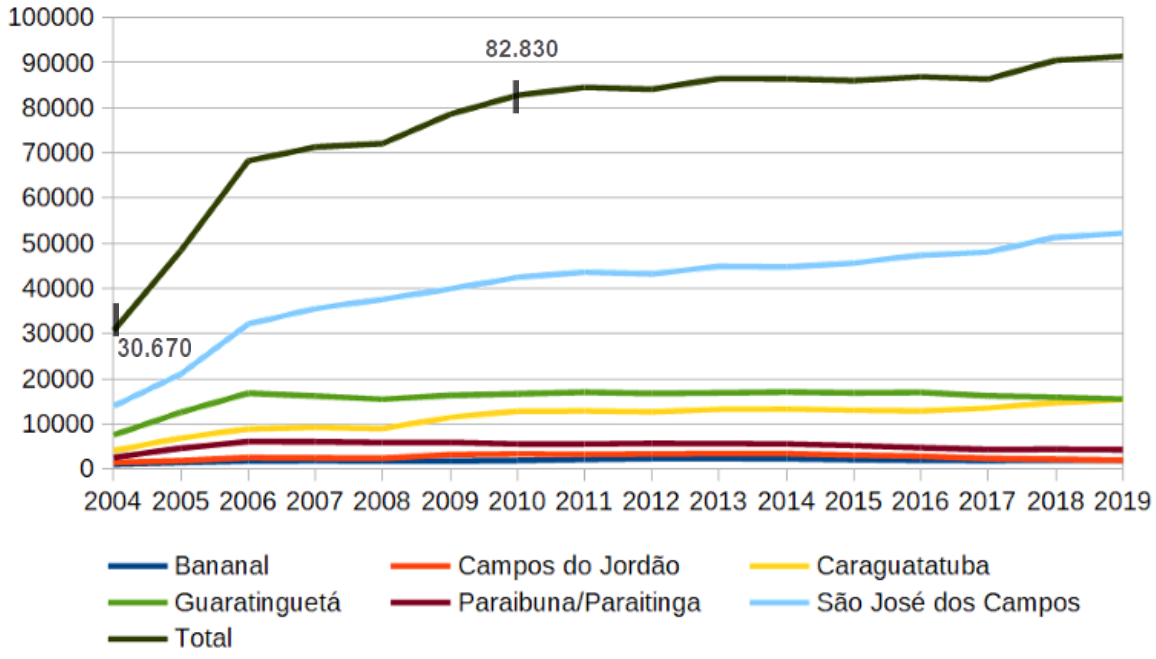
4.3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Nas políticas públicas de transferência de renda o Programa Bolsa Família impactou na diminuição da pobreza e da erradicação da pobreza extrema. Segundo dados do Banco Mundial (BIRD, 2015) no ano de 2014 o Brasil tinha praticamente erradicado a pobreza extrema e o país saiu do mapa da fome.

Os dados do Programa Bolsa Família estão disponíveis no portal do Ministério da Cidadania na página da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, os valores utilizados no estudo do Bolsa Família são as médias anuais dos beneficiários do programa.

As famílias que receberam a Bolsa Família seguem representadas na Figura 9, entre os anos de 2004 e 2019, já divididos por regiões imediatas da RMVale.

Figura 9 - Quantidade de famílias recebendo a Bolsa Família nas regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2004 e 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social,2022.

No ano de criação do Programa 2004 até 2006, ocorre um período de forte crescimento das famílias atendidas na RMVale e em todas as regiões. Entre os anos de 2007 e 2008 houve uma estabilização, já no ano de 2009 ocorreu novamente um crescimento, chegando a um total de 78.646 famílias atendidas. No período entre os

anos de 2010 e 2019 a quantidade de famílias atendidas apresentou uma leve variação positiva, com máxima de 91.417 em 2019 e mínima de 82.830 em 2010, conforme Tabela 4, apresentando um crescimento suave nesse período.

Tabela 4 - Total de pessoas que receberam o Bolsa Família nas regiões geográficas imediatas de RMVale, entre os anos de 2004 e 2019.

Regiões Imediatas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bananal	1063	1432	1771	1836	1795	1773	1898	2149	2335	2358	2283	2090	1929	1868	1959	1928
Campos do Jordão	1454	1841	2577	2484	2423	3238	3386	3304	3381	3464	3449	3123	2882	2363	2166	1965
Caraguatatuba	4083	6887	8911	9239	8976	11462	12846	12915	12716	13266	13347	13087	12940	13534	14740	15404
Guaratinguetá	7538	12594	16822	16172	15476	16323	16678	17039	16768	16913	17083	16890	16997	16227	15918	15536
Paraibuna/P.	2566	4639	6079	6048	5860	5896	5543	5543	5697	5644	5569	5225	4759	4327	4393	4288
S. J. dos Campos	13966	21042	32149	35584	37637	39954	42479	43680	43295	44917	44773	45687	47426	48117	51408	52296
Total	30670	48435	68309	71363	72167	78646	82830	84630	84192	86562	86504	86102	86933	86436	90584	91417

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022.

Na Tabela 5 são apresentados os dados do total de famílias recebendo o Bolsa Família na região geográfica imediata de Bananal.

Tabela 5 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de Bananal, entre os anos de 2004 e 2019.

Região Imediata de Bananal	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Arapeí	133	182	204	163	147	181	193	213	222	212	201	174	128	137	169	172
Areias	135	238	307	284	282	246	262	325	370	373	344	301	275	283	314	328
Bananal	466	570	725	699	655	626	688	812	907	911	910	835	779	705	678	628
S. José do Barreiro	162	179	192	269	275	298	338	410	445	438	408	385	352	352	395	404
Silveiras	167	263	343	421	436	422	417	389	391	424	420	395	395	391	403	396
Total	1063	1432	1771	1836	1795	1773	1898	2149	2335	2358	2283	2090	1929	1868	1959	1928

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022.

A região de Bananal atendeu no ano de 2004 um total de 1.063 famílias, que estavam em situação de pobreza e extrema pobreza. O ano de maior volume total foi em 2013 com 2.358 de famílias atendidas. O destaque entre os municípios é Bananal que em 2019 beneficiou um total de 628 famílias, e possuía à época uma população de 10.993 pessoas (IBGE, 2021). Com uma média de 3 pessoas por família chega-se à 17,13% da população total beneficiada.

Na Tabela 6 são apresentados os dados do total de famílias recebendo o Bolsa Família na região geográfica imediata de Campos do Jordão.

Tabela 6 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de Campos do Jordão, entre os anos de 2004 e 2019.

Região Imediata de Campos do Jordão	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Campos do Jordão	723	849	1357	1354	1372	1952	1984	1896	1983	2073	2073	1809	1626	1257	1119	971
Monteiro Lobato	199	219	259	234	212	235	269	278	279	272	258	216	224	230	231	216
S. Antônio do Pinhal	238	328	407	380	360	455	467	453	427	433	435	426	399	323	311	261
S. Bento do Sapucaí	294	445	554	516	479	596	666	677	692	686	683	672	633	553	505	517
Total	1454	1841	2577	2484	2423	3238	3386	3304	3381	3464	3449	3123	2882	2363	2166	1965

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022.

Na região imediata de Campos do Jordão verificou-se uma diminuição elevada no número de famílias recebendo o benefício depois do ano 2015. Entre os anos de 2009 até 2015 esse número sempre foi acima de 3 mil, e a partir do ano de 2016 até 2019 esse número foi caindo de forma acentuada chegando em 1.965 famílias atendidas em 2019. Essa queda se deu principalmente no município de Campos do Jordão que no ano de 2015 tinha 1.809 famílias recendo o Bolsa Família e passou para 971 famílias no ano de 2019. Esse município tem no turismo sua principal atividade econômica, e a região de Campos do Jordão é de maior concentração de renda da RMVale, segundo o Índice de Gini no ano de 2010.

Na Tabela *7* são apresentados os dados do total de famílias recebendo o Bolsa Família na região geográfica imediata de Caraguatatuba.

Tabela 7 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de Caraguatatuba, entre os anos de 2004 e 2019.

Região Imediata de Caraguatatuba	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Caraguatatuba	2177	3064	3704	3490	3340	4191	4140	3803	3601	4118	4142	4377	4639	5007	5390	5682
Ilhabela	308	504	601	526	458	445	529	519	522	582	597	676	641	512	606	669
São Sebastião	498	623	1363	2052	2067	2680	3274	3285	3306	3309	3335	3245	3047	3512	3789	3869
Ubatuba	1100	2696	3243	3171	3111	4146	4903	5308	5287	5257	5273	4789	4613	4503	4955	5184
Total	4083	6887	8911	9239	8976	11462	12846	12915	12716	13266	13347	13087	12940	13534	14740	15404

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022.

A região imediata de Caraguatatuba apresentou um crescimento quase que constante do Bolsa Família, somente interrompido no ano de 2008, e chegou no seu maior volume no ano de 2019. Essa região imediata é a terceira em distribuição do benefício com 16,9% do total, ficando atrás da região de Guaratinguetá e São José dos Campos. Os destaques municipais em famílias atendidas no ano de 2019 são;

Caraguatatuba com 5.682, Ubatuba com 5.184 e São Sebastião com 3.869. As regiões imediatas de Campos do Jordão e Caraguatatuba são as regiões de maior potencial turístico da RMVale, e parte importante da sua economia gira em torno desse setor, porém esse desenvolvimento socioeconômico se deu de forma desordenada e não foi possível identificar na literatura dessas regiões programas políticos robustos e de longo prazo.

Na Tabela 8 são apresentados os dados do total de famílias recebendo o Bolsa Família na região geográfica imediata de Guaratinguetá.

Tabela 8 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de Guaratinguetá, entre os anos de 2004 e 2019.

Região Imediata Guaratinguetá	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Aparecida	723	897	1454	1375	1307	1349	1299	1272	1188	1240	1242	1159	1065	960	870	757
C. Paulista	775	1124	1465	1407	1310	1488	1578	1596	1689	1674	1804	1753	1926	2049	2086	2088
Canas	115	161	197	195	208	304	329	337	398	393	425	425	448	464	467	439
Cruzeiro	1744	2593	3290	3210	3007	2942	3032	3301	3193	3247	3207	2948	2902	2774	2809	2784
Guaratinguetá	1515	2802	3973	3700	3812	3719	3433	3579	3439	3417	3406	3318	3318	2969	2914	3165
Lavrinhas	4	300	386	357	325	365	371	370	377	381	342	345	387	413	441	437
Lorena	1510	2655	3435	3383	3091	3259	3562	3578	3495	3490	3583	3936	3992	3723	3505	3082
Piquete	234	511	689	683	601	731	715	737	785	898	920	887	835	759	643	582
Potim	288	641	781	763	776	1015	1198	1183	1146	1140	1118	1011	975	964	1008	1080
Queluz	402	538	674	635	595	701	655	590	512	502	511	593	587	521	471	405
Roseira	228	372	478	464	444	450	506	496	546	531	525	515	562	631	704	717
Total	7538	12594	16822	16172	15476	16323	16678	17039	16768	16913	17083	16890	16997	16227	15918	15536

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022.

A região de Guaratinguetá tem 17% do volume total das famílias atendidas pelo benefício na RMVale, e mostrou um crescimento rápido logo nos primeiros anos, mantendo-se com um número elevado de beneficiários, porém entre os anos de 2017 e 2019 apresentou uma tendência de queda. Os destaques municipais no ano de 2019 são Guaratinguetá com 3.165 famílias, Lorena com 3.082 famílias, Cruzeiro com 2.784 famílias e Cachoeira Paulista com 2.088 famílias atendidas.

Na Tabela 9 são apresentados os dados do total de famílias recebendo o Bolsa Família na região geográfica imediata de Paraibuna/Paraitinga.

Tabela 9 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de Paraibuna/Paraitinga, entre os anos de 2004 e 2019.

Região Imediata de Paraibuna/Paraitinga	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cunha	782	2140	2596	2518	2377	2316	2118	2416	2547	2506	2613	2474	2112	1778	1679	1675
Jambeiro	144	203	253	228	218	274	284	232	220	213	218	207	211	220	274	280
Lagoinha	289	419	528	491	502	508	462	405	389	365	343	320	297	317	346	335
Natividade da Serra	310	332	537	564	556	660	655	612	582	567	487	404	362	353	372	366
Paraibuna	359	499	867	997	979	1013	1037	1048	1151	1147	1106	941	907	862	817	685
Redenção da Serra	214	327	378	384	402	336	333	253	283	306	309	313	298	308	346	354
S. Luís do Paraitinga	468	719	920	866	826	789	654	577	525	540	493	566	572	489	559	593
Total	2566	4639	6079	6048	5860	5896	5543	5543	5697	5644	5569	5225	4759	4327	4393	4288

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022.

A região imediata de Paraibuna/Paraitinga apresentou 4,7% do total de benefícios distribuídos na RMVale, seu comportamento no Bolsa Família é de elevado crescimento nos primeiros anos que se mantêm em um patamar próximo até o ano de 2015, quando entres os anos de 2016 e 2019 apresentou uma pequena variação negativa.

Na Tabela 10 são apresentados os dados do total de famílias recebendo o Bolsa Família na região geográfica imediata de São José dos Campos.

Tabela 10 - Total de famílias recebendo a Bolsa Família na região geográfica imediata de São José dos Campos, entre os anos de 2004 e 2019.

Região Imediata São José dos Campos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Caçapava	352	377	1931	2335	2422	3019	3097	3021	2811	2699	2267	2155	2142	2142	2418	2540
Igaratá	364	493	693	635	569	552	533	520	541	541	599	603	582	691	706	654
Jacareí	1195	2751	5984	6096	6264	7419	7433	7382	6893	6700	6558	6359	6459	6660	7026	6687
Pindamonhangaba	2996	3712	3745	4917	5150	5252	5562	6071	6258	6489	6567	6337	6622	7035	7307	7477
Santa Branca	368	453	740	717	594	614	664	696	732	750	781	752	729	759	795	817
S. J. dos Campos	5698	7884	11772	13617	15094	15801	17500	17893	18007	19808	20245	22262	23291	23061	25103	26633
Taubaté	2383	4457	6121	6187	6413	5740	5996	6369	6427	6297	6111	5578	5956	5883	6029	5425
Tremembé	610	915	1163	1080	1131	1557	1694	1728	1626	1633	1645	1641	1645	1886	2024	2063
Total	13966	21042	32149	35584	37637	39954	42479	43680	43295	44917	44773	45687	47426	48117	51408	52296

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022.

A região imediata de São José dos Campos, no comparativo entre as regiões geográficas imediatas, tem os mais elevados indicadores de PIB, PIB *per capita* e IDH, no ano de 2010, também é a mais industrializada e com maior população. No ano de 2019 apresentou 62,86% da população total da RMVale e beneficiou um total de

52.296 famílias com a Bolsa Família, sendo um total de 57,2% do total de bolsas distribuídas na RMVale.

O município de São José dos Campos se destaca em relação ao volume de recebimento da Bolsa Família, atendendo em 2019 um total de 26.633 famílias, representando 29,1% do total das bolsas distribuídas na RMVale. Os outros municípios em destaque na distribuição do benefício são; Pindamonhangaba com 7.477 famílias, Jacareí com 6.684 família e Taubaté com 5.425 famílias.

Cabe aqui uma crítica com relação ao modelo de desenvolvimento adotado e percorrido pela região imediata de São José dos Campos. No conjunto possui os municípios mais industrializados e de maior PIB da RMVale, porém esse modelo não desembocou em uma superação das desigualdades e na melhor distribuição da riqueza entre os habitantes dessa região imediata.

O modelo de desenvolvimento industrial adotado pela região como montadora (filiais) das multinacionais, direciona a indústria e a economia local para uma dinâmica exógena a região, causando assim uma dependência externa, pois as cadeias produtivas mais rentáveis e os fluxos financeiros mais pujantes acontecessem nos países sedes d'essas montadoras e não nas filiais (MELLO, 1975; VIEIRA, 2009).

A Tabela 11 apresenta as variações percentuais do total de pessoas atendidas pelo Bolsa Família na RMVale, Brasil e Estado de São Paulo.

Tabela 11 - População atingida pelo Bolsa Família (BF) na RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, ano 2004 e entre os anos 2010 e 2019.

Regiões	2004	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RMVale	4,3%	11,0%	11,1%	11,0%	10,6%	10,4%	10,6%	10,5%	10,3%	10,8%	10,7%
São Paulo	3,0%	8,1%	8,7%	8,7%	8,9%	9,1%	9,4%	9,8%	9,7%	10,2%	9,8%
Brasil	7,5%	19,8%	20,4%	21,0%	20,6%	20,8%	20,3%	20,1%	19,5%	20,1%	19,7%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022. A população utilizada foi com base no IBGE, 2022.

No ano de 2019 a RMVale atingiu cerca de 91.417 famílias pelo programa Bolsa Família, fazendo uma média de 3 pessoas por família temos aproximadamente 274 mil pessoas, enquadradas em uma renda *per capita* familiar de até R$ 178,00 (CIDADANIA, 2021). Nesse ano a RMVale possuía uma população total de 2.552.610 pessoas, assim o programa atendeu aproximadamente 10,7% da população total.

No período entre os anos de 2010 e 2019, o número de famílias atingidas se manteve em um patamar constante com poucas variações, com máxima de 11% e mínima de10,3%. O Brasil e o Estado de São Paulo apresentaram essa mesma característica de crescimento entre os anos de 2004 e 2010, e de manutenção em um patamar constante entre os anos de 2010 e 2019.

O percentual de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família ficou em um patamar superior no Brasil, em relação ao Estado de São Paulo e ao Brasil. Esse aumento do Bolsa Família entre os anos de 2004 e 2010 e depois sua manutenção no mesmo patamar entre os anos de 2010 e 2019, é uma avaliação positiva dessa política pública que conseguiu se manter por um período longo, sendo uma determinante importante na transformação dessa política de Governo em política de Estado.

Essa população beneficiada é composta pelos cidadãos em pobreza e em extrema pobreza, a importância dessa política pública social é de grande relevância para a RMVale. Dessa maneira ajudando aos municípios na erradicação da miséria e abrindo espaço no orçamento municipal para atuar em outras políticas sociais. Pelo prisma do beneficiário esse ganha dignidade e cidadania, além de suporte educacional para os filhos em idade escolar e acompanhamento assistencial, que são contrapartidas exigidas para participar do programa (ARAUJO, 2013; POCHMANN, 2013).

Os municípios e regiões geográficas imediatas da RMVale que apresentaram os menores índices de desenvolvimento, conforme vamos verificar nas próximas subseções, também são os de maior percentual da população em pobreza e extrema pobreza, assim essa política distributiva de renda impacta diretamente na redução da pobreza e extrema pobreza dessas regiões.

O impacto positivo da política pública de renda não resolve os problemas estruturantes e históricos de desenvolvimento e territorialidade, optados pela RMVale e seus municípios mostrando uma fragilidade no caminho traçado até a atualidade. Esses mesmos problemas no modelo de desenvolvimento são observados no Brasil com um todo, de forma que esse modelo de análise baseado nas políticas públicas de renda pode ser genérico.

4.4 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Os dados do BPC estão disponíveis no portal do Ministério da Cidadania na página da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, os valores utilizados no estudo do BPC é o total anual de beneficiários do programa nos municípios pertencentes a RMVale e suas regiões imediatas, conforme Tabela 12.

Tabela 12 - Total de pessoas que receberam o BPC nas regiões geográficas imediatas de RMVale, entre os anos de 2004 e 2019.

Regiões Imediatas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bananal	382	412	448	498	505	523	564	590	617	640	672	675	677	674	673	651
Campos do Jordão	906	1008	1108	1214	1309	1382	1458	1513	1597	1632	1720	1759	1826	1857	1871	1897
Caraguatatuba	2813	3243	3628	3966	4411	4854	5255	5685	6110	6456	6714	6972	7354	7616	7806	7824
Guaratinguetá	2768	3032	3246	3678	3969	4268	4691	5083	5474	5835	6153	6357	6740	7041	7278	7196
Paraibuna/P.	1305	1452	1543	1654	1800	1910	1987	2106	2173	2239	2342	2381	2435	2493	2564	2480
S. J. dos Campos	9759	11098	12348	13199	14522	15913	17324	18438	19467	20321	20922	21549	22459	22964	23410	23263
Total	17933	20245	22321	24209	26516	28850	31279	33415	35438	37123	38523	39693	41491	42645	43602	43311

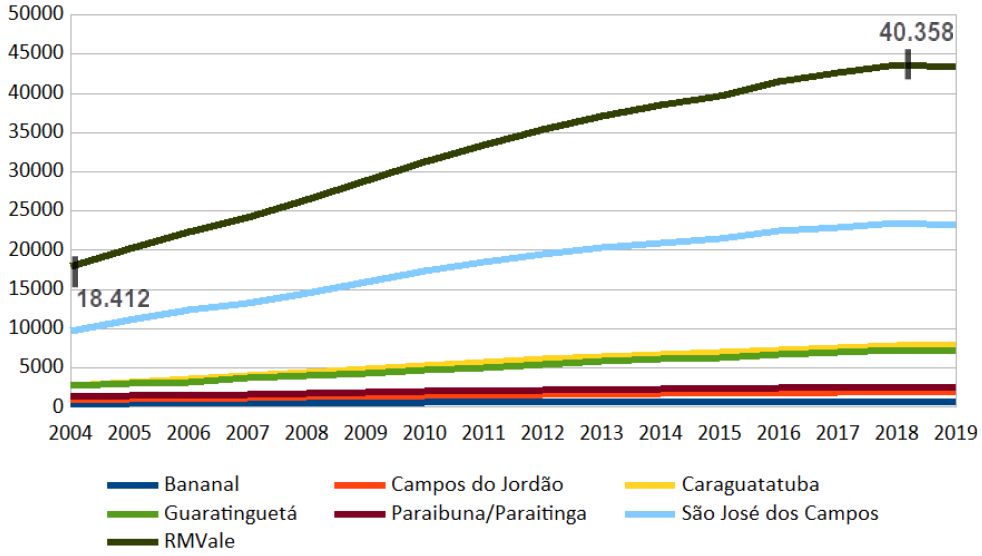
Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022.

Uma característica que se apresenta é o aumento quase que contínuo no número de beneficiários entre 2004 e 2018 na RMVale, e nas suas regiões geográficas imediatas, que é explicada pela própria característica do BPC, uma vez que o deficiente ou o idoso que não tem como prover sua subsistência ganha o benefício e dificilmente esse é perdido.

A região imediata de São José dos Campos no ano de 2019, representou 53,7% do total de beneficiado na RMVale, seguidos pela região imediata de Caraguatatuba com 18%, a região de Guaratinguetá com 16,6%, a região de Paraibuna/Paraitinga com 5,7%, a região de Campos do Jordão 4,3% e a região de Bananal 1,5%.

No ano de 2019 ocorreu uma pequena redução no total de benefícios concedidos na RMVale e em quatro das seis regiões geográficas imediatas, essa foi a única redução em toda a série histórica na RMVale, essa redução indica uma baixa no número de benefícios novos concedidos em conjunto a uma perda no número de beneficiados totais. O comportamento gráfico dos beneficiados pelo BPC é apresentado na Figura 10.

Figura 10 - Total de pessoas que receberam o BPC nas regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2004 e 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022.

O comportamento nos municípios com relação a evolução do BPC é bastante próximo ao observado nas divisões regionais e nenhum município apresentou uma discrepância que vale ser ressaltada individualmente, conforme Tabela 13.

Tabela 13 - Total de pessoas que receberam o BPC nos municípios da RMVale, entre os anos de 2004 e 2019.

Municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Arapeí	5	16	24	27	8	11	16	19	20	29	33	37	39	39	40	41
Areias	60	63	64	71	77	83	90	103	105	113	114	102	104	97	97	95
Bananal	139	145	158	171	183	186	195	200	215	219	236	246	252	246	245	237
S. J. do Barreiro	119	120	133	161	166	169	179	178	187	187	182	181	173	173	170	161
Silveiras	59	68	69	68	71	74	84	90	90	92	107	109	109	119	121	117
Total	382	412	448	498	505	523	564	590	617	640	672	675	677	674	673	651
Campos do Jordão	541	606	663	724	778	820	865	894	956	970	1030	1061	1103	1131	1149	1151
Monteiro Lobato	107	113	131	137	153	170	181	195	195	197	201	199	201	202	197	209
S. A. do Pinhal	100	101	101	105	128	135	141	139	145	149	162	167	180	186	193	202
S. B. do Sapucaí	158	188	213	248	250	257	271	285	301	316	327	332	342	338	332	335
Total	906	1008	1108	1214	1309	1382	1458	1513	1597	1632	1720	1759	1826	1857	1871	1897
Caraguatatuba	1056	1260	1461	1665	1852	2033	2178	2345	2538	2654	2759	2921	3095	3230	3359	3358
Ilhabela	179	207	219	242	262	293	355	409	448	488	519	542	563	576	590	588
São Sebastião	518	603	670	704	835	943	1039	1138	1185	1292	1354	1386	1459	1472	1469	1449
Ubatuba	1060	1173	1278	1355	1462	1585	1683	1793	1939	2022	2082	2123	2237	2338	2388	2429
Total	2813	3243	3628	3966	4411	4854	5255	5685	6110	6456	6714	6972	7354	7616	7806	7824
Aparecida	472	521	551	708	756	797	838	887	927	965	1008	1034	1157	1221	1248	1200

Cachoeira Paulista	195	214	241	266	301	332	365	388	434	459	473	497	525	570	603	599
Canas	1	3	4	3	2	4	7	7	15	19	22	26	28	34	34	38
Cruzeiro	460	508	540	587	632	683	749	799	872	955	1023	1091	1159	1209	1254	1244
Guaratinguetá	779	879	950	1050	1171	1254	1373	1491	1573	1637	1710	1712	1762	1859	1900	1903
Lavrinhas	35	38	39	39	41	42	49	55	69	71	75	79	84	84	82	79
Lorena	522	532	565	640	739	777	834	893	940	1004	1049	1103	1172	1280	1356	1344
Piquete	67	72	83	95	106	123	129	138	144	156	160	161	168	168	171	179
Potim	96	115	120	123	38	63	109	145	195	230	266	279	294	208	222	223
Queluz	63	71	71	79	94	95	118	136	145	166	183	188	201	214	217	205
Roseira	78	79	82	88	89	98	120	144	160	173	184	187	190	194	191	182
Total	2768	3032	3246	3678	3969	4268	4691	5083	5474	5835	6153	6357	6740	7041	7278	7196
Cunha	396	438	470	499	550	584	610	643	657	676	736	746	759	779	794	785
Jambeiro	38	51	59	65	69	72	68	67	66	67	70	73	79	84	84	67
Lagoinha	87	106	117	137	161	172	175	187	188	191	200	214	215	220	220	175
Natividade da Serra	114	119	117	119	129	134	139	155	159	168	171	161	160	160	162	164
Paraibuna	301	324	347	373	408	444	479	518	550	566	573	593	617	638	643	628
Redenção da Serra	90	105	106	116	121	121	119	123	125	128	141	143	152	159	165	172
S. L. do Paraitinga	279	309	327	345	362	383	397	413	428	443	451	451	453	453	496	489
Total	1305	1452	1543	1654	1800	1910	1987	2106	2173	2239	2342	2381	2435	2493	2564	2480
Caçapava	635	795	886	943	1017	1071	1188	1260	1361	1438	1502	1562	1650	1698	1815	1783
Igaratá	83	93	98	111	121	150	168	175	190	196	194	192	195	198	204	195
Jacareí	1333	1466	1668	1821	2000	2233	2382	2529	2666	2748	2809	2888	2986	3066	3199	3176
Pindamonhangaba	1204	1337	1501	1667	1887	2084	2314	2497	2623	2806	2952	3089	3242	3248	3316	3316
Santa Branca	83	115	141	161	179	193	207	215	241	260	268	273	285	285	279	258
S. J. dos Campos	3714	4318	4887	5142	5677	6279	6901	7399	7853	8173	8425	8639	8942	9170	9198	9128
Taubaté	2465	2703	2883	3045	3312	3545	3779	3951	4106	4266	4334	4468	4717	4845	4930	4897
Tremembé	242	271	284	309	329	358	385	412	427	434	438	438	442	454	469	510
Total	9759	11098	12348	13199	14522	15913	17324	18438	19467	20321	20922	21549	22459	22964	23410	23263

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022.

A redução do BPC no ano de 2019 observada na RMVale, mesmo que pequena, quebra o ciclo de aumentos sucessivos desde o ano de 2004, que também é observada na maioria dos municípios, quando 25 dos 39 municípios tiveram queda no número total dos beneficiários do BPC. Essa queda caracteriza uma diminuição na distribuição dos benefícios, por parte do Governo Federal que centraliza o programa, assim essa política pública de renda sofreu uma interferência que impactou negativamente nesse programa.

A Tabela 14 apresenta a variação da população recebendo o BPC na RMVale, Brasil e Estado de São Paulo.

Tabela 14 - Percentual de pessoas recebendo o BPC na RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, ano 2004 e entre os anos de 2010 e 2019.

Regiões	2004	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RMVale	0,83%	1,38%	1,46%	1,54%	1,54%	1,59%	1,62%	1,68%	1,71%	1,72%	1,70%
São Paulo	0,84%	1,37%	1,44%	1,49%	1,48%	1,52%	1,54%	1,59%	1,62%	1,65%	1,63%
Brasil	1,14%	1,78%	1,87%	1,94%	1,97%	2,04%	2,08%	2,14%	2,19%	2,23%	2,21%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados do Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2022. A população utilizada foi com base no IBGE, 2022.

É possível verificar uma ampliação no número de beneficiários, no ano de 2004 a RMVale atendeu 17.933 pessoas, representando 0,83% da população total, já no ano de 2019 o número de beneficiários passou para 43.311 pessoas, representando 1,70% da população total. O Brasil apresentou um maior percentual da sua população beneficiada pelo BCP, a RMVale e o Estado de São Paulo tiveram percentuais próximos, e a queda no BPC no ano de 2019 foi observada nas três regiões.

De maneira consolidada o BPC apresentou uma trajetória positiva e com menos variações que a Bolsa Família, visto a própria característica do BPC. O valor do seu benefício também é mais elevado, causando um impacto maior na renda dos indivíduos. Tanto o BPC como o Bolsa Família são políticas públicas de renda de grande importância, sendo parte de uma estratégia pública de diminuição da pobreza e da extrema pobreza. Fica demonstrado também a necessidade de repensar a trajetória de desenvolvimento e a consolidação de programas como o PNDR e o PNDRII, como alternativas importantes para o desenvolvimento regional (BRANDÃO, 2020). Visto que essas políticas públicas têm a capacidade de mudar a trajetória nos indicadores socioeconômicos, sua utilização em conjunto a políticas regionais de desenvolvimento potencializaria a superação do subdesenvolvimento.

4.5 GERAÇÃO DE EMPREGO

No indicador de geração de emprego agregado foram obtidos dados dos 39 municípios da região geográfica intermediaria da RMVale, entre os anos de 2007 e 2019, junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Os dados municipais são disponibilizados a partir de 2007, assim o estudo está limitado temporalmente na sua comparação com um período anterior. Dessa forma o foco na geração de emprego será em analisar o saldo no período disponível.

A Tabela 15 apresenta os dados da geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Bananal.

Tabela 15 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Bananal, entre os anos de 2007 e 2019.

Região Imediata de Bananal	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Arapeí	-68	-16	20	-207	-39	-3	-6	7	2	-14	0	-1	1	-324
Areias	9	23	-25	52	24	10	-24	7	33	-1	14	7	34	163
Bananal	39	1	16	101	-65	120	-30	112	-128	-135	-117	-9	-5	-100
S. José do Barreiro	-10	11	-2	-9	-15	4	10	13	3	2	11	-1	7	24
Silveiras	56	63	22	24	21	5	-20	52	11	10	16	-6	-9	245
Total	26	82	31	-39	-74	136	-70	191	-79	-138	-76	-10	28	8

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base no CAGED, 2022.

A região imediata de Bananal apresenta os piores dados de geração de emprego dentro da RMVale, os municípios de Arapeí e Bananal tiveram uma perda de empregos formais no período todo. No período todo a geração de emprego formal ficou praticamente nula, com um resultado positivo de 8. Os municípios dessa região imediata são pertencentes ao Vale Histórico, tem parte importante da sua economia no setor agrário e em atividades agrícolas de subsistência. O setor agrário tem baixo índice de criação de empregos formais, e essa região não é intensa em áreas de indústrias e comércio (VIEIRA, 2009).

A região imediata de Campos do Jordão apresentou resultado positivos no período, conforme Tabela 16.

Tabela 16 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Campos do Jordão, entre os anos de 2007 e 2019.

Região Imediata de Campos do Jordão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Campos do Jordão	-53	135	519	372	172	392	-278	-343	-120	-540	-102	328	288	770
Monteiro Lobato	56	60	-11	26	26	7	78	31	-73	-27	-40	7	17	157
S. A. do Pinhal	24	75	22	29	9	20	-17	67	-45	68	-1	25	1	277
S. B. do Sapucaí	31	60	53	63	29	82	70	36	83	-29	17	-5	25	515
Total	58	330	583	490	236	501	-147	-209	-155	-528	-126	355	331	1719

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base no CAGED, 2022.

Entre os anos de 2007 e 2012 e entre os anos de 2018 e 2019, apresentou resultados positivos na criação de empregos formais, e entre os anos de 2013 e 2017 apresentou um período de perda de empregos formais. As cidades dessa região

imediata têm uma economia forte em turismo e o município de Monteiro Lobato apresenta uma forte economia agropecuária e de subsistência. Visto a característica da região a geração de emprego formal acaba sendo prejudicada, pela geração do emprego temporário e do emprego informal. No período todo a geração de emprego formal ficou positiva em 1.719.

A Tabela 17 apresenta os dados da geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Caraguatatuba.

Tabela 17 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Caraguatatuba, entre os anos de 2007 e 2019.

Região Imediata Caraguatatuba	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Caraguatatuba	264	1977	2274	374	-1894	191	189	187	-239	-42	-120	-86	1054	4129
Ilhabela	143	10	24	77	40	159	-51	8	196	-14	-155	91	151	679
São Sebastião	426	243	400	659	-70	547	177	222	29	19	-147	-414	-233	1858
Ubatuba	151	239	769	311	72	147	193	243	548	228	-193	26	585	3319
Total	984	2469	3467	1421	-1852	1044	508	660	534	191	-615	-383	1557	9985

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base no CAGED, 2022.

A região geográfica imediata de Caraguatatuba apresentou um saldo positivo na geração de emprego formal durante o período estudado, um total de 9.985 empregos agregados formais. Os anos de 2011, 2017 e 2018 apresentaram perda na geração de emprego formal. O Litoral Norte de São Paulo representado pela região imediata de Caraguatatuba, tem sua economia fortemente atrelada ao turismo nas quatro cidades que compõem a região, e o município de São Sebastião apresenta um forte polo petroquímico.

Durante o período analisado, a região geográfica imediata de Guaratinguetá apresentou o segundo maior saldo positivo na geração de empregos formais, um total de 15.498, conforme Tabela 18.

Tabela 18 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Guaratinguetá, entre os anos de 2007 e 2019.

Região Imediata Guaratinguetá	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Aparecida	410	435	126	634	587	699	258	480	469	55	-167	-80	145	4051
Cachoeira Paulista	168	221	181	380	304	124	180	59	-143	-263	176	-35	-178	1174
Canas	-15	68	-50	-17	70	48	117	165	-118	-133	-23	-82	-6	24
Cruzeiro	1089	29	-490	1744	332	-294	894	-820	-1528	-696	-365	693	70	658

Guaratinguetá	642	502	922	897	232	852	969	406	-420	-551	-273	396	449	5023
Lavrinhas	22	-7	15	36	51	7	-96	-20	-13	15	-38	-4	16	-16
Lorena	148	626	-223	746	-258	267	974	502	-359	-293	240	478	118	2966
Piquete	18	-13	24	46	-31	-14	34	75	-39	38	-34	-55	86	135
Potim	21	-3	126	-55	52	77	33	-11	-22	-103	44	-23	61	197
Queluz	22	550	176	-457	-114	104	109	44	101	-10	172	-53	50	694
Roseira	111	83	57	230	-13	-31	-4	-18	-60	31	135	-91	162	592
Total	2636	2491	864	4184	1212	1839	3468	862	-2132	-1910	-133	1144	973	15498

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base no CAGED, 2022.

Entre os anos de 2015 e 2017 ocorreu uma perda nos empregos formais na região, os destaques municipais na geração de emprego agregado formal são Guaratinguetá e Lorena que apresentam fortes características industriais no seu componente econômico de geração de riqueza. O município de Lavrinhas foi o único que apresentou um resultado total negativo de menos 16. A região de Guaratinguetá é a maior região imediata da RMVale em números de municípios, composta ao todo por 11 municípios, esses apresentam características distintas, alguns municípios são industriais e outros agrícolas, e ainda algumas com características turísticas como Aparecida e Cachoeira Paulista.

A Tabela 19 apresenta os dados da geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Paraibuna/Paraitinga.

Tabela 19 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de Paraibuna/Paraitinga, entre os anos de 2007 e 2019.

Região Imediata de Paraibuna/Paraitinga	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Cunha	52	-9	0	108	41	102	-48	35	65	4	116	-36	19	449
Jambeiro	-451	229	89	220	27	462	141	-240	-989	-112	106	-83	35	-566
Lagoinha	21	19	48	-18	5	32	-25	-6	22	-18	-5	-15	10	70
Natividade da Serra	10	33	-38	21	7	6	-64	0	37	-5	11	-7	-11	0
Paraibuna	49	3	-10	31	78	-27	-32	-20	91	57	-76	-29	-103	12
Redenção da Serra	-17	9	-1	7	31	7	50	-14	-8	43	-2	13	-280	-162
S. L. do Paraitinga	-34	40	-7	166	53	1458	123	29	68	-155	-144	-203	45	1439
Total	-370	324	81	535	242	2040	145	-216	-714	-186	6	-360	-285	1242

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base no CAGED, 2022.

A região imediata de Paraibuna/Paraitinga apresentou um resultado total positivo na geração de emprego formal, com um total de 1.242 empregos. Durante os anos tivemos uma divisão entre sete anos positivos e seis anos negativos na região. Os municípios que apresentaram resultados negativos foram Jambeiro com menos

566 e Redenção da Serra com menos 162, e os destaques positivos são Cunha com 449 e São Luís do Paraitinga com 1.439 empregos agregados formais.

Essa região tem destaque no setor agropecuário e de subsistência e tem seus territórios compostos por extensas áreas verdes, com florestas, represas e rios importantes, nos últimos anos também se desenvolveu o setor de turismo. O município de Jambeiro tem uma característica distinta, apresentando uma forte indústria, que estão em sua maioria instaladas na Rodovia dos Tamoios ((VIEIRA, 2009).

Os últimos dados são da região imediata de São José dos Campos, essa é a mais populosa e apresenta os maiores números na variação positiva e negativa durante os anos analisados, conforme Tabela 20.

Tabela 20 - Geração de emprego agregado na região geográfica imediata de São José dos Campos, entre os anos de 2007 e 2019.

Região Imediata S. J. dos Campos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Caçapava	1190	502	924	-443	268	1412	946	-45	-1473	-911	35	311	454	3170
Igaratá	39	30	-41	198	61	30	100	-38	-7	-122	81	-50	87	368
Jacareí	1546	1384	1049	1766	2102	807	-430	159	-1211	-439	-696	955	-254	6738
Pindamonhangaba	1902	1521	-159	1593	1373	1685	987	-826	-2352	-1327	-251	482	977	5605
Santa Branca	303	-161	-184	364	81	-152	715	-483	171	-153	208	-49	172	832
S. J. dos Campos	14932	13674	2912	4333	-120	-975	-1223	-2998	-10435	-9223	-2187	305	-473	8522
Taubaté	3529	3422	2044	3818	3271	1252	-320	-2014	-6542	-3654	-551	-29	570	4796
Tremembé	457	370	368	217	345	130	32	-24	-131	-101	193	-110	89	1835
Total	23898	20742	6913	11846	7381	4189	807	-6269	-21980	-15930	-3168	1896	1622	31947

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base no CAGED, 2022.

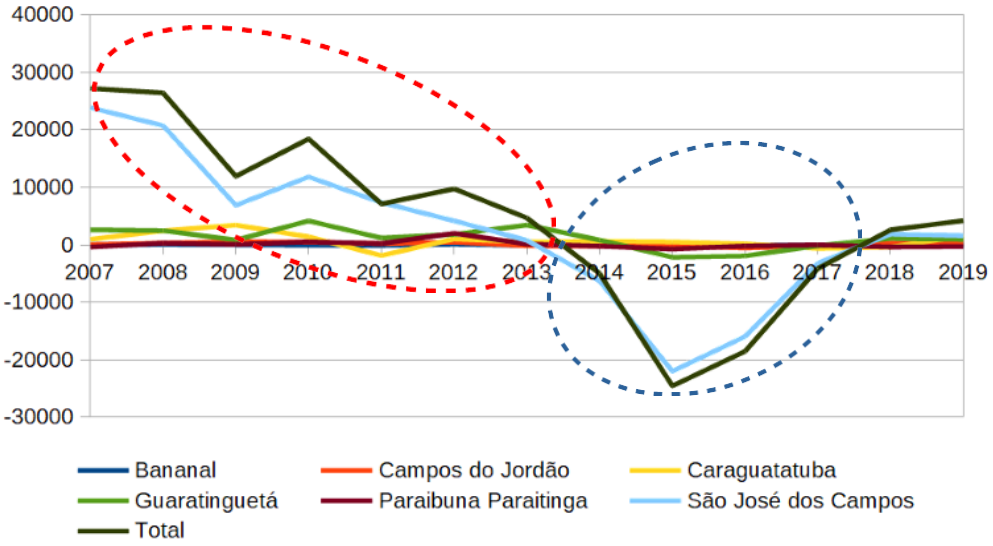
A região apresentou um saldo positivo de 31.947 empregos formais, com crescimentos entre os anos de 2007 e 2013, somando também os anos de 2018 e 2019 com números mais modestos. Já entre os anos 2014 e 2017 o resultado foi negativo na geração de empregos formais, quando nesse mesmo período tivemos uma grande instabilidade política e econômica no Brasil. Essa região é composta por municípios em sua maioria industriais, sendo um importante polo tecnológico para o Estado de São Paulo. Os principais municípios em geração de emprego formal são industriais e foram Jacareí com 6.738, São José dos Campos com 8.522, Pindamonhangaba com 5.605, Taubaté com 4.796 e Caçapava com 3.170.

As políticas públicas com enfoque na geração de emprego durante o período analisado apresentaram um impacto positivo, mesmo diante das crises econômicas

ou políticas nas quais o Brasil e a RMVale atravessaram. Políticas públicas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com investimentos em infraestrutura econômica e social, Programa Nacional de Habitação Popular (PMCMV), investimentos na exploração do Pré-sal, fortalecimento e ampliação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fortaleceram o mercado de trabalho ampliando o dinamismo do setor público e privado nos diversos setores (POCHMANN, 2013).

A Figura 11 sintetiza o comportamento das regiões geográficas imediatas da RMVale, na geração de emprego formal.

Figura 11 - Variação do emprego agregado nas regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2007 e 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base no CAGED, 2022.

A região imediata de São José dos Campos tem grande influência no resultado geral de todo o período, com um percentual de 52,8% do total de empregos formais gerados na RMVale, seguido pela região de Guaratinguetá com 25,6%, a região de Caraguatatuba com 16,5%, a região de Campos do Jordão com 2,84%, a região de Paraibuna/Paraitinga com 2,05% e por último a região de Bananal com 0,01%. Já entre os anos de 2014 e 2017 estão os piores resultados das regiões imediatas, com uma queda acentuada das curvas gerando uma perda nos postos de trabalho formal.

Na Tabela 21 ocorre um comparativo na geração de emprego agregado entre a RMVale, o Brasil e o Estado de São Paulo.

Tabela 21 - Geração de emprego agregado na RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, entre os anos de 2007 e 2019.

Período	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RMVale	27.232	26.438	11.939	18.437	7.145	9.749	4.711
São Paulo	611.539	525.607	277.573	653.242	476.645	242.150	176.197
Brasil	1.617.392	1.452.204	995.110	2.136.947	1.566.043	868.241	730.687

Período	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
RMVale	-4.981	-24.526	-18.501	-4.112	2.642	4.226	60.399
São Paulo	-10.855	-477.956	-401.552	-24.034	122.512	162.639	2.333.707
Brasil	152.714	-1.625.551	-1.371.363	-123.429	421.078	559.626	7.379.699

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base no CAGED, 2022.

Durante o período analisado, entre os ando de 2007 e 2019, o saldo é positivo na RMVale, Brasil e Estado de São Paulo. Os anos de perda no emprego formal são entre 2014 até 2017, em destaque na Tabela 21 na cor vermelho, exceto pelo Brasil que no ano de 2014 apresentou um pequeno resultado positivo, quando comparado com os anos de melhores resultados. Esse resultado demonstra que a RMVale acompanhou uma tendencia de melhora na geração de emprego visualizado no Brasil e no Estado de São Paulo, impulsionados por políticas públicas de renda com enfoque na geração de emprego.

Contudo, pode-se concluir que na geração de emprego agregado, todas as regiões geográficas da RMVale tiveram um impacto positivo de 2007 até 2013, criando um total de 105.651 postos de trabalhos com carteira assinada. Entre 2014 e 2017 os municípios tiveram um impacto negativo na geração de emprego, acarretado pela crise econômica e política no qual o Brasil e suas regiões atravessaram, perdendo um total de 52.120 postos de trabalho, por fim o saldo no período total de 2007 a 2019 foi positivo em 60.399 empregos formais. A elevada variação na curva da geração de emprego agregado demonstra as fragilidades no desenvolvimento da RMVale, que possui economias com elevado grau de dependência das variações econômicas externas a região.

4.6 ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM)

Os dados do IFDM que classificam o desenvolvimento socioeconômico municipal, estão disponíveis entre os anos de 2005 e 2016 nos 39 municípios da

RMVale. No estudo são analisados o índice IFDM, composto pelas áreas de Emprego e Renda, Educação e Saúde, e o índice IFDM-Renda composto somente pelo indicador Emprego e Renda do IFDM.

A evolução do IFDM nos 39 municípios da RMVale e de suas regiões geográficas imediatas está apresentada na Tabela 22.

Tabela 22 - IFDM dos municípios do RMVale, entre os anos de 2005 e 2016.

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Arapeí	0,68	0,72	0,69	0,70	0,76	0,70	0,70	0,71	0,68	0,73	0,72	0,73
Areias	0,62	0,62	0,65	0,60	0,61	0,68	0,70	0,70	0,66	0,63	0,66	0,63
Bananal	0,72	0,73	0,72	0,75	0,70	0,74	0,70	0,75	0,68	0,74	0,72	0,72
S. José do Barreiro	0,65	0,66	0,60	0,68	0,66	0,62	0,68	0,73	0,68	0,67	0,61	0,67
Silveiras	0,62	0,61	0,64	0,61	0,64	0,65	0,70	0,71	0,70	0,73	0,66	0,63
Total	0,67	0,68	0,67	0,68	0,67	0,69	0,70	0,73	0,68	0,71	0,68	0,68
Campos do Jordão	0,71	0,72	0,70	0,69	0,76	0,77	0,79	0,82	0,79	0,82	0,77	0,78
Monteiro Lobato	0,73	0,75	0,76	0,79	0,72	0,70	0,72	0,72	0,81	0,77	0,75	0,72
S. Antônio do Pinhal	0,68	0,69	0,62	0,61	0,66	0,72	0,73	0,76	0,74	0,78	0,74	0,77
S. Bento do Sapucaí	0,67	0,62	0,60	0,62	0,67	0,67	0,63	0,64	0,69	0,69	0,70	0,66
Total	0,70	0,70	0,68	0,68	0,73	0,75	0,76	0,78	0,77	0,79	0,75	0,76
Caraguatatuba	0,71	0,74	0,74	0,79	0,84	0,83	0,76	0,81	0,82	0,83	0,80	0,84
Ilhabela	0,83	0,80	0,78	0,76	0,80	0,79	0,79	0,82	0,85	0,83	0,85	0,86
São Sebastião	0,76	0,75	0,74	0,80	0,81	0,81	0,81	0,83	0,81	0,81	0,76	0,79
Ubatuba	0,74	0,75	0,71	0,73	0,76	0,77	0,76	0,79	0,79	0,78	0,76	0,78
Total	0,74	0,75	0,74	0,77	0,80	0,80	0,77	0,81	0,81	0,81	0,78	0,81
Aparecida	0,73	0,76	0,74	0,74	0,77	0,82	0,83	0,85	0,81	0,81	0,77	0,81
Cachoeira Paulista	0,75	0,76	0,75	0,74	0,73	0,77	0,74	0,73	0,77	0,76	0,73	0,74
Canas	0,61	0,66	0,64	0,64	0,66	0,66	0,77	0,78	0,72	0,81	0,70	0,74
Cruzeiro	0,77	0,77	0,78	0,76	0,72	0,81	0,80	0,79	0,81	0,75	0,70	0,73
Guaratinguetá	0,75	0,79	0,75	0,78	0,80	0,81	0,82	0,82	0,83	0,82	0,80	0,78
Lavrinhas	0,65	0,67	0,66	0,65	0,65	0,65	0,66	0,68	0,65	0,60	0,58	0,61
Lorena	0,74	0,69	0,70	0,73	0,72	0,76	0,70	0,77	0,77	0,79	0,75	0,77
Piquete	0,61	0,62	0,57	0,60	0,69	0,68	0,69	0,70	0,71	0,63	0,66	0,68
Potim	0,66	0,66	0,66	0,64	0,65	0,61	0,67	0,69	0,69	0,66	0,67	0,66
Queluz	0,67	0,68	0,68	0,79	0,77	0,67	0,62	0,69	0,69	0,68	0,65	0,67
Roseira	0,71	0,68	0,66	0,71	0,70	0,76	0,80	0,82	0,80	0,75	0,73	0,79
Total	0,74	0,74	0,73	0,74	0,74	0,78	0,77	0,78	0,79	0,77	0,74	0,75
Cunha	0,60	0,55	0,60	0,62	0,64	0,70	0,68	0,73	0,72	0,70	0,68	0,67
Jambeiro	0,73	0,80	0,75	0,76	0,73	0,71	0,75	0,74	0,82	0,78	0,72	0,73
Lagoinha	0,63	0,70	0,69	0,69	0,69	0,67	0,68	0,66	0,61	0,70	0,70	0,70
Natividade da Serra	0,52	0,60	0,59	0,65	0,62	0,65	0,66	0,68	0,68	0,67	0,65	0,67
Paraibuna	0,70	0,70	0,68	0,69	0,64	0,71	0,73	0,71	0,73	0,74	0,70	0,72
Redenção da Serra	0,65	0,65	0,62	0,68	0,70	0,65	0,61	0,63	0,73	0,71	0,69	0,74
S. Luís do Paraitinga	0,62	0,63	0,56	0,62	0,62	0,67	0,66	0,65	0,69	0,66	0,70	0,61
Total	0,64	0,64	0,63	0,66	0,65	0,69	0,69	0,70	0,71	0,71	0,69	0,69

Caçapava	0,74	0,81	0,78	0,81	0,80	0,81	0,81	0,81	0,84	0,81	0,79	0,78
Igaratá	0,63	0,68	0,68	0,74	0,73	0,78	0,77	0,79	0,80	0,74	0,71	0,71
Jacareí	0,76	0,78	0,75	0,74	0,76	0,79	0,79	0,79	0,78	0,80	0,78	0,78
Pindamonhangaba	0,77	0,77	0,78	0,77	0,75	0,78	0,80	0,81	0,80	0,76	0,77	0,78
Santa Branca	0,67	0,62	0,67	0,68	0,65	0,72	0,69	0,70	0,78	0,70	0,71	0,65
S. José dos Campos	0,80	0,82	0,80	0,81	0,82	0,81	0,81	0,80	0,82	0,82	0,81	0,82
Taubaté	0,79	0,78	0,83	0,86	0,86	0,87	0,86	0,84	0,80	0,80	0,79	0,80
Tremembé	0,67	0,67	0,68	0,69	0,68	0,75	0,72	0,74	0,67	0,69	0,68	0,73
Total	0,78	0,79	0,79	0,80	0,81	0,81	0,81	0,81	0,80	0,80	0,79	0,80

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base nos dados do FIRJAN, 2021.

Os municípios que apresentaram uma melhora no IFDM, na comparação entre os anos de 2005 com 2016 e que são classificados com alto desenvolvimento (IFDM acima de 0,8) foram; Caraguatatuba com 0,84, Ilhabela com 0,86, Aparecida com 0,81, São José dos Campos com 0,82 e Taubaté com 0,804. Municípios esses com características econômicas voltadas ao setor industrial ou ao setor turístico. Já os municípios que apresentaram uma piora no IFDM foram: Monteiro Lobato, São Bento do Sapucaí, Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Lavrinhas, Potim, São Luís do Paraitinga e Santa Branca, esses municípios são classificados com desenvolvimento moderado (IFDM entre 0,6 até 0,8). Todos os outros 26 municípios não citados nesse parágrafo, tiveram variações positiva ou não apresentaram variações e estão classificados com desenvolvimento moderado.

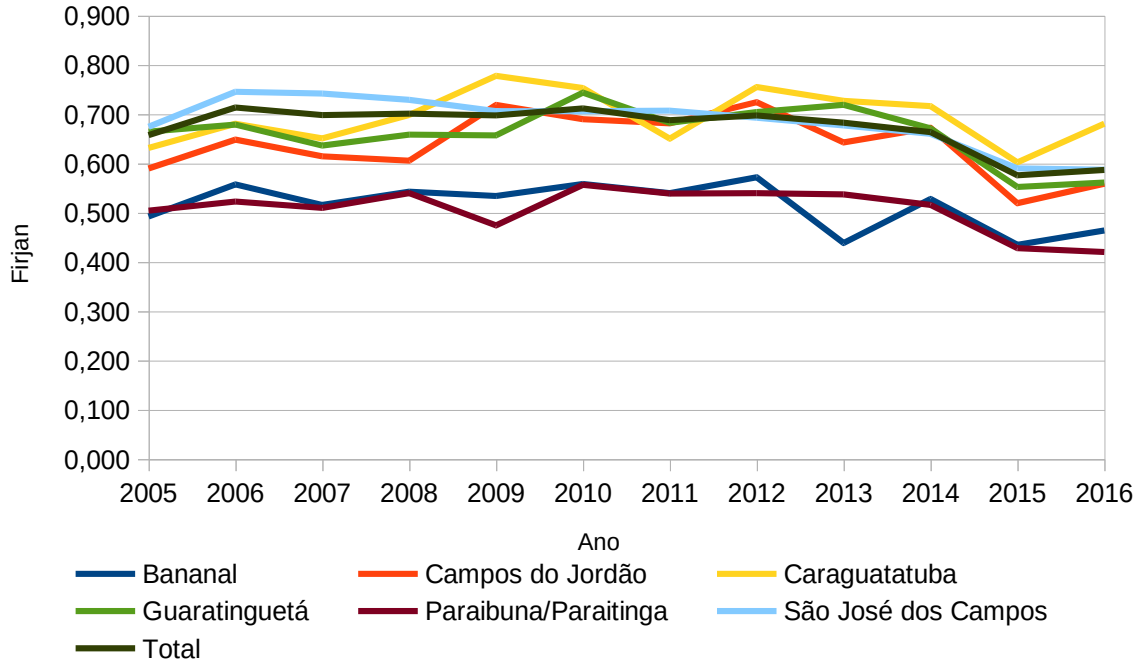
Na análise das regiões geográficas imediatas da RMVale, essas apresentaram uma variação positiva no IFDM na comparação entre os anos de 2005 com 2016. Em 2005 todas as regiões imediatas estavam classificadas no índice com moderado desenvolvimento. No ano de 2016 a região imediata de Caraguatatuba passou de moderado para alto na classificação IFDM de desenvolvimento municipal, as outras cinco regiões imediatas se mantiveram no nível moderado.

Nos municípios que apresentaram melhora no IFDM tem destaque nas áreas de industrialização ou turismo. Já os municípios com piora são fortes na área agropecuária, que apresenta algumas características como elevado emprego informal em comparação com outras áreas, os trabalhadores desse setor têm piores acesso tanto na saúde quanto na educação, seja pela dificuldade no acesso ou pela precariedade do atendimento, decorrentes de baixos investimentos.

A Figura 12 apresenta a variação do IFDM-Renda nas regiões geográficas imediatas da RMVale, entre 2005 e 2016. No gráfico são diversas as variações de

trajetória durante o período analisado, e somente a região imediata de Caraguatatuba apresentou crescimento entre o ano 2005 comparativamente ao ano de 2016, crescimento pequeno.

Figura 12 - Dados do IFDM na área Emprego e Renda das regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2005 e 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base nos dados do FIRJAN, 2021.

Analisando o período entre 2005 e 2012, as regiões imediatas apresentam variações com leve tendência positiva, quando no ano de 2012 todas as regiões apresentaram crescimento em comparação com o ano de 2005. O período de queda acentuada no índice se deu entre os anos de 2014 para 2015, já e entre os anos de 2015 e 2016 tivemos uma pequena recuperação, que não foi suficiente para voltar aos níveis anteriores do IFDM-Renda.

De maneira geral, na análise do IFDM se identificou um comportamento positivo no período entre 2005 e 2016, já o IFDM-Renda se mostrou mais volátil durante esse período. Quando comparamos esses com a geração de emprego agregado, todos se mostram em trajetórias próximas. Com relação à análise da variação da Bolsa Família e do BPC com o IFDM, suas trajetórias não foram semelhantes, visto que nos momentos de queda do componente emprego e renda, os programas de transferência

de renda estavam em uma trajetória de crescimento ou de baixo crescimento. Essas políticas públicas de distribuição de renda tiveram um papel anticíclico a crise econômica que se instalava, minimizando o impacto negativo na renda familiar das populações pobres, contempladas com esses benefícios.

A falta de continuidade na atualização do IFDM dificulta a análise histórica envolvendo esse índice, quando sua última atualização ocorreu para o ano de 2016. O maior prejuízo que essa defasagem pode ocasionar e na sua utilização como ferramenta de planejamento municipal e regional, na implantação e avaliação das políticas públicas. Assim esse descompasso temporal não serve a dinâmica das decisões municipais e regionais, que necessitam de uma celeridade na tomada de decisões.

4.7 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

Os dados municipais do IDHM são coletados no Censo Demográfico do IBGE, disponíveis nos anos de 1991, 2000 e 2010. A falta da realização do Censo em 2020 e 2021 dificultar uma melhor compreensão acerca da relação entre as políticas públicas de renda (originadas ou ampliadas) com o desenvolvimento.

A Tabela 23 mostra as variações no IDHM dos 39 municípios da RMVale, em conjunto com suas respectivas populações.

Tabela 23 - IDHM dos municípios da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991, 2000 e 2010.

Municípios	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Arapeí	0,373	0,594	0,680	2.658	2.618	2.493
Areias	0,418	0,600	0,697	3.284	3.600	3.696
Bananal	0,456	0,632	0,733	8.711	9.713	10.223
S. José do Barreiro	0,405	0,614	0,684	3.933	4.143	4.077
Silveiras	0,419	0,574	0,678	4.914	5.378	5.792
Média	0,425	0,608	0,703	23.500	25.452	26.281
Campos do Jordão	0,507	0,653	0,749	37.135	44.252	47.789
Monteiro Lobato	0,466	0,613	0,710	3.380	3.615	4.120
S. Antônio do Pinhal	0,442	0,616	0,706	5.355	6.328	6.486
S. Bento do Sapucaí	0,467	0,601	0,720	8.695	10.355	10.468
Média	0,492	0,639	0,738	54.565	64.550	68.863
Caraguatatuba	0,519	0,685	0,759	52.878	78.921	100.840

Ilhabela	0,505	0,658	0,756	13.538	20.836	28.196
São Sebastião	0,520	0,663	0,772	33.890	58.038	73.942
Ubatuba	0,518	0,633	0,751	47.398	66.861	78.801
Média	0,518	0,661	0,760	147.704	224.656	281.779
Aparecida	0,569	0,689	0,755	33.247	34.904	35.007
Cachoeira Paulista	0,553	0,676	0,764	23.212	27.205	30.091
Canas	0,406	0,577	0,704	2.760	3.614	4.385
Cruzeiro	0,556	0,704	0,788	68.643	73.492	77.039
Guaratinguetá	0,598	0,718	0,798	91.998	104.219	112.072
Lavrinhas	0,474	0,618	0,729	4.674	6.008	6.590
Lorena	0,591	0,699	0,766	70.386	77.990	82.537
Piquete	0,563	0,690	0,757	14.749	15.200	14.107
Potim	0,461	0,600	0,697	10.075	13.605	19.397
Queluz	0,448	0,615	0,722	7.710	9.112	11.309
Roseira	0,485	0,642	0,737	6.217	8.577	9.599
Média	0,585	0,693	0,771	333.671	373.926	402.133
Cunha	0,390	0,543	0,684	23.462	23.090	21.866
Jambeiro	0,457	0,645	0,756	3.285	3.992	5.349
Lagoinha	0,428	0,583	0,693	4.635	4.957	4.841
Natividade da Serra	0,353	0,497	0,655	6.458	6.952	6.678
Paraibuna	0,418	0,623	0,719	14.891	17.009	17.388
Redenção da Serra	0,402	0,552	0,657	4.008	4.047	3.873
São Luiz do Paraitinga	0,457	0,575	0,697	9.922	10.429	10.397
Média	0,409	0,572	0,696	66.661	70.476	70.392
Caçapava	0,542	0,694	0,788	66.058	76.130	84.752
Igaratá	0,427	0,603	0,711	6.292	8.292	8.831
Jacareí	0,547	0,700	0,777	163.869	191.291	211.214
Pindamonhangaba	0,549	0,694	0,773	102.063	126.026	146.995
Santa Branca	0,500	0,657	0,735	10.306	13.010	13.763
São José dos Campos	0,607	0,739	0,807	442.370	539.313	629.921
Taubaté	0,600	0,734	0,800	206.965	244.165	278.686
Tremembé	0,563	0,705	0,785	27.572	34.823	40.984
Média	0,583	0,722	0,795	1.025.495	1.233.050	1.415.146

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Na análise geral da Tabela 23, todos os municípios apresentaram uma melhora no IDHM nos períodos, sendo a variação no primeiro período entre 1991 e 2000 superior ao segundo período entre 2000 e 2010. Lembrando que na escala de classificação o IDHM muito alto é de 0,8 até 1, o IDHM alto é de 0,7 até 0,799, o IDHM médio é de 0,555 até 0,699 e o IDHM baixo é de 0,350 até 0,554.

A média das regiões geográficas imediatas no IDHM saiu de 0,565 (médio IDH) em 1991, passando para 0,722 (alto IDH) em 2000 e chegando a 0,795 (alto IDH) em 2010, conforme Tabela 24.

Tabela 24 - IDHM das regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos 1991, 2000 e 2010.

Regiões Geográficas Imediatas	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Bananal	0,425	0,608	0,703	23.500	25.452	26.281
Campos do Jordão	0,492	0,639	0,738	54.565	64.550	68.863
Caraguatatuba	0,518	0,661	0,760	147.704	224.656	281.779
Guaratinguetá	0,585	0,693	0,771	333.671	373.926	402.133
Paraibuna/Paraitinga	0,409	0,572	0,696	66.661	70.476	70.392
São José dos Campos	0,583	0,722	0,795	1.025.495	1.233.050	1.415.146
Média RMVale	0,565	0,700	0,780	1.651.596	1.992.110	2.264.594
São Paulo	0,578	0,702	0,783	31.588.925	37.032.403	41.262.199
Brasil	0,493	0,612	0,727	146.825.475	169.798.885	190.755.799

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A região imediata de Bananal em 2010 ficou classificada como média no desenvolvimento humano, todas as outras cinco regiões chegaram ao patamar de alto desenvolvimento humano. O Brasil apresentou os piores resultados ?no IDH e o Estado de São Paulo ficou pouco acima da RMVale no IDH, todas essas apresentaram trajetórias positiva no período.

No IDHM componente renda os dados indicam uma melhora nos dois períodos analisados na média das regiões geográficas imediatas, conforme Tabela 25.

Tabela 25 - IDHM Renda das regiões geográficas imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991, 2000 e 2010.

Regiões Geográficas Imediatas	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Renda 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Bananal	0,563	0,647	0,666	23.500	25.452	26.281
Campos do Jordão	0,662	0,708	0,743	54.565	64.550	68.863
Caraguatatuba	0,674	0,710	0,740	147.704	224.656	281.779
Guaratinguetá	0,695	0,703	0,734	333.671	373.926	402.133
Paraibuna/Paraitinga	0,570	0,622	0,686	66.661	70.476	70.392
São José dos Campos	0,706	0,747	0,779	1.025.495	1.233.050	1.415.146
Média RMVale	0,692	0,727	0,761	1.651.596	1.992.110	2.264.594
São Paulo	0,729	0,756	0,789	31.588.925	37.032.403	41.262.199
Brasil	0,647	0,692	0,739	146.825.475	169.798.885	190.755.799

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Na composição da renda no IDHM leva-se em consideração o produto interno bruto *per capita* (PIBpc), esse não é sensível a melhoria da distribuição da renda ou da renda média e familiar. Tanto o Índice de Gini quando o Índice L de Theil, que tem seus dados analisados nas subseções seguintes, apresentam uma melhoria superior

entre os anos de 2000 e 2010 na concentração e distribuição da renda, quando comparado os anos de 1991 e 2000.

O IDHM e o IDHM renda apresentaram no estudo uma evolução positiva no período de implementação das políticas públicas de renda. O fato de o índice ser uma construção composta de três setores (saúde, educação e renda) e da utilização do produto interno bruto *per capita* (PIBpc) como componente da renda, dificulta a afirmação de relação direta entre melhoria do IDHM e as políticas públicas de renda. Uma vez que os outros setores podem influenciar no resultado do IDHM, políticas públicas desses setores são determinantes do resultado, já o setor renda com a utilização do PIBpc é determinado pelo aumento da riqueza gerada, não sendo sensível a distribuição e concentração da renda.

4.8 RENDA E POBREZA

O primeiro conjunto de dados sobre a renda dos municípios e regiões geográficas imediatas da RMVale são os provenientes dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010. Esses dados são abordados através dos dados da renda *per capita*, da análise da renda *per capita* da população em quintis, da renda dos extremamente pobres, da renda dos pobres e da renda dos vulneráveis à pobreza. O segundo conjunto de dados, apresenta o rendimento médio que é divulgado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Continua Mensal (PNAD Continua) realizada pelo IBGE entre os anos de 2010 até 2019, esses dados foram capturados no site da Fundação SEADE.

A renda *per capita*, no estuda das regiões geográficas imediatas pertencentes a RMVale nos anos de 1991, 2000 e 2010, não é um indicador sensível a distribuição da renda nem a melhoria direta do desenvolvimento. Uma vez que a renda *per capita* sozinha indica somente um aumento ou diminuição da riqueza gerada. A análise da renda *per capita* precisa ser feito em conjunto com indicadores de distribuição de renda, diminuição da pobreza e pobreza extrema.

A Tabela 26 apresenta a trajetória da renda *per capita* nas regiões geográficas imediatas da RMVale, juntamente com os dados do Brasil e do Estado de São Paulo, nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 26 - Renda *per capita* e variação percentual da renda nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos 1991, 2000 e 2010.

Regiões Geográficas Imediatas	Renda *per capita* 1991	Renda *per capita* 2000	Renda *per capita* 2010	% Variação 1991-2000	% Variação 2000-2010
Bananal	270,20	455,09	510,18	68,43	12,11
Campos do Jordão	500,16	666,61	828,32	33,28	24,26
Caraguatatuba	531,80	665,05	800,96	25,06	20,44
Guaratinguetá	552,96	646,50	785,09	16,92	21,44
Paraibuna/Paraitinga	282,49	392,69	578,16	39,01	47,23
São José dos Campos	655,64	842,96	1031,36	28,57	22,35
Média RMVale	598,14	759,42	932,65	26,96	22,81
São Paulo	746,22	882,40	1084,46	18,25	22,90
Brasil	447,56	592,46	793,87	32,38	34,00

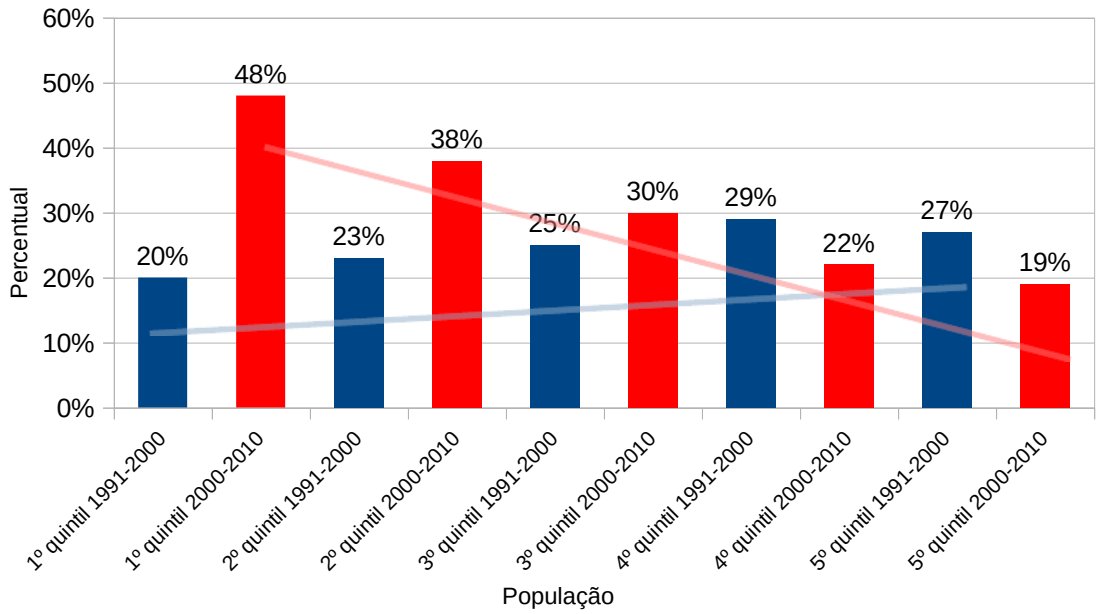
Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A evolução da renda *per capita* na RMVale entre os anos de 1991 e 2000, conforme Tabela 26 , indicou 26,96% de aumento. Os dois maiores aumentos percentuais ficaram com as regiões imediatas de menor renda *per capita,* a região de Bananal com aumento de 68,43% seguidos da região de Paraibuna/Paraitinga com 39,01% de aumento. Entre os anos de 2000 e 2010, a variação na RMVale foi de 22,81% de aumento da renda *per capita*. As regiões imediatas com maior crescimento percentual nesse segundo recorte foram a região de Paraibuna/Paraitinga com aumento de 47,23% e a região de Campos do Jordão com 24,26% de aumento. No comparativo a RMVale apresentou renda *per capita* superior ao Brasil em todo o período, e renda *per capita* inferior ao Estado de São Paulo.

A próxima análise com os dados da renda *per capita* dos Censos Demográficos faz a comparação entre a renda de diferentes camadas populacionais, através da divisão da renda *per capita* em cinco parcelas da população. Essa estratégia de fragmentação busca verificar o comportamento da renda nas diversas camadas populacionais, assim identificando uma possível diminuição nas disparidades da renda, através das políticas públicas de renda com enfoque nas camadas mais pobres da população. O 1ª quintil começa com os 20% da população de menor renda *per capita*, o 2ª quintil são os acima 20% até 40%, o 3ª quintil são os acima de 40% até 60%, o 4ª quintil são os acima de 60% até 80% e o 5ª quintil são os acima de 80%, ou seja, os 20% de maior renda *per capita* da população.

Na Figura 13 são apresentados os dados da renda *per capita* dividida por quintis da população, essa é uma divisão do total da população em uma escala a cada 20%.

Figura 13 - Crescimento da renda *per capita* na RMVale por quintis da população, entre os anos de 1991 e 2000 e os anos de 2000 e 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Os dados apontam para um aumento da renda *per capita*, mesmo que não homogêneo, nos dois períodos observados e em todos os quintis da população da RMVale. O destaque principal da Figura 13 fica por conta do crescimento percentual dos quintis nos diferentes períodos, quando entre os anos de 1991-2000 todos os quintis apresentam um percentual de crescimento próximo, independente da faixa de renda *per capita* da população, no segundo período entre os anos 2000-2010 fica evidente o maior crescimento dos quintis de menor renda. Assim a população de menor renda foi mais beneficiada no aumento percentual da renda no segundo período, indicando uma atuação das diversas políticas públicas de renda na melhoria da renda das camadas mais baixas da população (JANNUZZI; FONSECA, 2017).

Os últimos dados a serem analisados sobre a renda provenientes do Censo Demográfico são as variações na renda dos extremamente pobres, dos pobres e dos vulneráveis a pobreza.

A Tabela 27 apresenta a trajetória da renda média dos extremamente pobres, dos pobres e dos vulneráveis a pobreza, das regiões geográficas imediatas da RMVale, do Brasil e do Estado de São Paulo.

Tabela 27 - Renda média dos extremamente pobre, pobres e vulneráveis nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos 1991, 2000 e 2010.

Regiões Geográficas Imediatas	Extremamente pobres 1991	Extremamente pobres 2000	Extremamente pobres 2010	% Variação 1991-2000	% Variação 2000-2010
Bananal	46,12	44,61	34,95	-3,28%	-21,65%
Campos do Jordão	46,16	45,65	37,38	-1,11%	-18,10%
Caraguatatuba	42,51	40,58	34,43	-4,54%	-15,16%
Guaratinguetá	45,29	46,49	39,78	2,65%	-14,44%
Paraibuna/Paraitinga	45,56	43,58	32,12	-4,34%	-26,30%
São José dos Campos	47,14	46,83	37,85	-0,64%	-19,17%
RMVale	46,14	45,83	37,54	-0,67%	-18,08%
São Paulo	45,64	44,80	35,85	-1,84%	-19,98%
Brasil	40,91	35,64	31,66	-12,88%	-11,17%
Regiões Geográficas Imediatas	Pobres 1991	Pobres 2000	Pobres 2010	% Variação 1991 a 2000	% Variação 2000 a 2010
Bananal	76,76	88,01	93,52	14,66%	6,26%
Campos do Jordão	96,26	96,76	93,04	0,52%	-3,85%
Caraguatatuba	89,92	86,25	91,97	-4,09%	6,64%
Guaratinguetá	89,37	91,46	92,53	2,34%	1,17%
Paraibuna/Paraitinga	79,61	85,19	94,28	7,02%	10,67%
São José dos Campos	90,66	89,79	95,06	-0,96%	5,86%
RMVale	90,00	89,70	94,12	-0,34%	4,93%
São Paulo	91,65	91,43	93,20	-0,24%	1,94%
Brasil	71,86	72,75	75,19	1,24%	3,35%
Regiões Geográficas Imediatas	Vulneráveis à pobreza 1991	Vulneráveis à pobreza 2000	Vulneráveis à pobreza 2010	% Variação 1991 a 2000	% Variação 2000 a 2010
Bananal	105,42	137,02	159,07	29,98%	16,09%
Campos do Jordão	152,82	162,30	176,90	6,20%	9,00%
Caraguatatuba	150,38	155,29	171,96	3,26%	10,74%
Guaratinguetá	145,29	154,78	169,61	6,53%	9,58%
Paraibuna/Paraitinga	118,16	137,64	163,33	16,48%	18,67%
São José dos Campos	153,71	155,07	173,13	0,89%	11,64%
RMVale	150,11	154,51	172,01	2,94%	11,32%
São Paulo	158,10	158,01	173,37	-0,06%	9,72%
Brasil	113,41	123,07	142,72	8,52%	15,97%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A renda dos extremamente pobres na RMVale, conforme Tabela *27*, indica uma pequena piora de 0,67% entre os anos de 1991 e 2000, e uma piora significativa da renda de 19,17% entre os anos de 2000 e 2010. Aqui é importante ressaltar que os benefícios concedidos pelos governos, através dos programas sociais não são

considerados como renda, de forma que os extremamente pobres são o público principal dessas políticas públicas, assim a de se esperar uma redução da geração da renda em favor do ganho desses benefícios. O Estado de São Paulo apresentou um comportamento similar ao da RMVale, com pequena redução no primeiro período e com redução significativa da renda no segundo período, já o Brasil apresentou uma redução da renda média nos dois períodos.

Continuando na análise da Tabela 27, são apresentados os dados da renda dos indivíduos considerados pobres na RMVale. O período entre os anos de 1991 e 2000 apresentou uma perda pequena de 0,34% na renda média, já no período entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu um aumento de 4,93% na renda média dos pobres. No Brasil ocorreu um aumento na renda média de 1,24% e 3,35% nos dois períodos respectivamente, já o Estado de São Paulo no primeiro período apresentou uma perda pequena de 0,24% na renda média e um aumento de 1,94% no segundo período.

Por último, a análise dos dados da renda dos vulneráveis à pobreza na RMVale, conforme Tabela 27, apresenta entre os anos de 1991 e 2000 um ganho de 2,94% na renda média, e entre os anos de 2000 e 2010 um ganho de 11,32%. Nessa camada da população dos vulneráveis à pobreza, o segundo período analisado se apresentou com um crescimento bem superior ao período anterior, tanto na RMVale quanto no Brasil e no Estado de São Paulo.

Uma explicação para esse avanço tímido na renda média dos extremamente pobres e dos pobres, se deve aos benefícios sociais concedidos pelas políticas públicas de renda, quando as pessoas passam a receber os benefícios e a renda gerada através do subemprego em muitos casos deixa de existir. Ocorreu também de maneira conjunta a diminuição da população nesses três extratos sociais, ou seja, um percentual populacional considerável deixou de pertencer a essas condições socioeconômicas de pobreza, como é apresentado nos dados de variação da pobreza mais à frente nesse estudo.

No segundo bloco de dados sobre renda é apresentando o rendimento médio entre 2010 até 2019, que através da fundação SEADE foram obtidos os valores correntes ao ano de 2019. Para um comparativo histórico foi realizado o deflacionamento pelo INPC com data base a de dezembro de 2019, os dados seguem apresentados na Tabela 28.

Tabela 28 - Rendimento médio das regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2010 e 2019.

Regiões Geográficas Imediatas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bananal	1.699	1.761	1.883	1.904	1.954	2.012	1.916	1.922	2.052	1.949
Campos do Jordão	2.049	2.073	2.155	2.138	2.198	2.228	2.154	2.114	2.157	2.152
Caraguatatuba	2.542	2.507	2.655	2.679	2.784	2.798	2.713	2.871	2.952	2.869
Guaratinguetá	2.725	2.806	2.821	2.897	2.997	3.040	2.890	2.875	2.828	2.878
Paraibuna\Paraitinga	2.056	2.120	2.099	2.209	2.250	2.301	2.155	2.192	2.311	2.186
S. José dos Campos	3.756	3.778	3.751	3.770	3.806	3.910	3.664	3.596	3.590	3.399
RMVale	3.293	3.321	3.329	3.362	3.419	3.497	3.298	3.274	3.280	3.153

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos dados da PNAD, 2022.
Nota: Os valores são em moeda corrente Real, e foi deflacionado pelo INPC com data base dezembro de 2019.

Na análise da variação do rendimento médio, conforme Tabela 28, a RMVale de forma agregada apresentou um comportamento de crescimento do rendimento médio, acima da inflação entre 2010 até 2015. O ano de 2016 foi o ponto de ruptura nos avanços do rendimento médio da série histórica, com uma diminuição de R$199,00 na renda real.

A Tabela 29 apresenta a variação anual do rendimento médio real, nas regiões geográficas imediatas da RMVale entre os anos de 2010 e 2019.

Tabela 29 - Variação anual do rendimento médio real das regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos de 2010 e 2019.

Regiões Geográficas Imediatas	2010 2011	2011 2012	2012 2013	2013 2014	2014 2015	2015 2016	2016 2017	2017 2018	2018 2019
Bananal	3,63%	6,95%	1,12%	2,59%	2,98%	-4,76%	0,33%	6,75%	-5,05%
Campos do Jordão	1,19%	3,93%	-0,76%	2,78%	1,39%	-3,35%	-1,84%	2,02%	-0,21%
Caraguatatuba	-1,37%	5,90%	0,91%	3,93%	0,48%	-3,05%	5,82%	2,83%	-2,80%
Guaratinguetá	2,98%	0,53%	2,70%	3,44%	1,43%	-4,94%	-0,52%	-1,61%	1,78%
Paraibuna\Paraitinga	3,14%	-1,02%	5,24%	1,88%	2,24%	-6,34%	1,70%	5,45%	-5,44%
S. José dos Campos	0,59%	-0,71%	0,52%	0,95%	2,71%	-6,28%	-1,86%	-0,16%	-5,33%
RMVale	0,85%	0,24%	0,98%	1,71%	2,27%	-5,67%	-0,74%	0,19%	-3,86%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos dados da PNAD, 2022.

Na análise da Tabela 29 quando se soma as seis regiões imediatas, chega-se ao total de 30 variações anuais do rendimento médio real entre os anos de 2010 até 2015, desse total de variações percentuais somente 4 foram negativas. Já entre os anos de 2015 até 2019, chega-se ao total de 24 variações percentuais possíveis, e desse total 16 variações foram negativas. Para salientar o ponto de inflexão nas

variações do rendimento médio real, nas regiões imediatas da RMVale, tem-se a divisão em três momentos; a variação entre os anos 2010 e 2015, a variação entre os anos de 2015 e 2019, e por último a variação mais abrangente entre os anos 2010 e 2019, conforme a Tabela 30.

Tabela 30 - Variação percentual do rendimento médio nas regiões geográficas imediatas, entre os anos de 2010 e 2015, anos de 2015 e 2019 e anos de 2010 e 2019.

Regiões Geográficas Imediatas	2010-2015	2015-2019	2010-2019
Bananal	18,4%	-3,1%	14,7%
Campos do Jordão	8,8%	-3,4%	5,0%
Caraguatatuba	10,1%	2,5%	12,9%
Guaratinguetá	11,6%	-5,3%	5,6%
Paraibuna\Paraitinga	11,9%	-5,0%	6,3%
São José dos Campos	4,1%	-13,1%	-9,5%
RMVale	6,2%	-9,8%	-4,2%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos dados da PNAD, 2022.

No primeiro momento entre os anos de 2010 e 2015, todas as regiões imediatas apresentaram crescimento acima da inflação, de forma conjunta as regiões imediatas cresceram 6,2% no rendimento médio real. O maior crescimento ocorreu na região de Bananal com aumento de 18,4%, essa região é a de menor renda *per capita* e a região mais pobre da RMVale. As quatro regiões imediatas com crescimento intermediário foram; Paraibuna/Paraitinga com 11,9%, Guaratinguetá com 11,6%, Caraguatatuba com 10,1% e Campos do Jordão com 8,8% de crescimento no rendimento médio real. A região de São José dos Campos que apresentou em 2021 um total de 62,86% da população da RMVale, apresentou o menor crescimento de 4,1% entre as regiões.

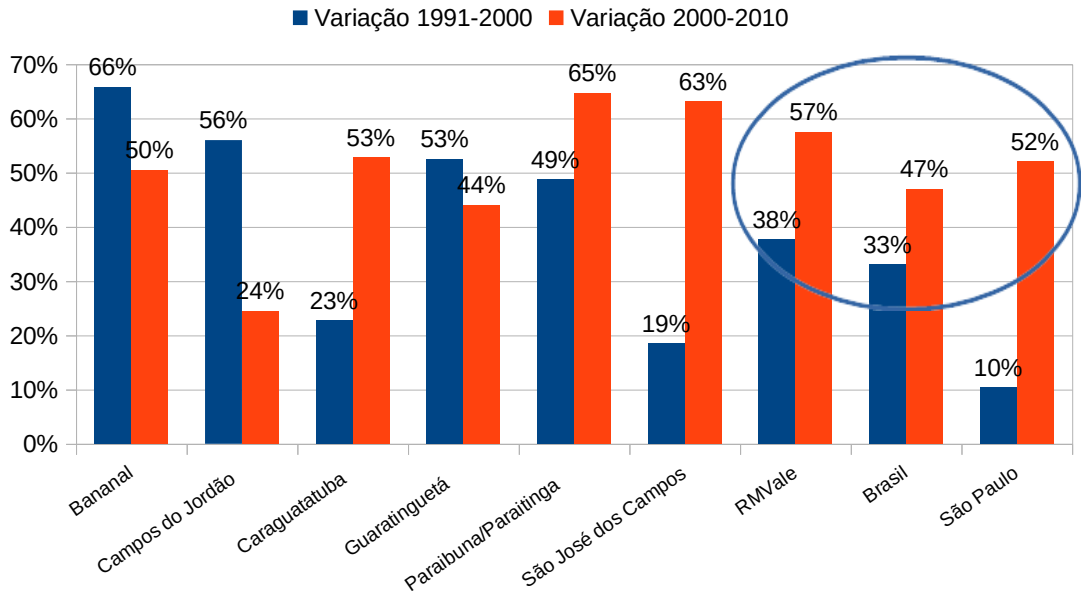
No segundo momento temos a comparação dos anos de 2015 com 2019, quando ocorre uma queda de 9,8% no rendimento médio real da RMVale. Das seis regiões imediatas somente Caraguatatuba apresentou um pequeno crescimento de 2,5%. Todas as outras regiões imediatas tiveram resultado negativo, sendo que a maior queda ficou com a região de São José dos Campos com 13,1%.

O último momento a ser analisado é entre os anos de 2010 com 2019, o resultado apresentado na RMVale é negativo em 4,2% na variação do rendimento médio real. A única região imediata com resultado negativo nessa comparação é São José dos Campos, com queda de 9,5% do rendimento médio real, essa região acabou por impactar todo o resultado da RMVale na visão agregada, devido a sua

representatividade populacional. As políticas públicas de valorização do SM e geração de emprego agregado, vistos anteriormente seguem o mesmo padrão histórico do rendimento médio real. Uma vez que o aumento do salário real e do emprego geram impactos positivos na renda, o estímulo através de políticas públicas se mostrou eficiente entre 2010 até 2015, com aumento no rendimento médio real em todas as regiões geográficas imediatas.

A variação da pobreza na RMVale é analisada em dois conjuntos de dados, o primeiro apresenta as variações populacionais dos extremamente pobres, dos pobres e dos vulneráveis a pobreza. A Figura 14 apresenta os extremamente pobres.

Figura 14 - Diminuição da extrema pobreza nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991-2000 e 2000-2010, em %.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A variação da população em extrema pobreza, conforme Figura 14, e bem elevada no período todo analisado, ocorrendo uma diminuição tanto no primeiro período entre aos anos de 1991 e 2000 quanto no segundo período entre os anos de 2000 e 2010. Entre o período de 1991 a 2000, ocorreu uma elevada diminuição da extrema pobreza nas regiões imediatas, com destaque para a região de Bananal com queda de 66%, na sequência a região de Campos do Jordão com queda de 56%, a

região de Guaratinguetá com 53%, a região de Paraibuna/Paraitinga com 49%, a região de Caraguatatuba com 23% e por último a região de São José dos Campos com 19% de queda na população que vivia em extrema pobreza. Na RMVale como um todo ocorreu uma diminuição total de 38% na redução na extrema pobreza da população, no Brasil essa diminuição foi de 33% e no Estado de São Paulo 10%.

Entre o período de 2000 a 2010, os dados da extrema pobreza apontam uma redução em 57% dos extremamente pobres na RMVale, ficando em um patamar superior na diminuição da extrema pobreza em comparação ao período anteiro. A maior diminuição ficou com a região imediata de Paraibuna/Paraitinga com 65% seguidos da região de São José dos Campos com 63%, a região de Caraguatatuba com 53%, a região de Bananal com 50%, a região de Guaratinguetá com 44% e por fim a região de Campos do Jordão com 24% de redução na população em extrema pobreza. Nesse período o Brasil teve uma redução de 47% e o Estado de São Paulo reduziu em 52% essa população, ficando a RMVale em um patamar superior a esses na redução da extrema pobreza, em percentual. A Tabela 31 apresenta a mudança da população extremamente pobre nas regiões geográficas imediatas da RMVale.

Tabela 31 - Percentual dos extremamente pobres nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos de 1991, 2000 e 2010.

Regiões Geográficas Imediatas	População de extremamente pobres 1991	População de extremamente pobres 2000	População de extremamente pobres 2010
Bananal	22,83%	7,82%	3,87%
Campos do Jordão	5,00%	2,20%	1,66%
Caraguatatuba	4,45%	3,44%	1,63%
Guaratinguetá	7,48%	3,55%	1,99%
Paraibuna/Paraitinga	18,61%	9,55%	3,38%
São José dos Campos	3,44%	2,80%	1,03%
RMVale	5,28%	3,30%	1,40%
São Paulo	2,70%	2,42%	1,16%
Brasil	18,64%	12,48%	6,62%

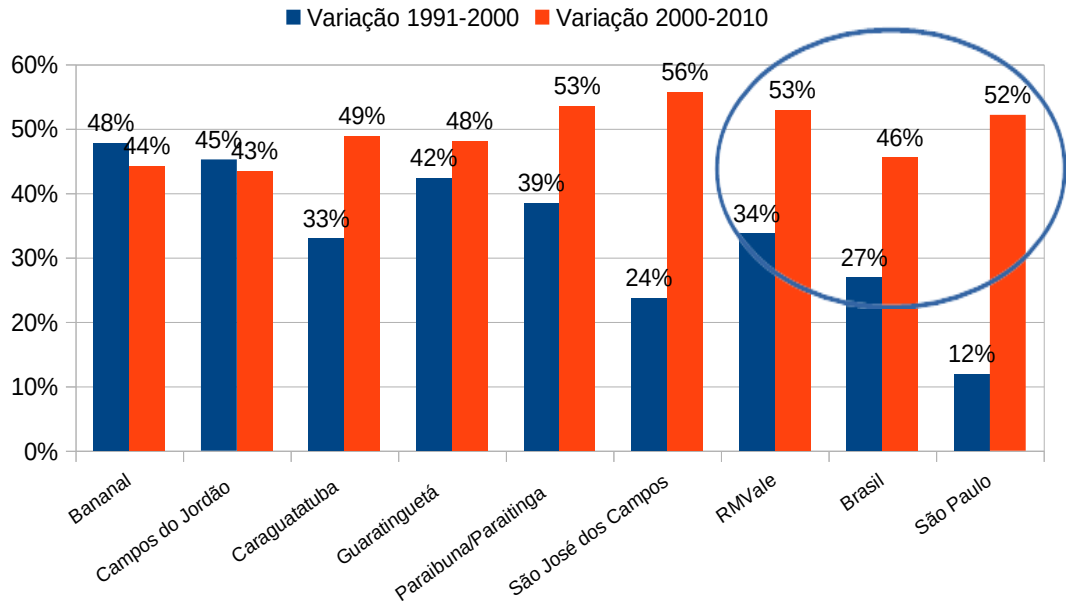
Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

As regiões imediatas da RMVale passaram por um processo de redução da população extremamente pobre, durante todo o período analisado ocorreu um comportamento geral de queda, a RMVale saiu de 3,44% da população no ano de 1991, para 2,8% da população no ano de 2000 e chegando a 1,03% no ano de 2010. Nas regiões imediatas mais pobres, de menor renda *per capita* e renda média, essa

redução na população extremamente pobre foi elevada, com destaque para a região de Bananal que tinha 22,83% no ano de 1991, passou para 7,82% em 2000 e chegou a 3,87% no ano de 2010, a outra região em destaque foi a de Paraibuna/Paraitinga que tinha 18,61% no ano de 1991, foi a 9,55% no ano de 2000 e chegou a 3,38% no ano de 2010. Na análise comparada o Brasil passou por esse mesmo processo, de redução da população extremamente pobre de forma acentuada e o Estado de São Paulo de forma menos acentuada, a RMVale ficou no meio termo nessa comparação.

A Figura 15 apresenta a variação percentual dos pobres nas regiões imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo.

Figura 15 - Diminuição dos pobres nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991-2000 e 2000-2010, em %.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Entre os anos de 1991 e 2000 na RMVale, a população em situação de pobreza reduziu em 34%, a maior redução percentual foi na região de Bananal com 48% seguido pela região de Campos do Jordão com 45%, a região de Guaratinguetá com 42%, a região de Paraibuna/Paraitinga com 39%, a região de Caraguatatuba com 33% e por fim a região de São José dos Campos com 24% na redução da população pobre. O Brasil e o Estado de São Paulo tiveram uma redução inferior a RMVale de 27% e 12% respectivamente.

No período entre os anos de 2000 e 2010, a redução dos pobres foi de 53% com melhora de 19% quando comparado ao período anterior, assim foi dado continuidade na diminuição da pobreza em um patamar acima. A maior redução ficou com a região de São José dos Campos com 56%, seguido pela região de Paraibuna/Paraitinga com 53%, a região de Caraguatatuba com 49%, a região de Guaratinguetá com 48%, a região de Bananal com 44% e por fim a região de Campos do Jordão com 43% na redução da população pobre. Na comparação entre RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, todos ficaram em um patamar elevado na diminuição da pobreza, com 53%, 46% e 42% respectivamente.

A Tabela 32 apresenta a mudança da população pobre nas regiões geográficas imediatas da RMVale.

Tabela 32 - Percentual dos pobres nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos de 1991, 2000 e 2010.

Regiões Geográficas Imediatas	População de pobres 1991	População de pobres 2000	População de pobres 2010
Bananal	55,01%	28,73%	16,02%
Campos do Jordão	20,61%	11,29%	6,38%
Caraguatatuba	17,88%	11,99%	6,14%
Guaratinguetá	24,55%	14,16%	7,36%
Paraibuna/Paraitinga	46,80%	28,78%	13,38%
São José dos Campos	13,26%	10,13%	4,49%
RMVale	18,15%	12,03%	5,67%
São Paulo	11,05%	9,74%	4,66%
Brasil	38,16%	27,90%	15,20%

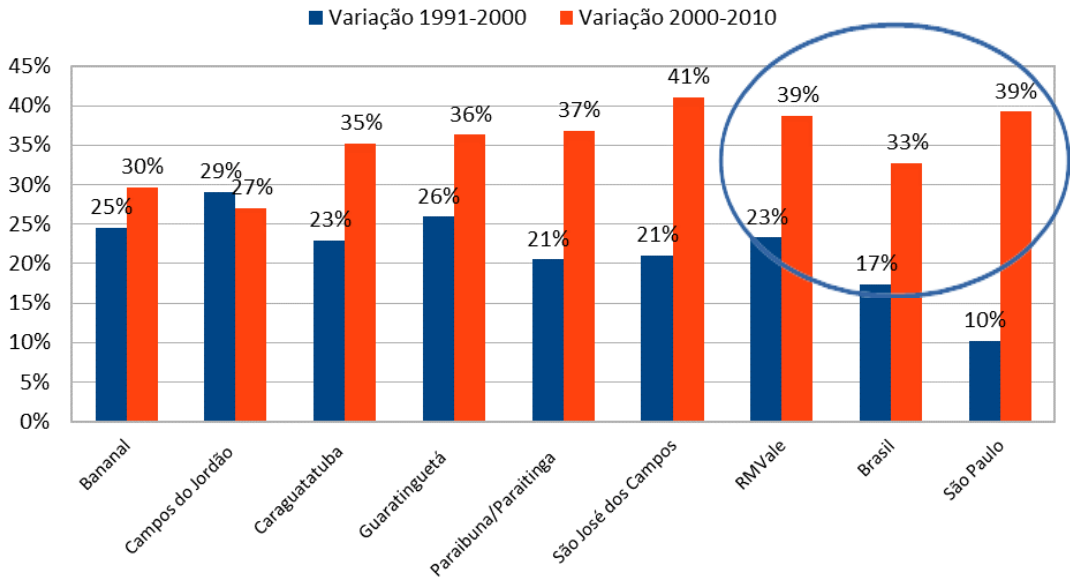
Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A RMVale apresenta no período analisado uma redução da população pobre, passando de 18,15% da população no ano de 1991, para 12,03% no ano de 2000 e chegando a 9,9% no ano de 2010. Nas regiões imediatas mais pobres, de menor renda *per capita* e renda média, essa redução na população pobre foi elevada, com destaque para a região de Bananal que tinha 55,01% no ano de 1991, passou para 28,73% em 2000 e chegou a 16,02% no ano de 2010, a outra região em destaque foi a de Paraibuna/Paraitinga que tinha 46,80% no ano de 1991, foi a 28,78% no ano de 2000 e chegou a 13,38% no ano de 2010. Na análise comparada o Brasil e o Estado de São Paulo passaram por esse processo de redução da população pobre em todo

o período, porém essa redução ficou em um patamar superior no período entre os anos de 2000 e 2010.

Os dados sobre a variação dos vulneráveis à pobreza nas regiões geográficas imediatas da RMVale são apresentados na Figura 16.

Figura 16 - Diminuição dos vulneráveis à pobreza nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991-2000 e 2000-2010, em %.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

No período de os anos de 1991 e 2000 a RMVale, diminuiu em 23% os vulneráveis à pobreza. A região que mais diminui a população vulnerável à pobreza foi a região de Campos do Jordão com 29%, já a região Paraibuna/Paraitinga e a região de São José dos Campos foram as que menos diminuíram com 21%. Nesse período as regiões imediatas apresentaram resultados próximos, sem grandes disparidades. A RMVale teve redução superior ao Brasil e ao Estado de São Paulo, com reduções de 23%, 17% e 10% respectivamente.

No período posterior, entre os anos de 2000 e 2010 a diminuição dos vulneráveis à pobreza foi de 39%, nas regiões imediatas da RMVale, mostrando um avanço com relação ao período anterior em 16%. A região imediata com maior percentual foi São José dos Campos com 41%, na sequência foi a região de a região de Paraibuna/Paraitinga com 37%, a região de Guaratinguetá com 36%, a região de

Caraguatatuba com 35%, a região de Bananal com 30%, e por fim a região de Campos do Jordão com 27% na diminuição dos vulneráveis à pobreza. Na comparação da RMVale com o Estado de São Paulo, esses apresentaram o mesmo resultado de 39%, e o Brasil ficou em um patamar pouco abaixo de 33% na redução da população pobre.

A Tabela 33 apresenta a mudança da população de vulneráveis à pobreza nas regiões geográficas imediatas da RMVale.

Tabela 33 - Percentual dos vulneráveis a pobreza nas regiões imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos de 1991, 2000 e 2010.

Regiões Geográficas Imediatas	População de vulneráveis à pobreza 1991	População de vulneráveis à pobreza 2000	População de vulneráveis à pobreza 2010
Bananal	75,19%	56,72%	39,90%
Campos do Jordão	45,66%	32,40%	23,64%
Caraguatatuba	42,17%	32,51%	21,08%
Guaratinguetá	48,82%	36,17%	23,04%
Paraibuna/Paraitinga	71,15%	56,55%	35,71%
São José dos Campos	33,15%	26,19%	15,42%
RMVale	39,67%	30,44%	18,65%
São Paulo	29,57%	26,55%	16,13%
Brasil	58,53%	48,39%	32,56%

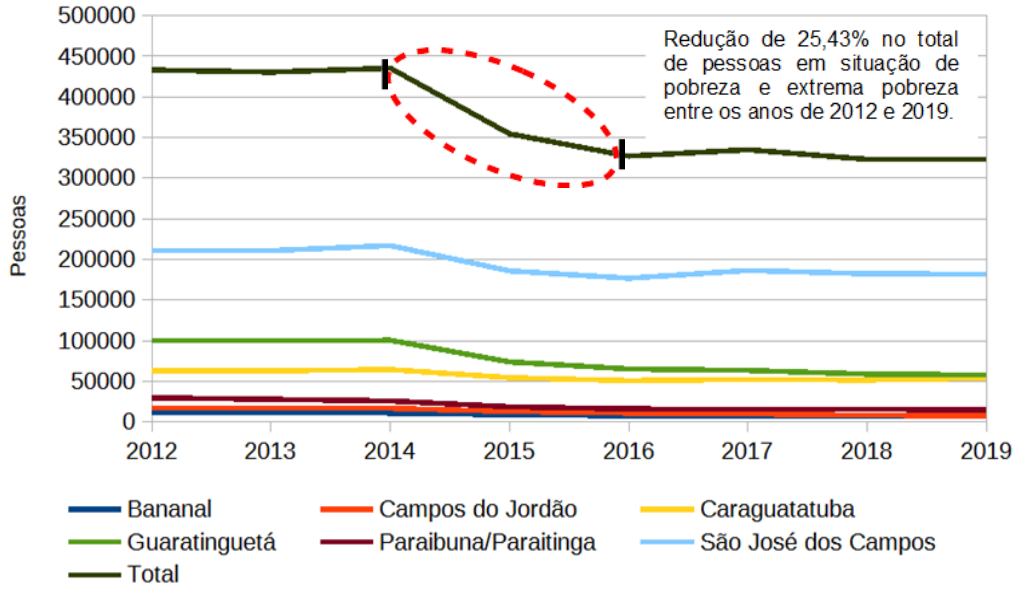
Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

No ano de 1991 a RMVale tinha 39,67% da sua população vulnerável à pobreza, no ano de 2000 essa população caiu para 30,44% e no ano de 2010 essa população foi para 18,65%, indicado uma melhora elevada no período todo, porém superior entre os anos de 2000 e 2010. Nas regiões imediatas mais pobres, de menor renda *per capita* e renda média, essa redução na população vulnerável à pobreza foi elevada, com destaque para a região de Bananal que tinha 75,19% no ano de 1991, passou para 56,72% em 2000 e chegou a 39,9% no ano de 2010, a outra região em destaque foi a de Paraibuna/Paraitinga que tinha 71,15% no ano de 1991, foi a 56,55% no ano de 2000 e chegou a 35,71% no ano de 2010. O Brasil apresentou durante o período analisado os maiores percentuais de população em vulnerabilidade à pobreza. Apresentando uma redução elevada principalmente entre os anos de 2000 e 2010, o mesmo aconteceu com a redução do Estado de São Paulo e da RMVale.

O segundo conjunto de dados sobre a variação da pobreza, apresenta a variação dos pobres e extremamente pobres entre os anos de 2012 e 2019, nas regiões geográficas imediatas da RMVale. A fonte desses dados é do Ministério da

Cidadania e identifica as pessoas através do cadastro único, que concentra as informações sobre as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, não sendo possível a comparação com os dados do Censo Demográfico, pois são metodologias e parâmetros distintos. A Figura 17 apresenta a trajetória do total de pessoas em pobreza e extrema pobreza nas regiões geográficas imediatas.

Figura 17 - Total de pessoal em pobreza e extrema pobreza nas regiões geográficas imediatas da RMVale, entre os anos 2012 e 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base nos dados do Ministério da Cidadania, 2022.

Nesse período analisado os destaques são os anos de 2015 e 2016, que apresentaram as maiores variações na redução dos pobres e extremamente pobres no total das regiões da RMVale. Essa redução está em paralelo com a ampliação e manutenção das políticas públicas de renda, principalmente com o Programa Bolsa Família.

Na Tabela 34 são apresentadas as variações percentuais dos pobres e extremamente pobres nas regiões geográficas imediatas da RMVale.

Tabela 34 - Variação percentual do total de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza nas regiões geográficas da RMVale, entre 2012 e 2019.

Regiões Geográficas Imediatas	2012 2013	2013 2014	2014 2015	2015 2016	2016 2017	2017 2018	2018 2019	2012 2019
Bananal	-4,06	-7,98	-19,13	-14,04	-4,02	-5,36	-1,14	-44,88
Campos do Jordão	-0,32	-2,95	-23,19	-16,05	-9,17	-16,77	-8,53	-56,86

Caraguatatuba	0,15	2,61	-15,58	-6,68	2,94	-1,49	4,75	-13,99
Guaratinguetá	-0,48	0,65	-26,53	-11,74	-2,69	-7,15	-1,80	-42,37
Paraibuna/Paraitinga	-6,19	-7,32	-27,67	-14,43	-1,22	-2,45	-2,56	-49,44
São José dos Campos	0,05	2,94	-14,34	-4,92	5,50	-2,23	-0,21	-13,65
RMVale	-0,28	1,87	-17,40	-7,09	2,96	-3,50	-0,21	-25,43

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base nos dados do Ministério da Cidadania, 2022.

Os destaques na redução da pobreza e extrema pobreza são; a região de Campos do Jordão com redução de 56,86%, seguidos da região de Paraibuna/Paraitinga com 49,44%, a região de Bananal com 44,88% e a região de Guaratinguetá com redução de 42,37%. As regiões de Caraguatatuba e São José dos Campos são as que apresentaram menor redução com 13,99 e 13,65% respectivamente. De maneira geral a RMVale apresentou uma redução de 25,43% no total de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza entre os anos de 2012 e 2019, segundo a Tabela 34 o ano de 2016 foi o último a apresentar resultados mais expressivos nessa redução, justamente nesse ano ocorreu a mudança do Governo Federal e o enfoque nas políticas públicas afirmativas perdeu força (POCHMANN, 2017).

Com as mudanças de Governo Federal, Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), as políticas públicas de renda descritas no estudo, tiveram menor importância com a diminuição dos recursos, pessoas beneficiadas e da descontinuidade de políticas públicas, e o Brasil voltou a ter aumento na população em situação de pobreza e da extrema pobreza (IBGE, 2021). Nos anos de 2020 e 2021 o impacto da Covid 19 na renda e no emprego das pessoas foi bastante representativo, dessa forma não utilizamos esses dados, pois causariam uma distorção na análise histórica proposta.

4.9 RESULTADOS ÍNDICE DE GINI E ÍNDICE L DE THEIL

Os resultados do Índice de Gini seguem apresentados primeiramente em regiões geográficas imediatas da RMVale, em seguida são os resultados nos municípios da RMVale. Os períodos analisados são os anos de 1991, 2000 e 2010, com origem no Censo Demográfico realizado pelo IBGE. Vale ressaltar que quanto menor o índice, melhor e a distribuição da concentração de renda. No ano de 2020

estava programado uma nova realização do Censo que acontece a cada 10 anos, porém a Pandemia do Covid -19 impossibilitou sua realização, o Governo Federal prorrogou para o ano de 2021, que infelizmente não ocorreu devido a cortes de receita pelo Governo Federal, que remarcou para o ano de 2022 a sua realização.

A primeira análise é do Índice de Gini nas regiões imediatas da RMVale, com os dados do Brasil e do Estado de São Paulo, conforme Tabela 35.

Tabela 35 - Índice de Gini nas Regiões Imediatas da RMVale, Brasil e Estado de São Paulo, anos 1991, 2000 e 2010.

Regiões Geográficas Imediatas	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010	Índice L-Theil 1991	Índice L-Theil 2000	Índice L-Theil 2010
Bananal	0,59	0,59	0,49	0,62	0,63	0,43
Campos do Jordão	0,54	0,55	0,57	0,51	0,53	0,60
Caraguatatuba	0,54	0,55	0,52	0,51	0,54	0,49
Guaratinguetá	0,58	0,54	0,51	0,61	0,53	0,47
Paraibuna/Paraitinga	0,56	0,53	0,51	0,55	0,50	0,46
São José dos Campos	0,54	0,55	0,53	0,52	0,56	0,49
Média RMVale	0,55	0,55	0,52	0,54	0,55	0,49
São Paulo	0,55	0,58	0,56	0,55	0,61	0,57
Brasil	0,63	0,64	0,60	0,78	0,76	0,68

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A primeira constatação é que entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu uma melhora no indicador da RMVale que saiu de 0,55 e foi para 0,52 o Índice de Gini, o mesmo aconteceu com o Brasil que saiu de 0,64 para 0,60 e com o Estado de São Paulo que saiu de 0,58 para 0,56. Entre os anos de 1991 e 2000 o indicador se manteve no patamar de 0,55 no Índice de Gini da RMVale, já o Brasil e o Estado de São Paulo apresentaram uma piora na concentração de renda, saindo de 0,63 para 0,64 e 0,55 para 0,58 respectivamente.

A Tabela 36 detalha a variação no Índice de Gini dos municípios da região geográfica imediata de Bananal.

Tabela 36- Índice de Gini na região imediata de Bananal, anos 1991, 2000 e 2010.

Região Imediata de Bananal	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Arapeí	0,53	0,45	0,39	2.658	2.618	2.493
Areias	0,60	0,62	0,44	3.284	3.600	3.696
Bananal	0,61	0,59	0,51	8.711	9.713	10.223

S. J. do Barreiro	0,59	0,66	0,55	3.933	4.143	4.077
Silveiras	0,60	0,60	0,48	4.914	5.378	5.792
Média Região	0,59	0,59	0,49	23.500	25.452	26.281

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Entre os anos de 1991 e 2000 a região imediata de Bananal apresentou o mesmo grau de concentração de renda de 0,59 no Índice de Gini, variação da região, os destaques positivos foram os municípios de Arapeí e Bananal, já os destaques negativos ficaram com os municípios de São José do Barreiro e Areias, e o município de Silveiras não apresentou variação. Entre os anos de 2000 e 2010, a região imediata de Bananal apresentou um resultado positivo expressivo, saindo de 0,59 para 0,49 no Índice de Gini, quando todos os municípios apresentaram redução na concentração da renda.

Essa região é a mais pobre da RMVale, com os piores resultados em renda *per capita* no ano de 2010 e renda média no ano de 2019, apresentou no ano de 1991 o pior resultado no Índice de Gini, entre as regiões geográficas imediatas da RMVale, porém no ano de 2010 essa região apresentou o melhor resultado entre as regiões que foi de 0,49, esse resultado se deu entre o período de 2000 e 2010 quando as políticas públicas de renda tiveram um impacto positivo nessa região.

A Tabela 37 detalha a variação no Índice de Gini dos municípios da região geográfica imediata de Campos do Jordão.

Tabela 37 - Índice de Gini na região imediata de Campos do Jordão, anos 1991, 2000 e 2010.

Região Imediata de Campos do Jordão	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Campos do Jordão	0,52	0,54	0,59	37.135	44.252	47.789
Monteiro Lobato	0,60	0,60	0,48	3.380	3.615	4.120
Santo A. do Pinhal	0,57	0,58	0,47	5.355	6.328	6.486
São B. do Sapucaí	0,58	0,53	0,55	8.695	10.355	10.468
Média Região	0,54	0,55	0,57	54.565	64.550	68.863

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Na região imediata de Campos do Jordão ocorreu uma piora no Índice de Gini em todo o período, saindo de 0,54 no ano de 1991, para 0,55 no ano de 2000 e 0,57 no ano de 2010. Essa foi a única região geográfica imediata da RMVale que apresentou uma piora na distribuição da renda no período analisado. Essa é uma

região turística que atrai novos moradores com poder aquisitivo elevado, explicando em partes a elevação da concentração de renda.

A Tabela 38 detalha a variação no Índice de Gini dos municípios da região geográfica imediata de Caraguatatuba.

Tabela 38 - Índice de Gini na região imediata de Caraguatatuba, anos 1991, 2000 e 2010.

Região Imediata de Caraguatatuba	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Caraguatatuba	0,55	0,54	0,50	52.878	78.921	100.840
Ilhabela	0,54	0,56	0,49	13.538	20.836	28.196
São Sebastião	0,51	0,55	0,49	33.890	58.038	73.942
Ubatuba	0,54	0,57	0,58	47.398	66.861	78.801
Média Região	0,54	0,55	0,52	147.704	224.656	281.779

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A região imediata de Caraguatatuba apresentou entre os anos de 1991 e 2000 uma pequena piora de 0,54 para 0,55 no Índice de Gini, e entre 2000 e 2010 uma melhora de 0,55 para 0,52 no índice. O município de Caraguatatuba teve uma melhora nos dois períodos, já os municípios de Ilhabela e São Sebastião saíram de um resultado negativo entre os anos de 1991 e 2000, para um resultado positivo entre os anos de 2000 e 2010, e por último Ubatuba teve um resultado negativo nos dois períodos.

A Tabela 39 detalha a variação no Índice de Gini dos municípios da região geográfica imediata de Guaratinguetá.

Tabela 39 - Índice de Gini na região imediata de Guaratinguetá, anos 1991, 2000 e 2010.

Região Imediata de Guaratinguetá	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Aparecida	0,57	0,53	0,46	33.247	34.904	35.007
Cachoeira Paulista	0,57	0,54	0,52	23.212	27.205	30.091
Canas	0,46	0,39	0,43	2.760	3.614	4.385
Cruzeiro	0,53	0,55	0,53	68.643	73.492	77.039
Guaratinguetá	0,65	0,57	0,54	91.998	104.219	112.072
Lavrinhas	0,68	0,51	0,55	4.674	6.008	6.590
Lorena	0,56	0,54	0,52	70.386	77.990	82.537
Piquete	0,52	0,50	0,49	14.749	15.200	14.107
Potim	0,76	0,44	0,37	10.075	13.605	19.397
Queluz	0,54	0,60	0,46	7.710	9.112	11.309
Roseira	0,53	0,50	0,43	6.217	8.577	9.599
Média Região	0,58	0,54	0,51	333.671	373.926	402.133

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A região imediata de Guaratinguetá apresentou resultados positivos nos dois períodos saindo de 0,58 no ano de 1991, para 0,54 no ano de 2000 e chegou a 0,51 no ano de 2010. Dos 11 municípios dessa região 9 apresentaram melhor no Índice de Gini nos dois períodos, mostrando um equilíbrio na melhora desse indicador.

A Tabela 40 detalha a variação no Índice de Gini dos municípios da região geográfica imediata de Paraibuna/Paraitinga.

Tabela 40 - Índice de Gini na região imediata de Paraibuna/Paraitinga, anos 1991, 2000 e 2010.

Região Imediata de Paraibuna/Paraitinga	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Cunha	0,58	0,54	0,54	23.462	23.090	21.866
Jambeiro	0,56	0,53	0,49	3.285	3.992	5.349
Lagoinha	0,54	0,52	0,48	4.635	4.957	4.841
Natividade da Serra	0,53	0,52	0,51	6.458	6.952	6.678
Paraibuna	0,58	0,54	0,51	14.891	17.009	17.388
Redenção da Serra	0,51	0,51	0,45	4.008	4.047	3.873
S. Luís do Paraitinga	0,50	0,53	0,48	9.922	10.429	10.397
Média Região	0,56	0,53	0,51	66.661	70.476	70.392

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Na região imediata de Paraibuna/Paraitinga os resultados foram positivos nos dois períodos estudados. O município de São Luís do Paraitinga foi o único que apresentou uma piora entre os anos de 1991 e 2000 no Índice de Gini. Entre os anos de 2000 e 2010 somente o município de Cunha manteve o índice igual, todos os outros municípios apresentaram melhora.

A Tabela 41 detalha a variação no Índice de Gini dos municípios da região geográfica imediata de São José dos Campos.

Tabela 41 - Índice de Gini na região imediata de São José dos Campos, anos 1991, 2000 e 2010.

Região Imediata São José dos Campos	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Caçapava	0,52	0,52	0,50	66.058	76.130	84.752
Igaratá	0,49	0,52	0,41	6.292	8.292	8.831
Jacareí	0,55	0,51	0,49	163.869	191.291	211.214
Pindamonhangaba	0,56	0,56	0,52	102.063	126.026	146.995
Santa Branca	0,62	0,50	0,47	10.306	13.010	13.763
S. José dos Campos	0,53	0,56	0,55	442.370	539.313	629.921
Taubaté	0,54	0,57	0,51	206.965	244.165	278.686
Tremembé	0,53	0,55	0,53	27.572	34.823	40.984

Média Região	0,54	0,55	0,52	1.025.495	1.233.050	1.415.146

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A região imediata de São José dos Campos apresentou uma piora entre os anos de 1991 e 2000 no Índice de Gini, e uma melhora entre os anos de 2000 e 2010 na concentração de renda. Entre os anos de 2000 e 2010 todos os municípios apresentaram melhora no Índice de Gini.

Na análise da evolução do Índice de Gini nas regiões geográficas imediatas e nos munícipios da RMVale, de maneira geral é possível afirmar que a diminuição da concentração de renda acontece entre os anos de 2000 e 2010. Esse período está inserido no momento de forte implementação e ampliação das políticas públicas de renda, com aumento da renda média e diminuição da pobreza (HOFFMANN, 2020).

Os dados sobre a desigualdade na distribuição da renda são apresentados pelo Índice L de Theil, com origem no Censo Demográfico dos anos 1991, 2000 e 2010. Vale ressaltar que, quanto menor o Índice L de Theil melhor é a distribuição da renda.

A primeira análise do Índice L de Theil apresenta os dados das regiões imediatas da RMVale, do Brasil e do Estado de São Paulo, conforme Tabela 42.

Tabela 42- Índice L de Theil nas regiões geográficas imediatas da RMVale, Estado de São Paulo e Brasil, anos de 1991, 2000 e 2010.

Regiões Geográficas Imediatas	Índice L-Theil 1991	Índice L-Theil 2000	Índice L-Theil 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Bananal	0,62	0,63	0,43	23.500	25.452	26.281
Campos do Jordão	0,51	0,53	0,60	54.565	64.550	68.863
Caraguatatuba	0,51	0,54	0,49	147.704	224.656	281.779
Guaratinguetá	0,61	0,53	0,47	333.671	373.926	402.133
Paraibuna/Paraitinga	0,55	0,50	0,46	66.661	70.476	70.392
São José dos Campos	0,52	0,56	0,49	1.025.495	1.233.050	1.415.146
Média RMVale	0,54	0,55	0,49	1.651.596	1.992.110	2.264.594
São Paulo	0,55	0,61	0,57	31.588.925	37.032.403	41.262.199
Brasil	0,78	0,76	0,68	146.825.475	169.798.885	190.755.799

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

A RMVale apresentou uma piora na distribuição da renda entre os anos de 1991 e 2000 de 0,54 para 0,55 no Índice L de Theil, já entre os anos de 2000 e 2010 se verifica uma melhora de 0,55 para 0,49 no índice. Esse mesmo movimento de piora no primeiro período e melhora no segundo período é verificado no Estado de São Paulo, no Brasil ocorreu uma pequena melhora no primeiro período e uma grande

melhora no segundo período. A região imediata de Bananal foi a que apresentou a melhore evolução no Índice L de Theil, já a região imediata que apresentou um piora no período todo foi a de Campos do Jordão, resultados análogos ao Índice de Gini.

A Tabela 43 apresenta as variações no Índice L de Theil nos municípios da RMVale e suas populações respectivas.

Tabela 43 - Índice L de Theil nos municípios da RMVale, anos de 1991, 2000 e 2010.

Municípios	Índice L-Theil 1991	Índice L-Theil 2000	Índice L-Theil 2010	População 1991	População 2000	População 2010
Arapeí	0,49	0,34	0,27	2.658	2.618	2.493
Areias	0,61	0,69	0,35	3.284	3.600	3.696
Bananal	0,67	0,61	0,45	8.711	9.713	10.223
São José do Barreiro	0,59	0,80	0,57	3.933	4.143	4.077
Silveiras	0,62	0,64	0,42	4.914	5.378	5.792
Média	0,62	0,63	0,43	23.500	25.452	26.281
Campos do Jordão	0,46	0,52	0,65	37.135	44.252	47.789
Monteiro Lobato	0,66	0,65	0,40	3.380	3.615	4.120
S. Antônio do Pinhal	0,58	0,58	0,39	5.355	6.328	6.486
S. Bento do Sapucaí	0,60	0,49	0,56	8.695	10.355	10.468
Média	0,51	0,53	0,60	54.565	64.550	68.863
Caraguatatuba	0,54	0,52	0,45	52.878	78.921	100.840
Ilhabela	0,53	0,55	0,41	13.538	20.836	28.196
São Sebastião	0,45	0,52	0,42	33.890	58.038	73.942
Ubatuba	0,50	0,57	0,62	47.398	66.861	78.801
Média	0,51	0,54	0,49	147.704	224.656	281.779
Aparecida	0,59	0,50	0,37	33.247	34.904	35.007
Cachoeira Paulista	0,60	0,52	0,48	23.212	27.205	30.091
Canas	0,37	0,26	0,32	2.760	3.614	4.385
Cruzeiro	0,49	0,54	0,52	68.643	73.492	77.039
Guaratinguetá	0,78	0,59	0,52	91.998	104.219	112.072
Lavrinhas	0,87	0,44	0,59	4.674	6.008	6.590
Lorena	0,57	0,53	0,48	70.386	77.990	82.537
Piquete	0,49	0,45	0,43	14.749	15.200	14.107
Potim	-	0,34	0,23	10.075	13.605	19.397
Queluz	0,54	0,63	0,40	7.710	9.112	11.309
Roseira	0,50	0,43	0,32	6.217	8.577	9.599
Média	0,61	0,53	0,47	333.671	373.926	402.133
Cunha	0,60	0,52	0,51	23.462	23.090	21.866
Jambeiro	0,57	0,50	0,41	3.285	3.992	5.349
Lagoinha	0,51	0,47	0,40	4.635	4.957	4.841
Natividade da Serra	0,47	0,44	0,48	6.458	6.952	6.678

Paraibuna	0,62	0,52	0,47	14.891	17.009	17.388
Redenção da Serra	0,45	0,44	0,33	4.008	4.047	3.873
S. Luís do Paraitinga	0,43	0,50	0,40	9.922	10.429	10.397
Média	0,55	0,50	0,46	66.661	70.476	70.392
Caçapava	0,49	0,50	0,44	66.058	76.130	84.752
Igaratá	0,42	0,46	0,29	6.292	8.292	8.831
Jacareí	0,54	0,47	0,42	163.869	191.291	211.214
Pindamonhangaba	0,56	0,57	0,48	102.063	126.026	146.995
Santa Branca	0,72	0,43	0,39	10.306	13.010	13.763
S. José dos Campos	0,51	0,58	0,54	442.370	539.313	629.921
Taubaté	0,52	0,59	0,46	206.965	244.165	278.686
Tremembé	0,50	0,56	0,51	27.572	34.823	40.984
Média	0,52	0,56	0,49	1.025.495	1.233.050	1.415.146

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Os municípios com menor renda *per capita* são em sua maioria os que apresentaram uma melhora superior no Índice L de Theil. Dos 39 municípios ao todo 33 apresentaram melhora no índice, entre os anos de 1991 e 2010. A tendencia verificada é que os municípios de maior renda *per capita* e renda média, tiveram maior concentração na distribuição da renda segundo o Índice L de Theil. Um paralelo entre a melhora do Índice L de Theil com as políticas públicas de renda, faz-se com relação ao período, quando essas políticas se mostram mais presente e de forma amplificada ocorreu a melhora na distribuição da renda.

Contudo, é possível afirmar que o Índice de Gini e o Índice L de Theil apresentaram uma melhora na concentração da renda nas regiões geográficas imediatas e na RMVale, entre os anos de 2000 e 2010. Essa melhora na concentração e distribuição da renda tem relação com o aumento da renda média nas camadas inferiores da população, isso não significa que as camadas superiores não tiveram aumento, mas nas camadas inferiores o aumento proporcional foi maior.

4.10 RESULTADOS E DISCUÇÕES: TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Nessa subseção são analisados alguns tratamentos estatísticos, com base nos dados apresentados na Seção 4, com a ideia de complementar a metodologia qualitativa, são introduzidos elementos quantitativos nesse estudo. Nessa análise temos o uso do coeficiente de correlação de Pearson (ρ ou R), que mede o grau de correlação entre duas variáveis, que assume valores entre -1 e 1, quanto $\rho = 1$ significa

que a correlação e positiva e perfeita, quando ρ=-1 significa que a correlação é negativa e perfeita, por fim quando ρ fica próximo de 0 as variáveis não apresentem dependência linear entre si. O seu desdobramento é o coeficiente de determinação (R^2) que explica a quantidade de variância entre os dados correlacionados, esse pode ser expresso entre 0 e 1 ou através de percentual entre 0% e 100%.

A primeiro conjunto de resultados tem origem nos dados dos Censos Demográficos dos munícipios da RMVale, dos anos de 1991, 2000 e 2010. Os indicadores e índices utilizados nas correlações são; o IDHM, o Índice de Gini, o Índice L de Theil, o percentual de extremamente pobres, o percentual de pobres, o percentual de vulneráveis à pobreza e a renda *per capita*. Como já observado anteriormente nesse estudo, a falta da realização do Censo no ano de 2020 e 2021, prejudica parte da construção das análises históricas e estatísticas até os dias mais recentes. Conforme Tabela 44, temos a correlação do IDHM com as outras variáveis.

Tabela 44 - Correlação entre a variável IDHM e as variáveis Índice de Gini, Índice L de Theil, população extremamente pobre, população pobre, população vulnerável a pobreza e com a renda *per capita*, anos 1991, 2000 e 2010.

Região Imediata de Bananal	IDHM e Gini	IDHM e Theil	IDHM e extremamente pobres	IDHM e pobres	IDHM e vulneráveis à pobreza	IDHM e Renda *per capita*
R múltiplo (*ρ)*	-0,47	-0,38	-0,91	-0,96	-0,96	0,87
R-Quadrado	22%	15%	83%	93%	93%	76%
Região Imediata de Campos do Jordão	IDHM e Gini	IDHM e Theil	IDHM e extremamente pobres	IDHM e pobres	IDHM e vulneráveis à pobreza	IDHM e Renda *per capita*
R múltiplo (*ρ)*	-0,39	-0,31	-0,80	-0,85	-0,86	0,82
R-Quadrado	15%	9%	64%	72%	75%	68%
Região Imediata de Caraguatatuba	IDHM e Gini	IDHM e Theil	IDHM e extremamente pobres	IDHM e pobres	IDHM e vulneráveis à pobreza	IDHM e Renda *per capita*
R múltiplo (*ρ)*	-0,27	-0,21	-0,81	-0,93	-0,94	0,97
R-Quadrado	7%	4%	65%	87%	88%	94%
Região imediata de Guaratinguetá	IDHM e Gini	IDHM e Theil	IDHM e extremamente pobres	IDHM e pobres	IDHM e vulneráveis à pobreza	IDHM e Renda *per capita*
R múltiplo (*ρ)*	-0,34	-0,37	-0,72	-0,87	-0,92	0,80
R-Quadrado	12%	14%	53%	75%	84%	65%
Região imediata de Paraibuna/Paraitinga	IDHM e Gini	IDHM e Theil	IDHM e extremamente pobres	IDHM e pobres	IDHM e vulneráveis à pobreza	IDHM e Renda *per capita*
R múltiplo (*ρ)*	-0,58	-0,49	-0,87	-0,94	-0,94	0,91
R-Quadrado	33%	24%	75%	88%	88%	83%
	IDHM	IDHM		IDHM		

Região imediata de São José dos Campos	e Gini	e Theil	IDHM e extremamente pobres	e pobres	IDHM e vulneráveis à pobreza	IDHM e Renda *per capita*
R múltiplo (*ρ)*	-0,23	-0,22	-0,83	-0,92	-0,92	0,82
R-Quadrado	5%	5%	70%	85%	85%	68%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.
Nota: Os tratamentos estatísticos foram realizados no programa Excel. As categorias de classificação da correlação de Person utilizada são; Nula 0<r\(\leq\)|0,1|, Fraca |0,1|<r\(\leq\)|0,3|, Moderada |0,3|<r\(\leq\)|0,6|, Forte |0,6|<r\(\leq\)|0,9|, Muito Forte |0,9|<r<|1| e Perfeita r=1.

Na análise de correlação entre o IDHM e as variáveis Índice de Gini e Índice L de Theil, o coeficiente de correlação de Person apresentou uma associação negativa, quanto a sua classificação as regiões geográficas imediatas de Caraguatatuba e São José dos Campos apresentaram uma correlação fraca, enquanto as regiões de Bananal, Campos do Jordão, Guaratinguetá e Paraibuna/Paraitinga apresentaram uma correlação moderada. Visto esse resultado não é possível explicar o IDHM de maneira direta usando somente as variáveis concentração e distribuição de renda.

Na correlação entre o IDHM e a população vulnerável a pobreza, o coeficiente de Person apresentou uma associação negativa. A região de Campos do Jordão ficou classificada como forte, já as outras cinco regiões imediatas apresentaram um resultado muito forte. Na correlação entre o IDHM e a população pobre, o coeficiente de Person apresentou uma associação negativa. As regiões de Campos do Jordão e Guaratinguetá ficaram classificadas com forte, já as outras quatro regiões imediatas apresentaram um resultado muito forte. Na correlação entre o IDHM e a população extremamente pobre, o coeficiente de Person apresentou uma associação negativa. A região de Bananal ficou classificada com muito forte, já as outras cinco regiões imediatas apresentaram um resultado forte. Visto essas análises é possível explicar o resultado do IDHM em uma correlação associativa negativa com os resultados da população pobre de uma determina região.

Na análise de correlação entre o IDHM com a renda *per capita*, o coeficiente de correlação de Person apresentou uma associação positiva. As regiões de Caraguatatuba e Paraibuna/Paraitinga ficaram classificadas como muito forte, já as outras quatro regiões imediatas apresentaram um resultado forte. Assim é possível explicar o resultado do IDHM em uma correlação associativa positiva com os resultados da renda *per capita* de uma determinada região.

Na continuidade do tratamento estatístico dos dados do Censo Demográfico, temos a Tabela 45, com as correlações de renda com a população pobre e a correlação entre indicadores de concentração de renda.

Tabela 45 - Correlação entre a variável Renda *per capita* e as variáveis da população extremamente pobre, população pobre e a população vulnerável à pobreza, e a correlação entre as variáveis Índice de Gini e Índice L de Theil, anos 1991, 2000 e 2010.

Região Imediata de Bananal	Renda e extremamente pobres	Renda e pobres	Renda e vulneráveis à pobreza	Gini e L-Theil
R múltiplo (*ρ)*	-0,84	-0,86	-0,85	0,99
R-Quadrado	71%	74%	72%	98%
Região Imediata de Campos do Jordão	Renda e extremamente pobres	Renda e pobres	Renda e vulneráveis à pobreza	Gini e L-Theil
R múltiplo (*ρ)*	-0,77	-0,87	-0,91	0,99
R-Quadrado	60%	75%	83%	97%
Região Imediata de Caraguatatuba	Renda e extremamente pobres	Renda e pobres	Renda e vulneráveis à pobreza	Gini e L-Theil
R múltiplo (*ρ)*	-0,88	-0,96	-0,97	0,98
R-Quadrado	77%	93%	95%	96%
Região Imediata de Guaratinguetá	Renda e extremamente pobres	Renda e pobres	Renda e vulneráveis à pobreza	Gini e L-Theil
R múltiplo (*ρ)*	-0,59	-0,73	-0,84	0,98
R-Quadrado	34%	54%	70%	96%
Região Imediata de Paraibuna/Paraitinga	Renda e extremamente pobres	Renda e pobres	Renda e vulneráveis à pobreza	Gini e L-Theil
R múltiplo (*ρ)*	-0,87	-0,93	-0,97	0,98
R-Quadrado	76%	86%	95%	96%
Região Imediata de São José dos Campos	Renda e extremamente pobres	Renda e pobres	Renda e vulneráveis à pobreza	Gini e L-Theil
R múltiplo (*ρ)*	-0,64	-0,79	-0,88	0,99
R-Quadrado	41%	63%	78%	98%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), com base nos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010.
Nota: Os tratamentos estatísticos foram realizados no programa Excel. As categorias de classificação da correlação de Person utilizada são; nula 0<r\(\leq\)|0,1|, fraca |0,1|<r\(\leq\)|0,3|, moderada |0,3|<r\(\leq\)|0,6|, forte |0,6|<r\(\leq\)|0,9|, muito forte |0,9|<r<|1| e perfeita r=1.

Na análise de correlação entre a renda e as três variáveis relacionadas ao percentual de população pobre, o coeficiente de correlação de Person apresentou uma associação negativa. Nas regiões imediatas da RMVale conforme Tabela 45, dos 18 resultados possíveis 14 apresentaram um resultado forte na classificação de correlação, 3 resultados ficaram classificados como muito forte e somente 1 resultado ficou na classificação moderado. Visto essa análise é possível explicar o resultado da

renda *per capita* em uma correlação associativa negativa com os resultados da população pobre, extremamente pobre e vulneráveis à pobreza de uma determina região.

Na correlação entre as variáveis Índice de Gini e Índice L de Theil, o coeficiente de correlação de Person apresentou uma associação positiva e muito forte. Esse resultado é esperado, visto que um índice é a medida de desigualdade de renda e o outro é uma medida da distribuição de renda.

O segundo conjunto de resultados tem origem nos dados da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e fundação SEADE, entre os anos de 2010 e 2019. Os indicadores utilizados são; a renda média, o Bolsa Família(BF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Tabela 46 - Correlação entre a variável Renda média e as variáveis Bolsa Família (BF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e entre as variáveis Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, anos 1991, 2000 e 2010.

Região Imediata de Bananal	Renda e BF	Renda e BPC	BF e BPC
R múltiplo (*ρ)*	0,63	0,51	0,85
R-Quadrado	40%	26%	73%
Região Imediata de Campos do Jordão	Renda e BF	Renda e BPC	BF e BPC
R múltiplo (*ρ)*	0,77	0,65	0,88
R-Quadrado	59%	43%	77%
Região Imediata de Caraguatatuba	Renda e BF	Renda e BPC	BF e BPC
R múltiplo (*ρ)*	-0,18	-0,12	0,86
R-Quadrado	3%	2%	75%
Região Imediata de Guaratinguetá	Renda e BF	Renda e BPC	BF e BPC
R múltiplo (*ρ)*	0,71	0,80	0,83
R-Quadrado	50%	63%	69%
Região Imediata de Paraibuna/Paraitinga	Renda e BF	Renda e BPC	BF e BPC
R múltiplo (*ρ)*	-0,41	-0,34	0,82
R-Quadrado	17%	12%	68%
Região Imediata de São José dos Campos	Renda e BF	Renda e BPC	BF e BPC
R múltiplo (*ρ)*	0,81	0,74	0,96
R-Quadrado	66%	55%	92%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em dados da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e fundação SEADE, 2022.
Nota: Os valores da renda média foram deflacionados pelo INPC, com data base dezembro de 2019. Os tratamentos estatísticos foram realizados no programa Excel. As categorias de classificação da correlação de Person utilizada são; nula 0<r\(\leq\)|0,1|, fraca |0,1|<r\(\leq\)|0,3|, moderada |0,3|<r\(\leq\)|0,6|, forte |0,6|<r\(\leq\)|0,9|, muito forte |0,9|<r<|1| e perfeita r=1.

Na análise de correlação entre a renda média e as variáveis BF e BPC, o coeficiente de correlação de Person apresentou uma associação positiva em 4 regiões e uma associação negativa em 2 regiões. Na correlação entre renda média e BF, em regiões imediatas com associação positiva, o coeficiente de Person ficou classificado como forte, já nas duas regiões imediatas com associação negativa, a classificação foi uma fraca e uma moderada. Na correlação entre renda média e o BPC , em regiões imediatas com associação positiva, o coeficiente de Person ficou classificado como forte em três regiões e moderado em uma, já nas duas regiões imediatas com associação negativa, tivemos uma fraca e outra moderada. Visto esse resultado é possível explicar a renda média através do BF e do BPC em 4 das 6 regiões imediatas.

A correlação entre as variáveis BF e BPC apresentou um coeficiente de correlação de Person com associação positiva, com classificação forte em 5 regiões e muito forte em uma região.

Nas análises dos resultados do tratamento estatístico, fica quantificado a correlação entre a variável IDHM (nível de desenvolvimento) com o total da população em situação de pobreza, extrema pobreza e vulneráveis à pobreza, essa correlação tem associação negativa e classificação muito forte, em geral. Na correlação entre o IDHM e a renda *per capita* a associação foi positiva e classificada como forte, já na correlação entre a renda média e os extratos de pobreza populacional a associação foi negativa e forte, por fim a correlação entre a renda média e os programas de transferência de renda, BF e BPC, apresentaram um coeficiente de Person positivo e forte, em geral.

As políticas públicas de renda apresentadas nesse estudo, com recorte nos municípios pertencentes a RMVale entre os anos de 2000 e 2019, se mostraram eficientes no aumento da renda média e renda *per capita*. Ficou demonstrado o impacto positivo dessas políticas públicas na diminuição da pobreza e extrema pobreza e na melhoria dos indicadores de desenvolvimento socioeconômicos, em conjunto com a melhora nos índices de concentração e distribuição da renda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso metodológico para a realização desse estudo enfrentou algumas dificuldades de acesso à informação nos sites oficiais, na localização e filtragem das informações. O processo de coleta de dados, após identificado o local de armazenamento aconteceu de forma fácil, as maiores dificuldades foram aquelas não passíveis de resolução como a falta de dados atuais devido à não realização do Censo Demográfico em 2020 e 2021, e a falta de atualização de indicadores como o IFDM. Para a realização das tabelas, gráficos e do tratamento estatístico foi necessário o refinamento dos dados em diversas planilhas, com ponderamento do peso municipal e regional através da população. Esse processo de burilamento dos dados ajudou na construção do conhecimento, hora utilizado nos resultados e discussões, visto a necessidade de se conhecer os municípios e regiões geográficas imediatas de maneira mais aprofundada.

O objetivo proposto de analisar os impactos e desdobramentos do desenvolvimento socioeconômico na RMVale, a partir das ações de políticas públicas federais de renda no período de 2000 até 2019, foi atingido. Quando se observou; a diminuição da pobreza e da extrema pobreza, o aumento na renda média e *per capita*, a melhora no IDHM e no IFDM e a melhora na concentração e distribuição da renda. Essa melhora em indicadores e índices de desenvolvimento, foi relacionada com as políticas públicas de renda. Nos objetivos específicos o estudo conseguiu; identificar as políticas públicas de renda, analisar seus impactos no desenvolvimento nas regiões imediatas e por fim foi possível avaliar a diminuição das disparidades inter-regional.

A melhora no desenvolvimento da RMVale, suas regiões imediatas e os municípios, pela implementação e ampliação das políticas públicas estudadas se deram principalmente nos Governos Federais Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2016). As políticas impactaram positivamente nos diversos indicadores estudados, a estabilidade e continuidade dessas políticas gerou benefícios duradouros nas séries históricas (ARAÚJO, 2013; BRANDÃO, 2020; POCHMANN, 2013; HOFFMANN, 2019). A transformação dessas políticas públicas de Governo em políticas públicas de Estado é o maior desafio a ser alcançado, pois, quando ocorreram mudanças nos

Governos Federais foi possível verificar a descontinuidade e a diminuição dessas, que acabam por acarretar negativamente nos indicadores e no desenvolvimento.

No tratamento estatístico foi possível reafirmar, quando possível, considerações tratadas na análise qualitativa dos dados apresentados, a correlação muito forte entre o IDHM e os diversos níveis de pobreza, a correlação forte entre o IDHM e a renda em geral, indica a necessidade de combater a pobreza através de políticas públicas de renda para superar o subdesenvolvimento e para se alcançar maiores níveis de desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento trilhado e escolhido pela RMVale, ao logo da sua trajetória histórica, foi pautado pela industrialização em determinados municípios com a implantação de empresas multinacionais com a criação de filiais, pela dependência de capital externo nos investimentos regionais e pela concentração geográfica tanto da população quanto da criação de polos industriais que abrangem poucos municípios. Esse modelo se mostrou insuficiente e falho para se alcançar um elevado desenvolvimento na RMVale, quando a região apresenta elevados índices de concentração de renda e riqueza, elevado número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza.

O avanço no desenvolvimento ocorreu com a implementação das políticas públicas, seja em setores com educação, saúde, moradia e no caso do estudo a renda. Essas políticas não são um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para resolver os problemas estruturais de uma determinada região. Essas atuam com uma ferramenta para resolver distorções criadas por um modelo de desenvolvimento incipiente na solução das demandas socioeconômicas. A ausência na realização do Censo Demográfico previsto para o ano de 2020, que ainda não foi realizado, prejudica as análises históricas com base nessa plataforma de dados.

O papel das políticas públicas é de extrema importância para o desenvolvimento, como foi demonstrado através desse estudo, porém sua sazonalidade e dependência dos Governos, no caso da renda o Federal, acarreta mudanças de trajetória das inversões de capital nessas políticas, assim as políticas devem ser associadas a uma mudança do modelo de desenvolvimento, como sugestão um modelo com características mais endógenas, sustentáveis e com melhor distribuição geográfica.

Com os resultados alcançados, esse estudo pode ser uma referência para subsidiar as políticas públicas, em geral e em especial as com enfoque na renda. O papel do Estado na efetivação e aplicação dessas políticas estudadas foi primordial, só ocorrendo os resultados alcançados devido ao empenho e a iniciativa por parte dos agentes públicos. Em tempos de difusão e reafirmação do modelo neoliberal por parte da mídia tradicional, com apoio de grandes conglomerados financeiros que se beneficiam dessas políticas, e diante de polarização política que passo o Brasil nos últimos anos, reafirmar a importância do Estado como o principal agente no combate às desigualdades, com papel central na geração de políticas públicas com dados concretos é dever dos pesquisadores que tratam da temática desenvolvimento e políticas públicas.

Em pesquisas futuras pode-se adentrar no detalhamento das políticas públicas estudadas à nível municipal, ou expandir para outras regiões do Brasil, possibilitando estudos análogos de reafirmação e avaliação dessas. Com a possível realização do Censo Demográfico em 2022, esse estudo poderá ser atualizado a fim de reafirmar os resultados e discussões, e verificar o impacto da Covid-19 e das mudanças de governos federais na efetivação e ampliação das políticas públicas.

Partilhando alguns questionamentos:

Se tivemos tantas conquistas, por que houve mudança política?

Quais as dificuldades dessas poli pub?

COMO DAR VISIBILIDADE A ESTES NÚMEROS?

Quais desdobramentos? Construção de uma nova hegemonia? Partir de políticas já realizadas? Menos ingenuidade na construção?

Como avançar em termos de políticas de Estado?

Impactos e desdobramentos da destruição destas pol.?

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO. T.B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: Emir Sader .**10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: Flacso, 2013. p.157-172. Disponível em: http:// flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/10_ANOS_GOVERNOS.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

ARRUDA, F.G. Região Metropolitana do Vale do Paraíba do Sul Paulista e Litoral Norte: melhorias ou continuação de uma mesma política pública?. **Revista Geonorte.** Amazonas**,** v. 4, n. 12, p. 1232-1244. 2013. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1232/0. Acesso em: 23 set. 2021.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de Globalização.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.

BASTOS, P. P. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia**. Revista de Economia Contemporânea, vol. 21, nº 2, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRrYS4mD/abstract/?lang=pt. Acesso em: 12 out. 2021.

BOZEMAN, B; PANDEY, S. Public management decision making: effects of decision content. **Public Administration Review**, 2004, 4(5), 553-565.

BRAGA, G. **Além do PIB: O Relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi.** Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro, 5(51), 1-2. 2009. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200911.pdf. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo.** Rio Janeiro: Lamparina, 2010, p. 39-70.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** ed. 2. Campinas: Editora Unicamp, 2007. p. 229.

_____. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la em uma estratégia de Estado. **Revista Política e Planejamento Regional.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 339-344. dez. 2014. Disponível em: http://www.revistappr.com.br/artigos/extra/59e5f2ab40b70.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

_____. Dinâmicas e transformações territoriais recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. In: MONTEIRO NETO, A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** v. 2. Brasília: Ipea. 2020. cap. 3, p. 153-188. Disponível em: https:// ww.ipea.gov.br/

portal/images/stories/PDFs/livros/200622_livro_desenvolvim-ento.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, [2020]. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Dados abertos**. 2021. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL, Ministério da Economia. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados** (CAGED). 2022. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis /analise_dados_abertos/. Acesso em: 1 mar. 2022.

BRASIL, Ministério da Infraestrutura. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2003. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pndr. Acesso em: 23 set. 2021.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996 .

COHEN, M; MARCH, J; OLSEN, J. “A Garbage Can Model of Organizational Choice”, **Administrative Science Quarterley** 17: 1-25. 1972.

CORAZZA, G. A política econômica do Plano Verão. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1989.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-11, jul.-dez. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br//j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 de jan. 2022.

DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**. Taubaté, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai./ago. 2020. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395. Acesso em: 23 set. 2021.

EMPLASA - EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S.A.. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte Aspectos Jurídicos / Institucionais / Técnico.** 2012. Disponível em: http://emplasa.sp.gov.br/emplasa/. Acesso em: 23 set. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Firjan). **Índice Firjan de Desenvolvimento municipal – IFDM**. Rio de Janeiro: Firjan, 2021.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Arte Nova, 1977. p. 203.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009. p. 236.

GORMLEY Jr., W. Regulatory issue networks in a Federal system. **Polity**, 1986, 18(4), 595- 620.

GUIMARÃES, J.R.S.; JANNUZZI, P.M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** Recife, v. 7, p. 73-90, maio 2005. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/136. Acesso em: 23 set. 2021.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão.** Porto Alegre: Globo, 1977. p. 255.

HOFFMANN, R. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica.** Niterói, v. 8, n. 1, p. 55-81, jun. 2006. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Politicas_sociais_alunos/2011/pdf/9BES_Gini_Decomp_RODOLFO.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

HOFFMANN, R. Desigualdade de renda no Brasil, 1995-2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego. **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho.** Campinas, v. 2, e020007, 2020. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/14205. Acesso em: 23 set. 2021.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes.** Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 23 set. 2021.

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Regiões Geográficas**. 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home. Acesso em: 10 jan. 2022.

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Cidades**. 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 10 ago. 2021.

IPEA - Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Ipeadata**. 2021. Disponível em: http://ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37667&module=M. Acesso em: 10 set. 2021.

JANNUZZI, P.M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427/5011 Acesso em: 10 ago. 2020.

JANNUZZI, P.M.; FONSECA, J.C.G. Pobreza monetária e multidimensional no Brasil: estimativas aprimoradas para análise do papel das políticas sociais de 1992 a 2014. **Revista Ciências do Trabalho.** n. 7, abril 2017. Disponível em: https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/115/0. Acesso em: 10 ago. 2020.

LOWI, T. Four systems of policy, politics, and choice. Public Administration Review, 1972, 32(4), 298-310. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4440249/mod_resource/content/1/lowi-four-systems-of-policy%201972.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

MARCONDES, N. A. V.; CHAMON, E. M. Q. O.; LACERDA, P. G. O Programa Bolsa Família Enquanto Propulsor de Desenvolvimento Humano. **Revista de Ensino Educação e Ciências Humanas.** Londrina, v. 17, n.4, p. 370-380, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324739414_O_Programa_Bolsa_Familia_Enquanto_Propulsor_de_Desenvolvimento_Humano. Acesso em: 23 set. 2021.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio:** contribuição a revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 1975. 201f. Tese (Doutorado em Econômia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1975. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280564. Acesso em: 19 jul. 2020.

MICHALISZIN. M. S. TOMASINI, R. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos.** 4. ed. Petrópolis: Vozes. 2008. p. 224.

MISEN, L.V. **Human Action: A Treatise on Economics.** 1949. New Haven - USA: Yale University Press. 1949. p. 906.

OFFE, C. **Algumas contradições do Estado Social Moderno. Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE.** Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai/ago. 2002. Disponível em: http://revistafae.fae.edu/revistafae/article/ view/477. Acesso em: 20 out. 2021.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: Emir Sader .**10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: Flacso, 2013. p.145-156. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/10_ANOS_GOVERNOS.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

_____. Estado e capitalismo no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 309-330, abr.-jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/j/es/a/nGzLpfZ3XpXFVcWbhTQkFBB/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 set. 2021.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 241.

RESENDE, G. M, MOREIRA, P. G, ALVES, A. M, ROCHA NETO J. M. R. Brasil: dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental.** Brasília. v. 11, p. 29-35, jan./jun. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU_n11_brasil.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

PANSIERI, F. Liberdade como desenvolvimento em Amartya Sen. Constituição, Economia e Desenvolvimento. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional.** Curitiba. v. 8, n. 15, p. 453-479. jul./dez. 2016. Disponível em: http://abdconst.com.br/revista16/liberdadeFlavio.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

SACHS, I. As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. **ESTRATÉGIAS de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, E. L., Braga, V., Santos, R. S., & Braga, A. M. S. Desenvolvimento: um conceito em construção. **Desenvolvimento Regional Em Debate.** v. 2, n. 1, p. 44–61. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.24302/drd.v2i1.215. Acesso em: 23 set. 2021.

SARAIVA, E. Política pública: dos clássicos às modernas abordagens. orientação para a leitura. In. Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. **Políticas públicas Coletânea.** v. 1. Brasília: ENAP Escola Nacional de Administração Pública, Políticas públicas Coletânea, 2006. p. 13-66.

SÁTYRO, N.; SOARES, S. Análise do impacto do programa bolsa família e do benefício de prestação continuada na redução da desigualdade nos estados brasileiros – 2004 a 2006. **Texto para Discussão.** Brasília. n. 1435, p. 1-42, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Tds/td_1435.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

SCHLABITZ, C. J. **A economia política do salário mínimo no Brasil.** Tese (Doutorado)- UFRGS, 2014, 148p. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/ bitstream/handle/10183/103955/000921647.pdf?sequence=1&isAllowed=y

SECCHI, L. (2010). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Editora Cengage Learning, São Paulo, 2010. p. 133.

SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade.** Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1999. p. 464.

SILVA, M. O. S. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis, Florianóplois**, v. 13, n. 2,

jul./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 de jan. 2022.

SILVA, M.O.S., LIMA, V.F.S.A. Avaliação e impactos dos programas de transferência de renda: percursos e dimensões ainda pouco exploradas. In: SILVA. **O mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina.** Editora Cortez. 2016. p.279-325.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983. p. 350.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias.** Porto Alegre. a. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 set. 2021.

STIGLITZ, J., SEN, A., FITOUSSI, J.P. **Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.** Paris: Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2009.

VEIGA, J. E. Problemas do uso ingênuo do IDH-M. **Jornal Valor Econômico**, Brasil, 14/01/2003.

VIEIRA, E.T.; **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional:** O Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. 2009. 176f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03022010-143611/publico/EDSON_TRAJANO_VIEIRA.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

WILSON, J. **American government: institutions and policies.** Lexington MA, DC: Heath & Co, 1983.